

As pedreiras em Portugal na segunda metade do século XIX: Estado, Obras Públicas e Indústria (1850-1890)

Carlos Alexandre Ferreira de Sousa

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Especialização em História Contemporânea

Agosto, 2019

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /~~Relatório /Trabalho de Projecto~~ é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Carlos Alexandre Ferreira de Jesus

Lisboa, 5 de Junho de 2019.

Declaro que esta Dissertação / ~~Relatório / Trabalho de Projecto~~ se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Paulo Alves

Lisboa, 5 de Junho de 2019.

Dedicatória pessoal

O triunfo da resiliência...

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste género nunca é um caminho feito sozinho é, por isso, da mais elementar justiça que agradeça a quem tanto me ajudou neste trajecto que agora chega ao fim.

Queria antes de mais fazer um agradecimento muito especial a quatro pessoas, que, sem as quais dificilmente chegaria tão longe. Em primeiro lugar à minha mãe, que muito lutou e tudo fez para que eu pudesse voltar a estudar, permitindo-me voltar a sonhar – sem o seu sacrifício dificilmente poderia escrever uma linha. Ao meu orientador, o professor Daniel Ribeiro Alves, pela sua orientação, pela disponibilidade que sempre mostrou, pelos conselhos que me foi dando e sobretudo pela paciência olímpica que teve – o meu obrigado por nunca ter desistido de mim e, por me ter permitido aprender imenso em todo este processo. Ao Edgar e à Micas. Já são muitos anos de amizade, não são? O vosso contributo para o meu trajecto é inestimável, foram muitas horas de conversa, de troca de ideias e de apoio quando o cansaço e a frustração pareciam levar a melhor – obrigado. Aos quatro a minha eterna gratidão, este trabalho também é vosso.

De um modo mais geral, não menos importante, queria deixar uma palavra de agradecimento à Adriana, ao Sr. Bergano, ao Tiago, claro, à Cuca e aos seus pais: o Sr. Gonçalo e, sobretudo, à d. Betty – sempre me incentivou a voltar aos estudos, tenho a certeza que se ainda estivesse viva iria ficar orgulhosa. Ao Centro de Estudos de Cultura, Arte e Património o meu obrigado por me terem dado a oportunidade de participar em projectos nos quais pude desenvolver o meu tema de estudo e crescer enquanto investigador. Aos meus colegas da faculdade, ao Afonso Cardoso, ao Martim, à Inês e ao Pedro por terem tido sempre uma palavra de motivação. No fundo, obrigado a todos colegas que me acompanharam desde o início desta viagem, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que pudesse chegar aqui.

As pedreiras em Portugal na segunda metade do XIX: Estado, Obras Públicas e Indústria (1850-1890)

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Carlos Alexandre Ferreira de Sousa

Resumo

Esta dissertação estuda a Indústria das pedreiras na segunda metade do século XIX, mais concretamente entre 1850, data da promulgação da Carta de Minas, o primeiro grande documento quadro legislativo a enquadrar a indústria extractiva, e 1890, ano em que foram publicados os resultados dos inquéritos industriais. Estes inquéritos foram um marco importante na história oitocentista das pedreiras, uma vez que representam a última grande tentativa do Estado central de conhecer em detalhe o funcionamento do sector na prática até ao século XX. Pelo meio, com especial incidência nas décadas de 70 e 80, assistiu-se à expansão e melhoramento das vias de comunicação um pouco por todo o território e ao crescimento significativo do sector da construção civil nos polos industriais emergentes de Lisboa e Porto. A dissertação questiona em que medida a indústria da extracção da pedra impulsionou e foi impulsionada pelo inegável progresso material do país durante a segunda metade do século XIX, analisando para tal a legislação e políticas públicas referentes ao sector, bem como a acção reguladora do Estado. Além do enquadramento legal, será também feito um retrato da evolução do sector entre 1870 e 1890, identificando conjunturas de crescimento e estagnação, bem como abordado o quadro humano associado à sua exploração.

Apesar de algo negligenciado pela historiografia, consideramos que a indústria das pedreiras teve um papel importante no desenvolvimento económico do país na segunda metade do século XIX. Permitiu a substituição de importações de matérias-primas de construção e dotou o país de recursos chave para construir caminhos-de-ferro, estradas, portos, bem como habitações e infra-estruturas industriais. Por outro lado, criou múltiplos postos de trabalho nas localidades em redor das pedreiras, quer na extracção da pedra propriamente dita, quer em outras actividades complementares, contribuindo assim para dinamizar a economia dessas regiões. Por fim, pela necessidade que o Estado teve

delegar e regular a actividade extractiva, a indústria das pedreiras acabou por estimular a centralização e o reforço da autoridade do Estado ao longo do território.

PALAVRAS-CHAVE: Pedreiras, Indústria, Estado, Obras-públicas

Abstract

This dissertation tackles the Portuguese quarrying industry during the second half of the 19th century, from 1850's *Carta de Mina*, the country's first legal document to provide a legal framework to the quarrying sector, up to 1890, when the state commissioned industrial inquiries were published. These inquiries were a milestone for this industrial sector during the 19th century, since they represented the State's last attempt to get acquainted with the functioning of this sector, before the 20th century. In the course of this period, especially during the 1870s and 1880s, the country experienced an increase and an improvement of the means of communication, such as railroads, ports and roads, throughout its territory, as well as a significant growth of the civil construction sector in the emerging industrial centers of Lisbon and Porto. This dissertation questions the extent to which the stone extraction industry contributed and was influenced by the undeniable progress of the country during the second half of the nineteenth century, by analysing the legal framework and public policies related to the sector, as well as the regulatory role of the State. In addition, this dissertation also analyses the evolution of the sector between 1870 and 1890, identifying growth and stagnation conjunctures, as well as addressing the human framework as the labour framework associated with its exploitation.

Despite being somewhat neglected by historiography, we consider that the quarrying industry played a key role in the economic development of the country in the second half of the nineteenth century. It allowed for the replacement of imported construction raw materials and provided the country with key resources to build railways, roads, ports, as well as housing and industrial infrastructures. On the other hand, this industry allowed for the creation of many labour opportunities in the municipalities surrounding the quarries, both in the extraction of the stone itself and in other complementary activities, thus helping to stimulate the economy of these regions. Finally, due to the necessity for the State to legislate and regulate the extractive activities, the quarrying industry stimulated the centralization and the reinforcement of the State's authority in general, throughout the territory.

KEYWORDS: Quarries, Industry, State, Public Works

Índice

As pedreiras em Portugal na segunda metade do XIX: Estado, Obras Públicas e Indústria (1850-1890).....	1
A pertinência do tema	1
Estado da Arte	2
Arco Cronológico e objectivos de um estudo sobre pedreiras	5
Metodologia e fontes – apresentação e crítica.....	7
Orientação da investigação.....	9
1 - A problemática da industrialização em Portugal no século XIX - as interpretações e a historiografia	11
1.2 - A Regeneração e o Fontismo - o fomento material e as obras públicas. A base do projecto – a sua defesa e contestação.....	18
2 - A criação de uma estrutura legal para o controle e funcionamento da indústria das pedreiras	23
2.1– A legislação anterior à Regeneração – as influências	24
2.2 – A lei de 1850 – a Carta de Minas e a modernização possível	27
2.3 - A lei de 1852 – a reformulação da Carta de Minas e a criação do MOPCI.....	30
2.4 – Novos regulamentos e as tentativas de reforma às leis	34
2.5 – A Lei de 1884 – a sua importância	37
2.6 – O Decreto de 1892 – mais uma tentativa	41
3 - O Estado e a Indústria de Extracção de Pedra	44
3.1 – Os condicionalismos de base	45
3.2 - As relações entre o poder central e a indústria das pedreiras – a dificuldade da afirmação da autoridade do Estado.....	50
4 - As obras públicas e a indústria das pedreiras.....	56
4.1 - A importância da indústria de extracção de pedra nas obras públicas	56
4.2 – A relação entre as pedreiras e as vias de comunicação:	58
4.2.1 - Os Caminhos-de-Ferro	58
4.2.2 - Os portos e as estradas.....	65

4.3 - A relação entre as pedreiras e o crescimento habitacional do final do século XIX em Lisboa a encomenda de matéria-prima - florescimento e decadência.....	70
5- A necessidade crónica de conhecer a indústria: os sucessivos inquéritos	77
5.1 – Muitas tentativas e poucas respostas.....	77
5.2 – A apreciação dos inquéritos realizados antes de 1890 – a evolução possível na linha do tempo	80
5.3 - O distrito de Viana do Castelo (1884-1886)	80
5.4 – O distrito de Évora (1872-1886).....	82
5.5 – O distrito de Faro em 1885	86
6 – Pedreiras e operários no Inquérito de 1890.....	89
6.1- Distribuição, tipo e valor da produção.....	91
6.2 - O operariado das pedreiras no Portugal do final do século XIX.....	100
6.2.1 - A distribuição espacial do operariado das pedreiras	101
6.2.2 - O impacto das pedreiras na mão-de-obra activa	105
6.2.3 - O horário e a jorna: o “contrato de trabalho”.....	106
6.2.4 - Os salários: as diferenças – entre a necessidade e o risco	108
6.2.5 - A alimentação e um nível de vida no limiar da sobrevivência	115
6.2.6 - A habitação do operário da indústria das pedreiras – a dicotomia entre o Norte	121
e o Sul.....	121
7 - O prestígio de uma obra sem tecnologia - a qualidade da pedra portuguesa e o atraso	123
tecnológico	123
7.1 - Resquícios da beleza de uma indústria presa à realidade do reino – algumas notas	124
sobre a qualidade da pedra em Portugal e no estrangeiro	124
7.2 - A tecnologia e o método – o crónico atraso do país	128
Conclusão.....	131
Fontes e Bibliografia.....	136
Fontes	136

Fontes Manuscritas	136
Fontes Impressas.....	140
Bibliografia	142

As pedreiras em Portugal na segunda metade do XIX: Estado, Obras Públicas e Indústria (1850-1890)

A pertinência do tema

A escolha desta temática para a presente dissertação pretende, sobretudo, contribuir para o preenchimento da lacuna existente na nossa historiografia sobre esta indústria específica no século XIX – o estudo da indústria das pedreiras na segunda metade do século XIX. Em 1875 Gerado Pery, contemporâneo do período em estudo, escrevia o seguinte: “ (...) não se tem feito estatística alguma acerca da exploração das inúmeras pedreiras que há em Portugal, indústria aliás de grande importância, porque não só favorece ao País todo o material de construção¹, mas ainda exporta uma quantidade notável para as possessões portuguesas e países estrangeiros.”² Convém aqui salientar dois aspectos relevantes na interpretação desta afirmação. O primeiro diz respeito à suposta ausência de estatísticas. Embora os dados estatísticos à época da frase de Pery, não fossem suficientes ou sistemáticos para elaborar uma estatística geral, estes começavam a ser recolhidos e duas décadas depois o panorama parecia ter mudado, como se procurará demonstrar adiante. O segundo remete-nos para a importância que o próprio Pery atribuiu às pedreiras enquanto indústria. Também Magda Pinheiro num dos estudos que realizou, teorizando sobre questões de procura de matéria-prima no mercado interno, menciona que seria difícil calcular a quantidade de pedra utilizada em estações, obras de arte e tuneis, sendo apenas possível estimar a quantidade de balastro usado na segunda metade do século XIX³. No seguimento desta ideia, mesma autora prossegue afirmando que “As indústrias de pedra são-nos muito mais desconhecidas do que a metalurgia. Este é um domínio em que será difícil ultrapassar a ignorância.”⁴.

Neste contexto, a questão que se levanta é tentar saber porque é que historiografia nunca se debruçou sobre este assunto. Se excluirmos as breves referências que Pery faz na sua obra sobre as pedreiras enquanto indústria, no seu todo, e alguns comentários de Magda Pinheiro, existem, de facto, poucas indicações.

¹ Sublinhado meu.

² Gerardo Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e Colónias* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1875), 145–46.

³ Maria Filomena Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal* (Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses, 1999), 50. ⁴ Mónica et al., 50.

Estado da Arte

Sobre esta temática específica são poucos ou inexistentes os trabalhos até hoje feitos. Com raras exceções mencionadas adiante, não existem investigações referentes à indústria das pedreiras em Portugal no século XIX. As obras de carácter mais geral da nossa historiografia, isto é, os volumes de Histórias de Portugal, sejam obras mais clássicas ou recentes, embora necessários, não nos permitem obter indicações de relevância sobre as pedreiras e o seu funcionamento no período em questão.

Num âmbito um pouco mais particular da análise historiográfica sobre esta temática, isto é, a História Económica oitocentista, temos que destacar alguns autores e as respectivas obras que se enquadram, no tempo e no espaço, nos quadros que aqui se pretendem analisar. Pedro Lains nos seus trabalhos para este período, seja a sua dissertação de mestrado⁴, ou o seu contributo na elaboração de outros estudos mais recentes como a *História Económica de Portugal, 1143-2010*, teoriza sobre o crescimento económico do país durante o período oitocentista, reflectindo sobre o crescimento industrial e comparando-o com os congéneres europeus. Também Miriam Halpern Pereira⁵, Jaime Reis⁶, Villaverde Cabral⁷ e David Justino⁸ são autores de referência da História Económica portuguesa para o século XIX. Halpern Pereira começa por introduzir o conceito de subdesenvolvimento da indústria/economia na historiografia portuguesa, um conceito interessante para perceber a evolução industrial nacional ao longo do tempo. Já Jaime Reis, foca a questão do atraso económico nacional, questionando as explicações tradicionais, convocando novas ideias e hipóteses explicativas para o período em questão. O trabalho de Villaverde enfoca a introdução e desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX e o seu entrelaçamento com todos os campos do tecido económico-industrial do país. Por fim, David Justino teoriza sobre como se formou o

⁴ Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851/1913*, Coleção Análise social (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995).

⁵ Miriam Halpern Pereira, *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 1979).

⁶ Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», *Análise Social*, 1984, 7–28.

⁷ Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc XIX - A Regra do Jogo* (Porto: Gráfica Firmeza, 1976).

⁸ David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1913*, vol. I, 2 vols. (Vega, 1989).

“Portugal económico”, enquanto espaço de produção e circulação de bens e pessoas no período oitocentista. Embora sejam obras que abordam vários temas relacionados com a economia e a indústria, as referências às pedreiras são inexistentes. Todavia, não deixam de ser referências incontornáveis como enquadramento geral para a temática que se pretende abordar.

Sobre as questões, mais particulares, associadas às obras públicas, sejam elas, os caminhos-de-ferro ou referente ao crescimento habitacional, que se verificou no final do século XIX, teremos em consideração os trabalhos de Maria Fernanda Alegria⁹, Magda Pinheiro¹⁰, Álvaro Ferreira da Silva¹¹ e Manuel Teixeira¹², entre outros autores. Os estudos das duas primeiras autoras permitem-nos ter a noção de como foi a evolução da construção das vias de comunicação, os seus momentos de pujança e os momentos de retracção, ou seja, na globalidade quais os avanços e recuos inerentes a um processo que foi muito polémico durante o período da *Regeneração*, e que, nos períodos de maior fulgor, convergiram com a evolução da indústria das pedreiras: “Uma procura significativa de pedra e a distribuição de salários e lucros, na área da construção civil, parecem ser os elementos mais importantes a decorrer directamente da construção e exploração ferroviárias.”¹³. Já estudos sobre a evolução da rede urbana, realizados por Álvaro Ferreira Silva e Manuel Teixeira oferecem-nos alguns indicadores que permitem perceber em que bases se iniciou o crescimento de construções em Lisboa no final do século, a sua evolução, e compreender a contribuição que as pedreiras acabaram por ter. Uma dessas contribuições terá sido para a qualidade dos produtos transformados a partir da pedra, como refere Ana Maria Cardoso de Matos no seu trabalho sobre a participação portuguesa nas exposições internacionais.¹⁴

⁹ Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910) As vias e o tráfego*, Centro de Estudos Geográficos (Lisboa, 1990).

¹⁰ Magda Pinheiro, «Chemins de fer, structure financière de l'état et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)» (Universidade de Paris, Inst. de História Económica e Social, 1986).

¹¹ Álvaro Ferreira da Silva, «A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)», *Análise social*, 1997, 779–814.

¹² Manuel C. Teixeira, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», *Análise Social*, 1992, 65–89.

¹³ Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*, 63.

¹⁴ Ana Maria Cardoso Matos, José Augusto Mourão, e Maria Estrela Guedes, *O mundo ibero-americano nas grandes exposições* (Lisboa: Vega, 1998).

Sobre a indústria extractiva, a historiografia portuguesa conta com os contributos de Paulo Guimarães com sua tese de mestrado¹⁵ e tese de doutoramento¹⁶, onde se debruçou sobre as Minas na região do Alentejo, abordando uma série de variáveis económico-sociais ainda no século XIX aprofundadas, posteriormente, no século XX. Também Idorindo Vasconcelos Rocha¹⁷ trabalhou sobre a indústria extractiva no século XIX, nomeadamente sobre as minas de carvão do Pejão, mas o seu enfoque seria também o século XX. Por fim, o trabalho de Manuel Rodrigues Júnior¹⁸, que, pese embora, se trate de um trabalho de cariz predominantemente jurídico e seja datado ainda da primeira metade do século XX não deixa de ser importante para o estudo que se pretende realizar, pois permite-nos obter uma noção de como eram as estruturas legislativas que regulavam a indústria extractiva na Europa do século XIX.

Não é de somenos fazer referência a dois autores, Pedro Tavares de Almeida¹⁹ e Rui Branco²⁰, cujos trabalhos são fundamentais para perceber a dinâmica da implementação da autoridade do Estado no território, questão fulcral para perceber a evolução do funcionamento da indústria e o papel que o próprio Estado enquanto regulador/autoridade máxima desempenha, ou, talvez de forma mais assertiva, tenta, muitas vezes sem sucesso, desempenhar.

No que diz respeito a trabalhos mais específicos podemos referenciar essencialmente três. Um trabalho mais datado, publicado em 1934, de Felix Ribeiro intitulado “*A indústria dos Mármore*”. Recentemente foram lançados dois estudos específicos sobre a história e património da indústria dos mármore: “*Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)*”, em 2015; “*Mármore 2000 anos de História*”, em 2019, em especial o segundo volume, “*A evolução industrial, os seus agentes económicos e a sua aplicação na Época Contemporânea*”. No

¹⁵ Paulo Eduardo. Guimaraes, *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)* (Lisboa: Colibri Edições, 2001).

¹⁶ Paulo Guimarães, *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo* (Lisboa: Edições Colibri, 2006).

¹⁷ Idorindo Vasconcelos Rocha, «O Carvão Numa Economia Nacional - O Caso das Minas do Pejão» (Universidade do Porto- Faculdade de Letras, 1997).

¹⁸ Manuel Rodrigues Júnior, *A indústria mineira em Portugal: estudo económico jurídico* (Coimbra: Coimbra Editora, 1921).

¹⁹ Pedro Tavares de Almeida, «A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890).» (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humana, 1995).

²⁰ Rui Miguel C. Branco, *O mapa de Portugal: estado, território e poder no Portugal de oitocentos*, Horizonte histórico (Lisboa: Livros Horizonte, 2003).

primeiro exemplo, estamos perante uma obra bastante desactualizada ainda datada da primeira metade do século XX. No segundo caso, trata-se de um estudo mais focado na história local/regional, o Alentejo, com vista à preservação da memória e património. Ambas, apesar de prestarem contributos relevantes, não são sobre a indústria das pedreiras em geral. Neste sentido, falta um estudo mais aprofundado sobre o que era esta indústria na segunda metade do século XIX.

Com a excepção destes últimos trabalhos mencionados, todos os restantes estudos e outros que serão mencionados nos capítulos, apesar de não fazerem referência às pedreiras, enquanto indústria singular, dão um contributo que nos permite explicar, em conjugação com as fontes, o que foi o funcionamento das mesmas na segunda metade do século XIX. Temas como a evolução das obras públicas na sua globalidade e o seu impacto nos sectores industriais, ou discussões fundamentais sobre a implementação do liberalismo na Europa e a afirmação do próprio Estado Liberal em Portugal, bem como as influências que o modelo e o quadro jurídico sofreram no período em análise, serão essenciais como enquadramento deste estudo.

Arco Cronológico e objectivos de um estudo sobre pedreiras

A opção pelo arco cronológico que vai desde 1850 até 1890 é pertinente por diversas razões. Num quadro mais particular, a data inicial, 1850, é um momento chave para a indústria extractiva em Portugal, é o ano da promulgação da Carta de Minas, o primeiro grande quadro legislativo de cariz moderno no país no âmbito da indústria. É a Carta de Minas que vai estabelecer, inicialmente, a base legal para a indústria extractiva poder funcionar e desenvolver-se e é a partir dela que se irão realizar mudanças estruturais e pontuais na legislação doravante. A data de 1890 é referente à publicação do resultado dos inquéritos industriais, levados a cabo pelo decreto de 26 de Junho do mesmo ano – a ultima grande tentativa por parte do Estado em conhecer o tecido industrial no final do século XIX. Durante cerca de 40 anos o Estado procurou, através de decretos, portarias, inquéritos e circulares, conhecer, legislar e controlar a indústria das pedreiras – esse período de tempo marca também essa mesma evolução em termos de estrutura legal. Por outro lado, verificamos que a necessidade de conhecer e legislar melhor esta indústria advém da necessidade que o Estado tem da matéria-prima que a indústria fornece, dado que a década de 70 e 80 do século XIX foram períodos de relativo florescimento das vias

de comunicação e construção de habitações, nomeadamente em Lisboa. Num quadro mais geral, a segunda metade do século XIX marca um período fundamental da História de Portugal – uma mudança paradigmática na nossa História. A década de 1850 é um período de rescaldo da guerra civil e marca o início de um ciclo de acalmia política e social que ficou conhecido como *Regeneração*. Tratou-se de um período em que o foco deixou de ser em exclusivo a luta política para passar a ser um período em que se pretende a modernização do país e o progresso material, sendo António Maria Fontes Pereira de Melo a figura proeminente. Ao mesmo tempo, procurou-se a modernização do próprio Estado, ou seja, a reformulação do aparelho administrativo e a implementação da autoridade do Estado no território com todos os seus avanços e recuos. Neste contexto mais geral, a data de 1890 é igualmente relevante. O início da última década do século XIX é marcado por uma série de acontecimentos que anunciaram o fim de um ciclo – o fim da *Regeneração* e o fim da política de fomento material levada a cabo até então e para a qual as pedreiras terão também contribuído.

A presente dissertação tem então como objectivo dar a conhecer aquilo que foi a Indústria das pedreiras, nomeadamente a sua evolução, na segunda metade de oitocentos. Pretender-se-á dar resposta a uma série de questões inerentes ao funcionamento, evolução e contribuição das pedreiras para as obras públicas no período em análise. Tentaremos compreender de que forma a indústria, no seu contexto mais particular, se entrelaçou com o Estado e as vicissitudes da conjuntura em que estava inserida. Por outras palavras, de que forma as pedreiras podem também ser um reflexo mais daquilo que foi o processo de modernização do Estado português na fase mais importante de estabilização e implementação da autoridade no território, fruto da *Regeneração*? Em que medida a indústria de extracção de pedra contribuiu para o paradigma das obras públicas e melhoramento material, quer fosse ao nível das vias de comunicação (caminhos-de-ferro, estradas, portos), quer a nível da construção de habitações naquilo que foi o grande volume de construções na década de 1880? Por fim, tentar perceber, com os dados disponíveis, de que forma a indústria evoluiu entre 1870 e 1890 – caracterizá-la apontando momentos de florescimento e decadência e qual o quadro humano associado à sua exploração.

As primeiras impressões, que ao longo do estudo serão aprofundadas e fundamentadas, são de que esta indústria, esquecida pela historiografia, teve um papel influente no que diz respeito às obras públicas. A documentação que iremos apresentar sustentam essa ideia e

mesmo a frase de Pery, acima citada, também é sintomática desse princípio. A consulta da correspondência e a legislação espelham, na perspectiva da indústria, as dificuldades que o Estado Liberal teve em impor a sua autoridade no território e simultaneamente mostra a tentativa contínua de modernização seguindo o paradigma dos seus congéneres europeus.

Metodologia e fontes – apresentação e crítica

Para a elaboração deste estudo utilizaremos um conjunto de fontes diversificadas no seu conteúdo e proveniência, como sejam legislação, correspondência, boletins oficiais e inquéritos, específicos e gerais, sobre a indústria. A legislação régia remete-nos para os vários decretos, circulares e portarias emitidos ao longo da segunda metade do século XIX. A legislação para além de se constituir como estrutura determinante para o funcionamento e desenvolvimento da indústria estabelecendo todo um leque de normas e princípios, também permite que se tenha a percepção do relacionamento que o Estado vai tendo com esta indústria, no sentido da dificuldade que tem em controlá-la de forma eficiente.

Um outro conjunto de fontes a abordar será a correspondência entre os administradores dos concelhos e os governadores civis e a correspondência entre estes e o poder central – Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. A correspondência dá-nos noções importantes da forma como a autoridade do Estado era vista na periferia, a tentativa que este fazia para que os documentos legais emitidos em Lisboa fossem cumpridos e aquilo que eram as tradicionais formas de resistência à sua autoridade. É também uma forma de perceber como o Estado tentou conhecer a indústria no seu território, pois, invariavelmente, surgiam os pedidos de inquérito – o conhecimento da indústria seria premissa necessária para o Estado a poder regulamentar de forma mais eficiente, o que, neste contexto específico, gerava, não poucas vezes, um impasse.

Os dados recolhidos nos boletins consultados com o arco cronológico de 1853 a 1868, não nos fornecem informações directas sobre as pedreiras ou a sua indústria. A falta de informação directa sobre as pedreiras poderá estar ligada, hipoteticamente, ao facto de o crescimento efectivo da importância das pedreiras só se ter verificado em períodos mais tardios. Porém, foi possível verificar que, embora intermitente, a indústria esteve activa. O Estado procurou promover a indústria no âmbito das exposições internacionais e a

observação *in loco* permitiu também uma aprendizagem de métodos e técnicas que poderiam ter aplicação interna.

Por fim, um estudo dos inquéritos disponíveis, os específicos, dirigidos às próprias pedreiras, e o geral, o Inquérito Industrial de 1890. Os inquéritos não seriam nada mais do que a tradução em termos práticos do que vinha a ser solicitado, em termos legislativos, durante a segunda metade do século XIX, mais precisamente nas décadas de 70, 80 e 90.

As dificuldades inerentes à pesquisa de arquivo, sejam elas logísticas ou burocráticas (encerramento de arquivos - transporte da documentação de um local para outro, informação não catalogada e a até dificuldades de acesso) não permitiu, contudo, que se conseguisse fazer uma análise mais extensiva sobre a evolução da indústria em todos distritos que contavam com a presença e funcionamento de pedreiras na segunda metade do século. Neste sentido, o manancial de informação fica reduzido ao que foi possível aceder e trabalhar, isto é, informação referente a alguns distritos como: Viana do Castelo, Viseu, Évora e Faro. Todavia, a consulta dos mesmos, permite-nos ter uma ideia da evolução da indústria no período em questão e, simultaneamente ter uma noção da presença das pedreiras no território.

Naquilo que é o estudo dos inquéritos e da correspondência específica, debruçarnos-emos sobre os dados existentes para Viana do Castelo, nomeadamente para a década de 80, Évora década de 70/80, Viseu década de 70/80, por fim, Faro, com dados disponíveis apenas para a década de 80. No capítulo dos inquéritos gerais, inicialmente pretendia-se incluir o Inquérito Industrial de 1881, dado o arco cronológico, mas a inexistência de dados pertinentes levou a que se considerasse, apenas, o volume do Inquérito Industrial de 1890 que diz respeito às Minas e Pedreiras.

Torna-se indispensável fazer uma salvaguarda sobre a qualidade dos dados recolhidos nos inquéritos. Tanto os inquéritos específicos de âmbito local ou municipal, como o inquérito geral, este com ênfase dado à sistematização de dados que contém, constituem-se como fontes ricas e indispensáveis para estudo das pedreiras no período em questão. Todavia, os inquéritos têm algumas debilidades, o que faz com que os dados tenham que ser vistos com alguma cautela. Na origem destas debilidades pode estar, por um lado, a inépcia ou incompetência dos inquiridores no local; note-se o exemplo de Braga: “(...) Há no distrito de Braga bastantes pedreiras”²¹, principalmente nos concelhos de Amares, Barcellos, Braga, Cabeceiras de Basto, Espozende e Póvoa de Lanhoso

²¹ Sublinhado nosso.

(...)”²². A exactidão ou percepção do número de pedreiras fica à partida condicionado pela descrição de quem tinha por obrigação fazer melhor. Noutra vertente, a simples recusa dos exploradores em responder às questões levantadas pelos inquiridores: “(...) Ao inquérito directo foi impossível conseguir que os industriaes satisfizessem de boa vontade. Os esclarecimentos que forneceram são de tal ordem que não inspiram confiança, e muitos negaram-se completamente a dá-los. (...) ”²³. Este é apenas um de muitos exemplos onde a autoridade do Estado é amplamente posta em causa. Outros exemplos poderiam ser dados sobre a falta registos sobre a produção, mas o que importa aqui ressaltar é que os dados quantificáveis presentes nos vários inquéritos, aqui trabalhados, têm obrigatoriamente de ser vistos como valores aproximados e não como valores absolutos.

Naquilo que será o tratamento efectivo da informação recolhida, ao nível qualitativo e quantitativo, pretendemos, tanto quanto possível, traçar uma linha evolutiva da indústria na segunda metade do século XIX, com enfoque predominante entre 1870 e 1890. O objectivo será verificar de que forma estes dados se entrelaçam com questões inerentes às obras públicas e implementação da autoridade do Estado no território. Isto poderá ser verificado, por um lado, com base no discurso, ou seja, tendo em consideração as observações feitas e registadas pelo inquiridor a quando da realização dos inquéritos e por uma análise da correspondência entre administradores do concelho - governadores civis e poder central. Por outro lado, análise quantitativa e o acesso a indicadores como: produção (quantidade e valor), operariado, salários, horas de trabalho, entre outros, ajudanos a ter uma noção um pouco mais precisa do estado em que se encontravam as pedreiras.

Por fim, para uma melhor compreensão das variáveis quantitativas estudadas nos inquéritos proceder-se-á à elaboração de mapas recorrendo às ferramentas digitais aplicadas à História, os SIG – Sistemas de Informação Geográfica.

Orientação da investigação

²² Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. I (Imprensa Nacional, 1891), 199.

²³ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:231.

O presente estudo irá ser dividido em sete capítulos e respectivos subcapítulos conforme se justifique um maior aprofundamento do tema em análise em cada capítulo.

O primeiro capítulo dirá respeito à contextualização histórica em que o tema se insere: um quadro mais geral da conjuntura de Portugal na viragem para segunda metade de oitocentos e as ambições de Fontes Pereira de Melo. São também realizadas algumas referências à indústria no século XIX, mais concretamente sobre debate historiográfico em tono dos motivos para o atraso industrial – questões sobre renovação do interesse pela temática e os seus avanços.

No segundo capítulo, pretendemos obter a compreensão daquilo que foi a criação e modernização do quadro legal ao longo do tempo para o funcionamento da indústria. Iremos fazer referência às suas influências, aos primeiros decretos no início da segunda metade de oitocentos, a Carta de Minas (1850), a criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1852 e a reformulação da Carta de Minas também ela em 1852. Os principais ajustes e alterações feitas ao quadro base, com principal ênfase para a lei fundamental de 6 de Março de 1884. A emissão do decreto para realização do mais completo inquérito feito à indústria portuguesa no século XIX – 26 de Junho de 1890. E por fim, o decreto de 13 de Abril de 1892 – uma última tentativa de ajuste e regulamentação da indústria a caminho do final do século.

O terceiro capítulo remete-nos para o estudo do problema dos condicionalismos de base que a indústria encontrou – nomeadamente a questão da instrução. Procurou-se fazer um exame sobre a relação entre o Estado e a indústria das pedreiras através da análise da correspondência. Esta seria também um espelho daquilo que foi a lenta e difícil implementação da autoridade do Estado no território. Iremos descortinar as relações de poder que existiam entre o centro e a periferia tendo em consideração os vários actores, as peças no xadrez político da época – poder central, Governadores Civis e Administradores do Concelho.

A quarta parte diz respeito a questão das obras públicas, isto é, à concretização material de alguns dos projectos idealizados pelo fontismo e outros desafios que emergiram com o progresso industrial alcançado na segunda metade do século XIX, ou seja, pretendemos demonstrar a relação simbiótica entre esta indústria e a implementação e modernização das vias de comunicação - ferrovias, estradas, portos e a fase de grande fulgor de construção de habitações que se verificou na década de 1880.

O quinto capítulo fará referência às várias tentativas que o Estado fez para conhecer a indústria das pedreiras através de inquéritos realizados na década de 1870 e 1880. Com base nos dados disponíveis para esse período iremos mostrar como se encontrava a indústria das pedreiras no distrito de Viana do Castelo, Évora e Faro. Tentaremos construir, sempre que possível, a evolução da indústria na linha do tempo.

O sexto capítulo irá ter como foco principal uma análise global à realidade desta indústria tendo por base os resultados do Inquérito Geral de 1890. Procurar-se-á fazer uma análise nas vertentes: quantitativa e qualitativa. Em termos quantitativos, variáveis como o número e a distribuição das pedreiras pelo território – a produção, bem como a distribuição espacial dos operários das pedreiras e o seu impacte na mão-de-obra activa na época (1890). Em termos qualitativos a análise pautar-se-á pela atenção sobre o operariado em si, ou seja, para além de variáveis como o horário de trabalho e o que recebiam pretende-se compreender o nível de vida dos mesmos através, por exemplo, daquilo que era a sua alimentação e a forma como viviam, auxiliados pelos relatos da época atendendo sobretudo das considerações que os inquiridores fizeram aquando a realização dos inquéritos.

Por fim, no sétimo capítulo, iremos ter em consideração questões como a qualidade do material extraído – como era visto lá fora e o que ficou. Como também se acha pertinente salientar algumas notas relacionadas com o método e tecnologia aplicados à indústria bem como a sua relação com os transportes, para os quais contribuiu.

1 - A problemática da industrialização em Portugal no século XIX - as interpretações e a historiografia.

O estudo de qualquer temática Histórica tem como fim que a reconstrução do passado seja feita da forma mais rigorosa possível. A criação de uma teoria, de um modelo explicativo, sobre o tema em análise, seja ele de cariz económico, político, sociocultural ou uma convergência entre os vários campos, exige sempre um manuseamento cuidadoso das ferramentas inerentes à metodologia de trabalho da disciplina. Todavia, é o investigador que decide que ferramentas usar, como as usar e, no caso de existir uma grande pluralidade, a escolha objectiva de fontes que sustentem a sua argumentação. O produto final será sempre subjectivo, como tudo nesta disciplina, alvo de crítica e polémica - quanto mais sensível for a temática trabalhada. Daí emerge o conflito de

opiniões, troca de ideias, novos pontos de vista e, muitas vezes, o renovar do interesse sobre esses mesmos temas originando o avanço na investigação.

O estudo particular de uma indústria, neste caso, as pedreiras, acaba por estar inevitavelmente envolvido naquilo que é naturalmente mais geral, sobre o que foi a indústria em Portugal no século XIX. Por outras palavras, o estudo do estado da indústria no período oitocentista, os seus avanços e recuos, a sua importância para a economia nacional em vários momentos do século XIX, mas sobretudo, as razões para o seu atraso e/ou fracasso, foram pouco, ou não foram de todo, consensuais ao longo de toda a produção historiográfica sobre este tema.

Um dos aspectos que levantou mais polémica ao longo da produção historiográfica tem a ver com a relação causa-efeito, isto é, a discussão em torno do desenvolvimento da indústria durante século XIX, quais os motivos para o seu condicionamento, mais precisamente os factores de bloqueio ao seu crescimento.

A discussão sobre os modelos explicativos para o atraso industrial centrou-se predominantemente em questões relacionadas com a dependência inglesa, as invasões francesas, o tipo de pauta alfandegária aplicada ao longo do século XIX e persistência das estruturas e/ou mentalidade de Antigo Regime, entre outras questões. Albert Silbert, ao escrever sobre o estado da indústria portuguesa e ao apresentar um modelo explicativo para os seus problemas levantaram algumas reservas à teoria invocada por Borges Macedo. Este argumentava que no final do século XVIII e início de XIX teria existido um período de crescimento da indústria portuguesa, os anos de 1800 a 1802 seriam o momento de viragem. À escolha desta periodização estaria inerente, segundo Macedo, a entrada por via oficial ou por contrabando de vários produtos ingleses e seria a partir desse momento que a concorrência inglesa se tornaria catastrófica para a indústria nacional. Silbert considera a tese interessante, mas o seu fundamento é posto em causa pela falta de dados estatísticos para comprovar a teoria exposta²⁴. Embora Silbert reconheça a existência de um período de relativo florescimento no início do século e faça, também, referência à influência inglesa e ao factor “pauta”, acaba por destacar as invasões francesas como razão fundamental para o atraso industrial português. Estas tinham rompido de forma brutal o tecido industrial português e acabariam por criar, ainda que de

²⁴ Albert Silbert, *Do Portugal Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3ª edição (Lisboa: horizonte universitário, 1981), 42.

forma indirecta, condições que gradualmente iriam favorecer a concorrência inglesa²⁵ - ainda na argumentação é taxativo ao afirmar: (...) “As invasões francesas ao arruinarem uma prosperidade indiscutível tiraram a Portugal as possibilidades do progresso económico que, num momento decisivo da história do Ocidente, poderia ter realizado (...)”²⁷.

Se recordarmos algumas das preocupações de Oliveira Martins, verificamos que os autores que enunciámos, e outros que serão mencionados adiante, foram influenciados pelos seus pensamentos. Por outras palavras, Oliveira Martins defendia que os principais problemas da economia e da indústria portuguesa seriam: a pauta alfandegária livre-cambista²⁶, o que ele denominava como “liberalismo de Manchester”²⁷, e como consequência directa, a concorrência inglesa seria um elemento atrofiador da economia nacional. Mais tarde, a partir dos anos 80, quando Oliveira Martins remete para segundo plano a sua visão agrarista e começa a ter uma visão predominantemente industrializadora do país, o mundo mudara, e foca-se na questão da educação, mantendo, no entanto, sempre bem patente a questão da pauta e da concorrência inglesa: “(...) a pauta é a defesa, a instrução é o fomento, complementam-se quando combinadas - isoladas pouco valem (...)”²⁸. As explicações, designadas como tradicionalistas, que vamos encontrando na nossa historiografia para esta temática, têm muitas vezes como base argumentativa as preocupações levantadas por Oliveira Martins e até mesmo, mais tarde, por José Campos Pereira (1919)²⁹, onde, uma vez mais, a influência inglesa assume particular destaque.

O artigo de José Maria Amado Mendes pode ser considerado um exemplo de uma explicação algo inserida no “tradicionalismo historiográfico”, isto é, alguma da sua argumentação baseia-se em autores clássicos como: Silbert, Borges de Macedo, fazendo também referência a Acúrsio das Neves, mencionando questões de pauta, domínio britânico, instrução e efeito nefasto das invasões francesas. Todavia, é igualmente verdade que o autor introduz uma série de pontos muito interessantes: a questão colonial,

²⁵ cf Silbert, 72–73.

²⁷ Silbert, 78.

²⁶ De referir que Oliveira Martins também tinha algumas reservas relativamente ao Protecçãoismo ortodoxo, isto é, defendia a aplicação daquilo que concebia como “protecção adequada”.

²⁷ Miriam Halpern Pereira, «Oliveira Martins e o Fontismo», *Revista Ler História*, n. 34 (1998): 19.

²⁸ Pereira, 22.

²⁹ “ (...) Quando, porém, palpavelmente sentimos que era preciso trabalhar e ter indústria, quando verificámos que tratados internacionais e de interesses meramente dinásticos nos colocavam na dura contingência de lutar em novos campos de actividade, lutámos então. (...) ” - Para mais detalhes cf. José Campos Pereira, *Portugal Industrial: Características, números, comentários* (Lisboa: Livraria Profissional, 1919), 4 – 5.

nomeadamente a questão dos mercados - associado à Conferência de Berlim ou o desfasamento tecnológico e instrução profissional, afirmando que se verificou uma expansão do tecido industrial contribuindo assim com novas perspectivas de análise sobre este tema³⁰.

Miriam Halpern Pereira é outra autora de grande importância neste domínio. A sua teorização sobre o atraso industrial do país tem presente a questão da influência inglesa fazendo um elo de ligação muito forte com a persistência das estruturas de Antigo Regime. A questão da mentalidade e a persistência de alguns modelos e estruturas ancestrais impedia que a burguesia capitalizasse em algumas das modificações estruturais conseguidas até então, obrigando-a a ficar dependente do mercado estrangeiro, sobretudo britânico³¹. A questão da pauta alfandegária é também um ponto fundamental na sua argumentação. A oscilação do tipo de pauta adoptada, opção quase sempre condicionada pelas vicissitudes políticas da época, teria sido fatal para o crescimento industrial português do século XIX, sobretudo aquando do golpe de Estado de Costa Cabral, em 1842 - a subida ao poder dos *Cartistas* e o retorno ao livre-cambismo: “(...) O proteccionismo, ou seja, a luta contra a concorrência estrangeira, fundamental para o desenvolvimento económico independente do país, fracassará assim completamente, depois de ter durado uns escassos 20 anos (...)”³². É com base em alguns destes pontos, que foram sumariamente mencionados, que a autora introduz no debate historiográfico o conceito de “subdesenvolvimento”. A génese do conceito que, segundo a autora, era predominante na cultura oitocentista, seria o de “decadência” e a sua alteração para o de “subdesenvolvimento” não pressupunha menor rigor conceptual, apenas teria um tom menos catastrófico por supor a possibilidade de evolução dentro de uma conjuntura ou condições eventualmente adversas. Portugal surgiria então, no leque dos países considerados como de “desvio civilizacional”, isto é, países fora do grupo dos países industrializados, dentro dos quais a Inglaterra seria o expoente máximo. Este conceito é importante, pois não só ilustra todo um conjunto de dificuldades sentidas pelo país ao tentar industrializar-se ao longo do século XIX, mas também acentua a questão do “desenvolvimento desigual” entre as nações e a consequência mais gritante desse subdesenvolvimento seria a subordinação a um centro económico e social, que pela

³⁰ José M. Amado Mendes, «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», *Análise Social* 16, n. 61/62 (1980): 32–36.

³¹ cf. Pereira, *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX*, 13–14.

³² Pereira, 13.

primeira vez na história iria adquirir supremacia sobre todos os outros durante um largo período de tempo - o inglês³³. Interessante ainda referir que Miriam Halpern Pereira distancia-se de autores como Villaverde Cabral quando este defende que a expansão industrial foi relativamente acentuada e prolongada, e que apesar dos seus avanços e recuos a Indústria teria crescido quando em comparação com os outros sectores da economia - pelo menos até ao período de 1891. A autora não só discorda, como afirma que o sector mais dinâmico teria sido o da agricultura, chegando mesmo a falar de *desindustrialização*. Esta teoria acaba por ser contrariada por Jaime Reis, autor que abordaremos de seguida, ao afirmar que não se percebe em que períodos se verificou essa *desindustrialização* e em que moldes tal situação se verificou³⁴.

Jaime Reis, ao debruçar-se sobre a questão do atraso económico português e inerentemente a questão industrial, convoca a o conjunto de explicações tradicionais e afirma que a questão da estrutura fundiária é a que apresenta maior robustez. Na sua óptica, não parece haver dúvida quanto ao atraso técnico e baixa produtividade em Portugal e aqui o sistema de propriedade seria fundamental. Porém, o mesmo autor dá-nos uma explicação nova para o mesmo fenómeno, o que mostra a pertinência e o interesse que o tema ainda continua a ter na nossa historiografia. Para Reis, não foram as resistências próprias de Antigo Regime as responsáveis para a lentidão do crescimento do crescimento económico. As conclusões do seu estudo apontam para que a falta de progresso em Portugal poder-se-á ter ficado a dever a questões de clima e solo, que teriam impossibilitado os agricultores portugueses de participarem na “Revolução do Nitrogénio” – esta, foi responsável por um aumento considerável da produção (mais de 50%) na Europa, em países como: Alemanha, França (norte), Bélgica e Holanda³⁵. Do seu ponto de vista, teorias defendidas com base na pauta alfandegária e dependência externa devem ser algo relativizadas e alerta para questões como procura e consumo – a ausência de um mercado nacional e outros problemas de base, como a taxa de

³³ Miriam Halpern Pereira, «“Decadência” ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», *Análise Social*, 1978, 7–8. Neste artigo é também interessante verificar as ideias de Antero de Quental sobre o princípio de “decadência” portuguesa e onde remontam esses mesmos sintomas. Segundo Antero de Quental, a questão é remetida para a perda e recuperação da independência, ou seja, século XVI, e o emergir de um novo mundo onde o cavaleiro-mercador é gradualmente substituído pelo mercador capitalista, frequentemente estrangeiro, onde o paradigma de sociedade se altera e onde o capitalismo vai penetrando de forma crescente.

³⁴ Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», *Análise Social*, 1987, 159.

³⁵ Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», 12.

³⁸ Para uma explicação mais detalhada cf. *ibid.*, 12 – 25.

analfabetismo³⁸. Os estudos de Jaime Reis, não só rompem, em parte, com as causas principais, as mais comuns, para o atraso económico-industrial português, como acaba por nos fornecer novas explicações, abrindo novas perspectivas de análise.

O estudo sobre o atraso económico português esteve sempre muito centrado na relação causa-efeito, isto é, na tentativa de identificar os principais motivos para o estado da indústria e seu desenvolvimento no século XIX. Pedro Lains mostra-nos uma abordagem e perspectiva distintas. O autor começa por criticar a forma como se tem trabalhado o tema, isto é, na sua óptica existe uma atenção desigual entre a questão do crescimento e os motivos para o atraso nomeadamente sobre o século XIX: “ (...) a preocupação com o crescimento económico nacional estava relegado para segundo plano na historiografia nacional (...) ”³⁶ – e neste sentido o seu estudo aponta para aquilo que foram os avanços, o crescimento, que o país com todas as limitações e inserido numa conjuntura difícil, como veremos adiante, conseguiu conquistar. O autor começou por chamar a atenção para as indicações deixadas por Gerard Pery, e pese embora as informações estatísticas no século XIX fossem ainda algo incipientes, a verdade é que a economia vinha a sofrer mudanças relevantes desde a década de 1840 até 1875 – data em que Pery deixa as suas observações. Os estudos de Lains apontam para que a partir da década de 1830 a industrialização portuguesa tivesse começado a ganhar algum fôlego, numa altura em que se assistia a algo semelhante no resto do continente. Esta conjuntura teve influência noutros campos de economia como por exemplo na agricultura que, com os seus altos e baixos, se desenvolveu. As comunicações, entre as quais se destacam o telégrafo, os caminhos-de-ferro e as estradas também beneficiaram das condições favoráveis à evolução que se verificava no resto da Europa, embora cada país tivesse os seus diferentes ritmos de crescimento face às suas próprias condições. O desenvolvimento do Estado, das instituições nacionais e das relações entre nações, fruto do comércio, migrações e fluxo de capitais, também merece destaque porque, segundo o autor, este crescimento é acentuado a partir da década de 1870 e sente-se os seus efeitos em Portugal⁴⁰. Isto torna-se ainda mais interessante se tivermos em consideração que Portugal, na segunda metade do século XIX, tentou sempre acompanhar os processos de modernização do Estado dos seus congéneres europeus, mas é sobretudo, a partir de 1870, que o país vai conhecer uma grande aposta nas obras públicas, provavelmente consequência do crescimento de

³⁶ Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal 1842 - 1992* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais ICS, 2003), 18. ⁴⁰ Lains, 21–23.

condições favoráveis ao desenvolvimento industrial, e aqui, uma vez mais, é colocada em causa a ideia de que o país teria sofrido um processo de *desindustrialização*.

É neste contexto que as pedreiras, a sua indústria, vão ganhar preponderância – o quadro de obras públicas que fora projectado criava condições para o desenvolvimento industrial deste sector. Para além da construção e modernização das vias de comunicação (caminhos-de-ferro, portos, estradas), a migração das populações para as cidades, sobretudo Lisboa e Porto, obrigou à construção de infra-estruturas, habitações, para acolher as migrações. As pedreiras seriam uma das “chaves” para resolver as necessidades emergentes destas situações – das pedreiras saiu matéria-prima de todo o tipo para os respectivos projectos de obras públicas. Por outro lado, a necessidade que se iria verificar recorrente às pedreiras também forçou à modernização, obrigou a um esforço de adaptação face ao que se verificava no resto da Europa, não só em termos de inovação do quadro legal, mas também em termos metodológicos - a prova disso mesmo é a presença portuguesa num congresso europeu em Bruxelas, a 19 de Setembro de 1854, sobre o modelo uniforme, transversal, para se poder realizar as estatísticas industriais, onde é inclusive feita menção à indústria extractiva.³⁷ Podemos dizer que se tratou, no campo teórico, com a evolução normativa através de promulgações de leis e realização de inquéritos seguindo, ou pelo menos tentando, seguir as normas europeias. O Estado procurou formas efectivas de potenciar a indústria das pedreiras através pontos muito específicos da legislação, no que diz respeito à isenção de alguns impostos, mas também na atribuição de outros benefícios e até contribuições industriais. Esta ideia contraria a tese de Jaime Reis quando afirma que:“(...) O papel do Estado em incentivar activamente a industrialização foi diminuto ao longo de todo este período – não foram introduzidas quaisquer políticas isenções fiscais, subsídios, empréstimos baratos ou contractos governamentais como se verificou nalguns países da Europa de Leste (...)”.³⁸ O Estado não só legislou no sentido de atribuir benesses à indústria extractiva, como iremos constatar mais adiante, como chegou mesmo a contribuir em termos práticos e isso constata-se aquando numa reclamação de um industrial ao inquiridor reclamando pela

³⁷ Para uma informação mais detalhada Cf. *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 8 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1854), 144–64.

³⁸ Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio», 217.

“diminuição da contribuição industrial”³⁹, ou seja, embora pudesse não ser significativa podemos, pelo menos, concluir que para além de constar no quadro teórico também se verificou em termos práticos.

Em suma, a pedreiras, dentro do contexto industrial mais geral, vão ter a particularidade e importância de contribuir para a evolução do Portugal da segunda metade do século XIX.

1.2 - A Regeneração e o Fontismo - o fomento material e as obras públicas. A base do projecto – a sua defesa e contestação.

A História de Portugal do século XIX foi maioritariamente marcado, sobretudo na primeira metade, por períodos de grande instabilidade política, económica e social. Os efeitos das invasões francesas, as suas consequências, os acordos ingleses, as revoluções - conspirações, pronunciamentos militares, “constituições” e pautas alfandegárias foram apenas alguns dos temas mais discutidos e fracturantes da sociedade e frequentes no vocabulário e na política da primeira metade do século XIX, sobretudo após a vitória definitiva do liberalismo com o fim da guerra civil de 1832-1834, entre liberais e “absolutistas”. Quando se pensava que o país poderia caminhar para a paz o período subsequente é marcado precisamente pelo contrário. As forças liberais até então unidas por um objectivo comum (derrota do Antigo Regime) depressa se dividiram em correntes opostas: uma ala mais progressista (avançada), alicerçada por uma franja radical e uma ala conservadora ou moderada. Seguiu-se um período onde as diferenças ideológicas e os dissídios pessoais conduziram a um extremar de posições onde a obtenção de consensos sobre as regras fundamentais de vivência colectiva, isto é, a Constituição foram praticamente impossíveis – num curto de espaço vigoraram três: (a Constituição de 1822, a Carta Constitucional 1826 e a Constituição de 1838). A contestação manteve-se sempre em níveis bastante elevados: alimentou-se, cada vez mais, a violência incitando a motins e revoltas populares. Simultaneamente, a crítica virulenta assente nos contínuos escândalos políticos e o grassar da corrupção, que pululava o Estado, culminou em mais uma guerra civil - a Patuleia (1846). Esta só conheceu o seu fim através da intervenção estrangeira, já ao abrigo das forças alinhadas na Quadrupla Aliança, na Convenção do

³⁹ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:206.

Gramido em Junho de 1847. Esta conjunção extremamente desfavorável, continuamente conflituosa, fez com que as mudanças estruturais necessárias, por outras palavras, a edificação do Estado Liberal decorresse de forma precária, lenta e altamente instável⁴⁰. Pedro Tavares de Almeida ao definir as *Chaves do Período*, duas etapas diferentes, correspondentes às duas datas - 1834 e 1890, ambas com dinâmicas políticas e institucionais muito próprias, estabelece uma linha que separa esses dois períodos. Essa linha, esse momento de charneira situa-se, precisamente, na viragem para segunda metade do século XIX, em Maio de 1851, com o advento do golpe preconizado pelo duque de Saldanha – a *Regeneração*⁴¹.

A *Regeneração* é, talvez, um dos marcos mais importantes da nossa História Contemporânea, pelo que representou no imediato e pelo que projectou a longo prazo. Desde logo, a rotura com o *status quo* das querelas políticas, ou seja, o afrontamento violento pelo poder deu lugar a uma disputa pacífica, tendo por base o diálogo, a negociação e o entendimento tácito dos partidos face às novas regras do jogo político. Como Pedro Tavares de Almeida menciona, nasce a “política dos acordos”. A isto, juntase o emergir de uma nova classe política - entre 1852 e 1885, 80% dos deputados eleitos faziam a sua estreia no parlamento, o que contribuiu, em larga medida, para que este processo de negociação fosse facilitado e tenha conhecido o sucesso. As novas normas, o consenso político, ficaria espelhado no Acto Adicional à Carta Constitucional de 1852⁴². As reformas no exército, ou seja, a denominada “promoção monstro” – a promoção de todos os oficiais à patente superior, simultaneamente com o desligamento dos civis e dos partidos a um movimento de cariz militar, permitiram o apaziguamento e unificação dos vários “exércitos” num só, comandado por Saldanha. A política ficava agora a cargo dos civis e os militares estariam de volta ao seu lugar natural – os quartéis. Rejeitava-se assim, a violência como forma de acção política.

Porém, não nos podemos esquecer do contexto internacional, sendo que este também se entrelaça e influencia o interno. Nas palavras de Rui Branco, o sucesso dos acordos alcançados e o consenso político também se deveram ao facto de se ter verificado o esmagamento, por toda a Europa, da “primavera dos povos com enfoque especial para a II República Francesa - liquidaram-se as esperanças dos radicais e acalmaram-se os

⁴⁰ Pedro Tavares de Almeida, ed., *A construção nacional 1834-1890*, História contemporânea de Portugal: 1808-2010 (Madrid: Carnaxide: Fundación Mapfre; Objectiva, 2013), 20.

⁴¹ Almeida, 19.

⁴² Almeida, 20–21.

receios dos conservadores.”⁴³ Das conclusões que se puderam retirar: os liberais perceberam que as alianças com os radicais representavam um risco muito elevado para os seus interesses (veja-se, aliás, a falência do Setembrismo como exemplo), os conservadores concluíram que o sistema de Metternich deixara de funcionar e, por fim, os radicais, esses, interiorizaram que a espontaneidade não era o factor determinante para o sucesso. De modo a realizar uma transformação política profunda e duradoura o requisito era outro - organização⁴⁸. O Mundo mudara e como afirma Maria Filomena Mónica - “ (...) o ciclo das reacções passava, tal como o das revoluções. Chegara a fase do fomento. (...) - estava na altura da (...) construção da estação de Paddington, dos canais desenhados por Lesseps, da abertura do Palácio de Cristal, da reconstrução de Paris por Haussman, do I Congresso de Estatística, da instalação do telégrafo (...)”⁴⁴ – o tempo era outro, finda-se um ciclo na Europa e inaugura-se outro, onde o optimismo seria, talvez, a variável mais constante e predominante no léxico político. Na viragem para a segunda metade da centúria Portugal também foi contaminado pela onda de optimismo reinante no Continente, inaugurava-se um novo capítulo da sua história onde palavras como materialismo, caminhos-de-ferro, estradas, fomento, em suma, obras públicas, passavam a dominar o vocabulário político português e cuja figura política mais proeminente seria António Maria Fontes Pereira de Melo.

A política de melhoramentos materiais foi inaugurada, ou melhor, proporcionada pelo sucesso do advento da *Regeneração*. Porém, é justo referir que já antes de 1851, nas décadas de 30 e 40, se falava em criação e desenvolvimento de obras públicas e vias de comunicação – comboios e estradas⁴⁵. A par das conjunturas económicas, sociais e políticas, que eram manifestamente desfavoráveis, juntava-se o problema estrutural – as tradicionais formas de resistência à mudança com a falência do Antigo Regime e implementação do liberalismo. Em Portugal, o finamento do anterior *status quo* foi um processo lento e, embora tenha conhecido um impulso na segunda metade do século, não deixou de condicionar o crescimento da economia portuguesa num contexto em que as economias europeias eram cada vez mais competitivas⁴⁶.

⁴³ Pedro Tavares de Almeida, ed., *A construção nacional 1834-1890*, 1a. ed, História contemporânea de Portugal: 1808-2010 (Madrid: Carnaxide: Fundación Mapfre; Objectiva, 2013), 18. ⁴⁸ cf Almeida, *A construção nacional 1834-1890*, 2013, 51.

⁴⁴ Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo* (Porto: Ed. Afrontamento, 1999), 25.

⁴⁵ Em 1837, Herculano falava com entusiasmo sobre as vias de comunicação, motivação essa que mais tarde viria a perder. Mónica, 28.

⁴⁶ cf Leonor Freire Costa, Pedro Lains, e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal, 1143-2010*, 1a edição (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011), 289.

Todavia, mesmo em circunstâncias adversas conforme ilustrámos, os melhoramentos materiais já estavam presentes no horizonte político antes da *Regeneração* e conheceram alguma, ainda que mínima, planificação, nomeadamente no governo de Bernardo da Silva Costa Cabral. Em 1849, já na fase final do governo cabralista, Fontes começava a destacar-se e, através de um discurso extremamente corrosivo arrasava os planos para a construção de estradas e as companhias cabralinas que estavam na vanguarda desses mesmos projectos. Entre outras imputações, acusava o executivo e as companhias de prejudicarem o Estado – a este discurso estava inerente a base argumentativa que iria sustentar a necessidade da criação do Ministério das Obras Publicas Comércio e Indústria - “(...) Num país sem capitalistas decentes, só o Poder Público podia meter ombros às obras que, há anos, o país aguardava (...)”⁴⁷.

Embora a composição do executivo, após o golpe, tivesse alguns avanços e recuos acabando por originar a sua remodelação e até alguma polémica, o facto é que Fontes foi para o Governo e a partir desse momento delineava aquilo que mais tarde ficaria a ser conhecido por *fontismo*. A política de Fontes foi baseada em “(...) promover os melhoramentos materiais nesta terra, de modo que essas fontes reprodutoras possam criar matéria colectável, que habilitem os poderes públicos (...) a poder acorrer às despesas necessárias (...)”⁴⁸. Neste sentido, o plano é relativamente compreensível – o endividamento ao estrangeiro seria como que um mal necessário para a construção das artérias onde circulariam pessoas e bens e, daqui, surgiriam todos os meios pelos quais se formaria riqueza e dessa poderiam ser cobrados impostos, a *matéria colectável*, que posteriormente o Estado iria usar para pagar os empréstimos contraídos. Por outras palavras, mais tarde ou mais cedo, as vias de comunicação pagar-se-iam a elas mesmas e o país estaria dotado das dinâmicas comerciais e industriais semelhantes às dos seus congéneres europeus.

Porém, não havia consenso em torno deste plano ambicioso em todos os quadrantes da política portuguesa, como até foi fértil em polémica. Naturalmente, os cabralistas, afastados do poder, fizeram sentir o seu desagrado e, através da imprensa, lançaram vários ataques a Fontes. Todavia, foi em Herculano que Fontes conheceu o seu maior e mais feroz opositor. Herculano, que em certa altura era um entusiasta das vias de comunicação,

⁴⁷ Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 17.

⁴⁸ Almeida, *A construção nacional 1834-1890*, 2013, 52.

acabou por resvalar para a oposição; não simpatizara com Fontes e com os seus métodos⁴⁹ e, também porque Saldanha entregara a Pasta do Reino a Rodrigo da Fonseca, na altura da remodelação ministerial, político que desprezava profundamente. A política, no século XIX, era feita quer no parlamento, quer na imprensa e foi o jornal o *Português* o veículo de excelência escolhido por Herculano para criticar Fontes e defender o melhoramento moral em detrimento do melhoramento material. No entanto, Fontes manteve-se fiel ao que tinha projectado, rebateu sempre as críticas de que era alvo e teve sempre apoio, quer no parlamento, quer na imprensa. António Lopes de Mendonça foi um dos homens que, tanto no parlamento, como na imprensa defendeu vigorosamente Fontes e o seu projecto político. Na época, travou um debate bastante intenso com Herculano e, quando este reprovava, entre muitas outras coisas, a necessidade do aumento dos impostos, invocada pelo executivo, Mendonça subscrevia o pensamento de Fontes e afirmava “(...) As novas contribuições que o Estado pede ao paiz representam o juro de um empréstimo; esse empréstimo vem minorar, na actualidade, os desastres de uma crise económica, e converter-se depois em vias de comunicação, o mais indispensável capital para promover e desenvolvimento e propriedade do trabalho. N’essa convicção o votámos no parlamento, e o defendemos na imprensa. (...)”⁵⁰⁵¹. Na imprensa, teve em Rodrigues Sampaio um grande aliado, que ficou rendido à popularidade do novo executivo. No seu periódico, *A Revolução de Setembro*, subscrive e defende as ideias de Fontes contra os críticos⁵².

Por fim, referir que nesta síntese se pretendeu enquadrar o tema que se vai desenvolver adiante, não pretendemos qualificar o *fontismo* – se foi um sucesso, na medida do que era possível fazer, ou se foi um fracasso devido à questão da dívida pública. Apenas salientar a importância da *Regeneração* e do *fontismo* no qual a indústria extractiva das pedreiras irá ser parte integrante e considerável, num período tão importante como foi a segunda metade do século XIX. É possível constatar isso na conjuntura imediata anterior ao advento da *Regeneração* com a promulgação da Lei de Minas de 1850 e, posteriormente, com a criação do Ministério das Obras Públicas (1852) Comércio e Indústria, a alteração e aperfeiçoamento da Lei de 1850 com a Lei de 1852. A criação de infra-estruturas legais de base coadjuvadas pelos dados estatísticos, que foram possíveis recolher ao longo do

⁴⁹ Herculano classifica como um «roubo» a apropriação do Fundo de Amortização por parte do executivo sob o pretexto da necessidade de fundos para as obras públicas. Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 34.

⁵⁰ António Pedro Lopes de Mendonça, *A questão financeira em 1856* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1856),

⁵¹ .

⁵² Cf Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 20.

tempo, juntamente com as alterações aos diplomas, no mesmo período, que visavam ajustar e controlar aquilo que seria a teoria (regulamentos) e prática (execução) das normas da indústria extractiva. Isto demonstrou um elevado grau de interesse e intencionalidade dos sucessivos governos da segunda metade do século XIX em perceber e controlar o funcionamento das minas e pedreiras, ao mesmo tempo espelha a importância que a indústria extractiva tinha para a política dos melhoramentos materiais.

O ideal acabou por convencer até os mais cépticos e críticos como o caso de Oliveira Martins que no período inicial do primeiro governo de Fontes (1851-1856) foi, a par de Herculano, um crítico bastante corrosivo, chegando a ridicularizar Fontes na imprensa⁵³ e, algumas décadas mais tarde, afirmava:“(...) cheias as velas com um vento de esperanças aladas, o Barco de Regeneração vogava, com Fontes, pimpão, moço e janota ao leme; Rodrigo, perspicaz, de gajeiro, à proa; Saldanha, na Câmara, fardado, solene, falando às visitas (...)”.⁵⁴

2 - A criação de uma estrutura legal para o controle e funcionamento da indústria das pedreiras

Um estudo da indústria extractiva, particularmente da indústria pedreira, não se pode constituir somente por uma análise às variáveis mais comuns de observação, ou seja, número de estabelecimentos industriais existentes, tipo de material extraído, valor da respectiva extracção, operariado – horas de laboração, salários, condições de vida, entre outros. Um estudo mais abrangente procurará igualmente analisar outros aspectos, nomeadamente, os que se reportam às tentativas de regulamentação da actividade por parte das autoridades políticas e administrativas. A legislação assume-se como uma estrutura basilar, complexa e com algum grau de mutabilidade tendo em conta a atenção que irá ter por parte do poder central ao longo do tempo, mais precisamente na segunda metade do século XIX. Isto torna-se substancialmente mais interessante se tivermos em consideração o contexto político, económico e social da época.

Embora o período que iremos abordar de forma mais sistematizada seja o da segunda metade do século XIX, entendemos ser pertinente fazer uma pequena síntese, não só, de

⁵³ Mais detalhes cf. David Justino, *Fontismo: liberalismo numa sociedade liberal*, 1a. ed (Alfragide, Portugal: D.Quixote, 2016), 28–29.

⁵⁴ Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 26.

algumas das disposições normativas que antecedem o nosso arco cronológico, mas também introduzir algumas questões relevantes que foram alvo de polémica aquando da discussão e promulgação dos respectivos documentos normativos. Ficar-se-á assim com uma ideia mais clara sobre o processo de sistematização legislativo que se vai verificar ao longo do fontismo e das bases em que se estabeleceu a indústria extractiva no período aqui abarcado.

2.1– A legislação anterior à Regeneração – as influências

O primeiro documento normativo que visa regular a indústria de extracção remetenos ao reinado de D. Duarte. É em 1434 que se promulga o primeiro diploma referente à extracção. Este viria a ser alvo de alterações por parte de D. Manuel em 1516, e, posteriormente, na Regência de D. Catarina em 1557. Estes diplomas são muito semelhantes em termos daquilo que é a atribuição da concessão e o pagamento de impostos, embora existissem algumas questões difíceis de resolver, não relativamente à propriedade em si como iremos ver mais à frente, mas sim relativamente ao pagamento de eventuais prejuízos no terreno do proprietário, questões que o diploma de 1557 tenta solucionar⁵⁵. Este diploma vai-se manter praticamente inalterado até à reforma preconizada por Passos Manuel em 1836, ou seja, durante praticamente três séculos não houve mudanças significativas em termos legislativos. Segundo o estudo feito por Manuel Rodrigues Júnior, esta espécie de abandono da Coroa relativamente à indústria extractiva esteve ligado ao contexto da época, ou seja, às epopeias marítimas, pois segundo o autor as riquezas provenientes das Américas acabariam por fazer paralisar os capitais e iniciativas. A lei de 1557 apesar dos privilégios que concedera, no que diz respeito à venda livre dos materiais dentro do reino e prémios por descoberta, não teria conseguido reanimar a lavra⁵⁶.

As mudanças implementadas pela Revolução Francesa de 1789, bem como a afirmação do liberalismo na Europa trouxeram consigo todo um leque delicado de questões que originaram inúmeros debates entre os teóricos da época. Neste caso mais

⁵⁵ Para mais pormenores Cf Rocha, «O Carvão Numa Economia Nacional - O Caso das Minas do Pejão», 30–35.

⁵⁶ Manuel Rodrigues Júnior, *A indústria mineira em Portugal : estudo económico jurídico* (Coimbra: Coimbra Editora, 1921), 2–3.

concreto, a questão da propriedade – o solo/subsolo seria um tema de grande polémica. A quem pertenceria as riquezas naturais? Ao proprietário do terreno? Teria ele direito absoluto sobre tudo o que se encontrava na sua propriedade ou, através da prerrogativa da utilidade pública, o Estado teria uma importante e última palavra a dizer? É com base nestas questões que se vão discutir as leis de minas e pedreiras por toda a Europa⁵⁷. O consenso não foi geral, isto é, não houve um modelo normativo uniforme que regulasse a indústria extractiva na Europa, as leis que regularam a indústria da extracção divergiram em questões secundárias mas, sobretudo, divergiram em questões fundamentais - questão da propriedade das minas e a designação do titular da lavra⁵⁸. Das discussões levadas a cabo foram criados dois modelos normativos distintos que serviram de exemplo para o resto da Europa: o modelo inglês e o modelo francês. Porém, seria este último o mais apreciado e consequentemente utilizado por um maior número de Estados.

No âmbito daquilo que seria o modelo inglês, a indústria da extracção estaria completamente subordinada ao regime de acessão, ou seja, os minérios constituem-se como um elemento do solo e neste contexto pertencem ao proprietário da superfície, a sua exploração era regida como se se tratasse de uma cultura comum. No entanto, o exemplo inglês assume características especiais. Pese embora o regime de acessão confira ao proprietário uma espécie de domínio absoluto sobre a propriedade, a verdade é que as minas e o aproveitamento dos minérios estaria dependente de duas coisas: o consentimento do senhor da terra; ou os costumes locais, sendo que estes tinham autoridade para conferir tal faculdade⁵⁹. Ultrapassada a questão anterior, o proprietário seria livre de arrendar a sua propriedade através de contratos de períodos de tempo limitado, caducando estes ao fim do tempo contractualmente estabelecido, por incumprimento das convenções ou por pagamento irregular das rendas. O arrendatário ficaria incumbido da construção de todas as infra-estruturas para realizar a exploração, mas terminado o contrato, tudo o que o arrendatário não puder levar consigo fica para o proprietário do terreno independentemente de qualquer tipo de indemnização⁶⁰. As disposições normativas mais específicas, só focariam assuntos relativos a questões de

⁵⁷ cf Rocha, «O Carvão Numa Economia Nacional - O Caso das Minas do Pejão», 16–18.

⁵⁸ Ibid., 79 – 80.

⁵⁹ Júnior, *A indústria mineira em Portugal: estudo económico jurídico*, 80–81.

⁶⁰ Júnior, 82.

segurança, higiene, salários dos operários e destino dos materiais extraídos - isto com o objectivo de proteger a indústria nacional⁶¹.

Todavia, este modelo não deixou de ser alvo de críticas por se considerar que se tratava de um regime de absoluta liberdade mineira, que incidia sobre uma riqueza tida como bastante importante, em que, de forma frequente, o interesse privado se sobrepunha ao interesse público⁶⁶. No entanto, este modelo não foi seguido unicamente no Reino Unido, tendo servido de base para Estados como a Roménia e a Rússia, por exemplo.

Já no caso francês o modelo normativo aplicado em 1810 regulou por mais de um século a indústria mineira francesa, e embora tivesse sido levemente alterado em 1838, 1880, 1907 e 1911, o diploma napoleónico estabeleceu os princípios fundamentais de autonomia jurídica dos minérios. Ao contrário do que acontecia no sistema de liberdade mineira (acessão) o direito de descoberta é distinguido do direito de lavra. O direito à mina só poderia obter-se através da concessão, e só ao Estado cabia a atribuição da mesma. A concessão não designava somente o concessionário, ou seja, quem tinha o direito a explorar, quem tinha o domínio útil dos recursos, criava também uma verdadeira propriedade imobiliária que estaria subordinada ao regime comum de propriedade⁶². Se tivermos em linha de conta que a concessão mineira constituiu, em termos legais, uma propriedade imobiliária, estamos perante, segundo Manuel Rodrigues Júnior, o princípio fundamental deste modelo normativo – a lei concedia ao concessionário garantias suficientes para poder empreender uma exploração que por base seria sempre aleatória e que exigia montantes de capital investido importantes. A necessidade do estabelecimento de depósitos, galerias e vias de comunicação faria com que a concessão ficasse ainda dotada de alguns privilégios de carácter administrativo como a ocupação temporária e o direito à expropriação.⁶⁸

No modelo jurídico francês o princípio da necessidade pública distingue-se do princípio da liberdade mineira absoluta - o Estado seria, em termos legais, quem teria a última palavra no que diz respeito à condução da exploração dos recursos naturais no território. Assim, a propriedade dos minérios pertenceria em última instância ao Estado, mas esta declaração de dominialidade não significa, ao contrário do que se possa pensar, uma intenção de afastar a actividade privada do sector extractivo, pelo contrário, foi a

⁶¹ Ibid., 80 – 81.

⁶⁶ Júnior, 83.

⁶² Ibid., 89 – 90. ⁶⁸ Ibid.

exploração através do modelo das concessões que este modelo almejou e regulamentou. Este modelo serviu de inspiração para muitos dos Estados da Europa, tais como: Bélgica, Holanda, Espanha, Suécia, Dinamarca e por fim, Portugal - como iremos ver de seguida.

2.2 – A lei de 1850 – a Carta de Minas e a modernização possível.

Na viragem para a segunda metade do século XIX é criado um novo quadro normativo para regulamentar a indústria extractiva em Portugal - a 25 de Julho de 1850, promulgar-se-ia a Carta de Minas. Trata-se de um decreto-lei de características modernas composto por 43 artigos, divididos em oito capítulos. A Carta de Minas assume um elevado grau de complexidade, pois os artigos que compõem os seus capítulos remetemos para as mais variadas questões jurídicas. Analisemos alguns pontos que nos permitem não só perceber o grau de complexidade acima mencionado, mas também a influência do modelo normativo francês no presente decreto.

A legislação estabeleceu desde logo a criação de uma estrutura legal própria e com atribuições específicas – a Comissão de Minas. Esta estrutura ficaria sob a alçada do Ministério dos Negócios do Reino. Entre outras atribuições, destacam-se a permissão para instruir e avaliar os processos para a concessão de lavra, isto é, verificar a existência de condições para a execução de projectos relacionados com o ofício, expresso na primeira alínea do art.º 2º.⁶³ A descoberta de locais de exploração e a sua posterior exploração levavam a um processo burocrático algo extenso. Quem descobria o local e desejava uma licença para trabalhar, tinha que fazer um registo, uma nota de descoberta, na câmara municipal do concelho a que pertence a localidade, de seguida teria que enviar uma cópia desse mesmo registo ao Ministério do Reino, acompanhado de amostras do minério, bem como informações sobre o terreno que desejava ver reservado. Satisfeitos estes requisitos, o Ministério do Reino ordenava à Comissão das Minas que se procedesse à verificação do local e viabilidade do projecto. Por fim, era concedido ao “descobridor” um período máximo de seis meses para formar uma empresa ou obter meios para empreender o início da lavra. Caso não o conseguisse fazer, o Ministério do Reino, em acordo com a Comissão, abria um concurso público para a atribuição da lavra⁶⁴.

⁶³ Ministério dos Negócios do Reino, «Decreto de 25 de Julho de 1850», 180 Diário do Governo § (1850), 511.

⁶⁴ Ministério dos Negócios do Reino, 485.

O capítulo IV da Carta de Minas permite-nos destacar alguns dados que espelham a complexidade da lei. Era necessário o nome do engenheiro que ia liderar a exploração, bem como, um documento que comprovasse o seu grau de especialização, ou seja, o lugar teria que ser ocupado por alguém com competências muito específicas. A demarcação do terreno a ser explorado teria que ser feita por um funcionário do governo, um Comissário, proposto pela Comissão Consultiva das minas, esse mesmo terreno poderia ser dividido em parcelas e em cada parcela teriam de laborar um número mínimo obrigatório de quatro trabalhadores. A saída dos produtos, extraídos das pedreiras ou minas, para o mercado obrigava a uma licença prévia do Governo. A lei não explica somente os processos e atribuição da lavra, prevê de igual forma situações que podem levar à perda do direito da mesma, caso não procedam ao início dos trabalhos no prazo estipulado após a concessão (os seis meses), caso não existam trabalhos nas parcelas ou se forem apurados indícios de abandono da actividade. Caso se verifique a existência de alguma das variáveis acima mencionadas, abrir-se-ia um concurso publico para atribuição da lavra a outrem⁶⁵.

Para além do extenso e minucioso processo acima mencionado vejamos como se estabelece a relação entre proprietário, Estado e concessionário e onde fica bem patente a influência francesa na lei portuguesa. A questão da propriedade e a atribuição da concessão prevê-se da seguinte forma: quem explora, o concessionário, é obrigado a pagar ao proprietário, quem por lei detém a posse do terreno, uma quantia anual que é arbitrada pelo governo, ou seja, uma renda ou imposto. Por outro lado, o proprietário tem a obrigação de assegurar algumas condições básicas para que se possa desenvolver o processo de exploração, caso se apure mau uso ou danos no terreno - o concessionário terá que chegar a um acordo com o proprietário do terreno para uma indemnização⁶⁶. Caso o proprietário, e quem deseja empreender a exploração não consigam chegar a acordo, e após a verificação da viabilidade do projecto, o Estado reserva para si o direito de expropriar o terreno em nome do interesse publico, ou seja, a declaração de dominiabilidade. Todavia, o proprietário do terreno seria sempre ressarcido através de uma indemnização estipulada pelo governo, à semelhança do modelo francês.⁷³

A questão do pagamento de impostos também é merecedora de destaque, pois permite, também ela, perceber o controlo relativamente apertado que o Estado pretendia

⁶⁵ cf Ministério dos Negócios do Reino, 485–87.

⁶⁶ Cf Art.º 26º Ministério dos Negócios do Reino, 487.

⁷³ Alínea 1 e 2 do art.º 26º *ibid*.

ter sobre a indústria extractiva. O procedimento parece-nos ser bastante claro: são estabelecidos dois impostos que os concessionários têm que cumprir, um sobre a dimensão do terreno que é explorado e outro, de 5% do produto líquido da exploração, mas avaliado por árbitros – funcionários do Estado. Verifica-se também a existência de um incentivo à exportação, os produtos que forem exportados terão isenção de qualquer outro imposto nas alfândegas. As tributações cobradas iriam constituir um fundo especial para ser usado no melhoramento da indústria, da forma que o Ministério do Reino e a Comissão das Minas entendessem ser pertinente. O art.º 32º deixa bem patente a tentativa do Estado em controlar de forma apertada as finanças das minas e pedreiras: em todos os estabelecimentos teria de existir um livro rubricado pelo poder local, a Câmara Municipal, em que teria de ficar registado os minerais que saíram para comércio, informação sobre os seus compradores, fosse para consumo interno ou externo, e sempre acompanhados de uma guia registada e assinada pela Câmara⁶⁷.

O último ponto merecedor de destaque diz respeito aos governadores civis e à fiscalização e policiamento dos locais de exploração. É mencionado um regulamento especial de atribuições de competências que não vem explícito, ou seja, existe a ideia de criar as atribuições, mas estas não ficam decretadas, pois os artigos remetem apenas para algumas competências que os tribunais teriam⁷⁵.

Ao analisarmos estes artigos presentes na Lei de 1850 verificamos a existência de uma lógica de tendência centralizadora do Estado no que diz respeito à indústria extractiva – neste caso particular, minas e pedreiras. Os artigos expostos abrangem bastantes variáveis, isto é, existe legislação que prevê a criação de estruturas que organizariam e controlariam as minas através da concessão de direitos para a exploração, em que condições podiam ser feitas e quem as podia liderar – pessoas com grau de especialização comprovado. É também perceptível a intromissão do Estado no decorrer do funcionamento das empresas, no sentido da fiscalização e demarcação do terreno, esta seria feita, somente, por funcionários do Estado. Fica de igual forma explícita a carga fiscal a aplicar aos concessionários, bem como, uma espécie de projecto de melhoramento da indústria tendo por base os impostos cobrados desta forma e ainda algumas benesses alfandegárias. A questão das guias, e o controlo das compras e vendas permitiria um controlo mais apertado de contrabando. Fica a ideia que o Estado para além de tentar

⁶⁷ Ministério dos Negócios do Reino, Decreto de 25 de Julho de 1850, 487–88. ⁷⁵ Ministério dos Negócios do Reino, 488.

controlar a indústria pretendia também o desenvolvimento da mesma. Embora este diploma não vigorasse por muito tempo, sendo substituído em 1852 como iremos analisar de seguida, o que interessa salientar é esta tentativa que o Estado leva a cabo para começar a regulamentar de forma mais consciente e assertiva a indústria, numa altura em que a conjuntura era adversa. Portugal, não tinha ainda entrado num período de acalmia política e nesse sentido a Carta de Minas acaba por ter um carácter extraordinário, servindo como base para os futuros diplomas e reflecte o interesse por parte do Estado nesta indústria.

2.3 - A lei de 1852 – a reformulação da Carta de Minas e a criação do MOPCI

O advento da *Regeneração*, como já mencionámos, marcou o início de um período de relativa paz política e social. Esse momento chave da nossa História possibilitou a idealização e a colocação em prática de projectos de modernização do país em termos materiais e institucionais. É no contexto deste último, a modernização institucional, que se inscrevem os diplomas que vão ser emitidos e as estruturas que vão ser criadas em 1852 e no período subsequente.

Fazer referência a esse momento torna-se assim indispensável, porque é nessa conjuntura de mudança e aposta no progresso material que o Ministério das Obras Públicas e Indústria é criado em 1852 – ministério que passaria a tutelar a indústria extractiva em Portugal, como aliás mostra a lei de 10 de Novembro de 1852 com a extinção da Comissão de Minas, passando as suas competências para o referido ministério⁶⁸. É sobre a alçada deste novo organismo que se irão debater as reformas a aplicar na indústria extractiva, neste caso mais particular, à extracção de pedra.

Dentro daquilo que foram os trâmites do projecto fontista o que importa salientar é que a indústria extractiva não foi esquecida no novo quadro político e económico que emergia com a *Regeneração*, o Estado não a desprezou, pelo contrário, e no final de 1852 revoga a Carta de Minas de 1850 e é lançado outro quadro legislativo para regulamentar minas e pedreiras.

⁶⁸ cf Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Decreto de 10 de Novembro de 1852», 269 Diário do Governo § (1852), 662.

O decreto-lei de 1852, composto por 54 artigos divididos em dez capítulos, não é por si só um quadro normativo novo, no sentido de uma criação feita de raiz, é um conjunto de normas fortemente influenciado pela Carta de Minas de 1850 – se quisermos, uma modernização do quadro legislativo anterior adaptada a uma nova realidade que de forma directa se entrelaçou com um projecto político bastante ambicioso, o *fontismo*. Embora a nova regulamentação tivesse sido influenciada pela anterior, é também verdade que a nova lei e as justificações que levaram à promulgação da mesma reflectem o interesse inquestionável que o Estado tem no desenvolvimento desta indústria.

O período de tempo em que a Carta de Minas esteve em vigor foi suficiente para o Estado poder perceber alguns problemas de base que a indústria tinha, e que a lei de 1852 visava solucionar. Ao analisarmos o preambulo da lei e os artigos subsequentes verificamos que o Estado é, não só, bastante objectivo na identificação dos problemas, mas também nas soluções que apresenta. Começa por ser identificada a impossibilidade de se criar uma corporação de engenheiros à semelhança do que existiria nos outros países, ou seja, existe a clara percepção de falta de mão-de-obra qualificada para ajudar no desenvolvimento da indústria. Neste sentido o governo, à custa do tesouro nacional, optou por uma aposta na formação no estrangeiro, isto é, envio de estudantes para fora, para que se possam formar, e posteriormente trazer os seus conhecimentos e experiência, aplicando-os no país. Com isto, procurar-se-ia ultrapassar o processo que se encontrava em vigor – recrutamento de estrangeiros, algo considerado dispendioso, sendo que a própria competência dos contratados era duvidosa⁶⁹.

O segundo capítulo introduz, não só, novos pontos que a legislação anterior não abordou, mas também a intenção do governo em conhecer melhor as bases em que a indústria assentava e consequentemente poder regulamentá-la de forma mais adequada. A ausência de conhecimento do subsolo nacional constituía um obstáculo ao desenvolvimento da indústria, não só pela ignorância da questão mas também porque se pretendia terminar com atribuições de concessões baseadas em pressupostos especulativos⁷⁰. Neste contexto, o capítulo II da legislação pressupõe a criação de uma comissão para inspeccionar os locais de extracção de modo a recolher e analisar dados com o objectivo de formar a carta geológica do reino. Para incentivar o interesse de privados, o Estado optou por abrir

⁶⁹ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852», 2 Diário do Governo § (1853), 909–10.

⁷⁰ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 938.

concursos públicos para empresas que quisessem levar a cabo as pesquisas. Outro ponto de destaque é relativo à questão dos impostos: o proprietário passava a receber do concessionário uma percentagem de 2,5% sobre o produto líquido, ao invés dos 5% previamente estabelecidos (o proprietário estaria a receber mais que o próprio Estado). Desta forma, o Estado reafirmava-se como último e legítimo proprietário dos terrenos. As alíneas um e dois do art.º 39º são exemplo sintomático disso mesmo, quando é invocada a Lei de Expropriações por utilidade pública - caso se verificasse falta de acordo entre o concessionário e o proprietário na resolução de possíveis problemas. O pagamento de impostos a que as empresas estavam obrigadas foi também alvo de um reajuste – o Estado não deixava de cobrar os impostos que pretendia, mas fá-lo-ia tendo em conta a conjuntura da época, isto é, na percepção que as empresas apresentassem dificuldades: “(...)mas dá-se ao Governo a faculdade de alliviar do pagamento destes impostos, ou modifica-los, segundo as circunstancias; porque podem dar-se casos em que não só isto seja necessário, mas até prestar algum soccorro extraordinário ás emprezas de mineração (...)”.⁷¹ O reajuste previa também o não pagamento de taxas alfandegárias, não só, nos produtos a exportar, como aliás se verificara no diploma anterior, mas introduziu o não pagamento de imposto sob maquinaria e utensílios importados nos primeiros três anos após a atribuição da concessão. No entanto, o Estado reservava para si a fiscalização da introdução dos respectivos objectos importados na indústria.⁷²

O direito dos descobridores dos locais de exploração foi também revisto. Este diploma previa um período nunca inferior a seis meses, de salvaguarda, para quem tinha a nota de descoberta conseguir obter os meios, previstos no processo da atribuição da concessão, para iniciar a exploração. No período acima referido, o descobridor tinha prioridade, ou seja, não enfrentava qualquer tipo de concorrência para garantir a exploração do terreno, mas passando esse mesmo período, e caso não se tivessem verificado as condições para o início dos trabalhos, o Governo abria concurso público para a uma reatribuição da concessão⁷³. Este processo continuava fortemente burocratizado, no entanto mais rigoroso – seria então necessário a elaboração de uma planta do local, bem como uma descrição dos trabalhos que se pretendiam realizar, e contrariamente ao que estipulava a Carta de Minas, no que concerne ao requerimento da apresentação imediata de um engenheiro para

⁷¹ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 938.

⁷² Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 938.

⁷³ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 913–14.

concorrer à concessão, este diploma alterou esse mesmo estatuto: a atribuição da concessão já não dependia da apresentação imediata de um engenheiro para dirigir os trabalhos, o concessionário dispunha de algum tempo para indicar quem iria dirigir os trabalhos sabendo que estes não poderiam ter início sem que este requisito se encontrasse preenchido⁷⁴.

Nos pontos exteriores à exploração em si, a questão das vias de comunicação era colocada novamente em cima da mesa, a falta das já mencionadas infraestruturas condicionava fortemente o desenvolvimento do país – circulação de bens e pessoas, neste caso mais particular se juntarmos outras variáveis identificadas, como, por exemplo, a ausência de capitais tornava ainda mais fundamental que tais questões fossem, se não resolvidas no seu todo, pelo menos minorizadas⁷⁵. Por fim a questão da segurança no trabalho, à semelhança da lei anterior, o diploma de 1852 reservava também um capítulo dedicado a esta temática, no entanto seria novamente mencionado a elaboração de um regulamento para definir as atribuições de fiscalização e polícia que iria ficar sobre a alçada dos governadores civis⁷⁶. Todavia, toda a questão de segurança dos operários não pareceu ser tratada de forma tão rigorosa como foram os restantes pontos do respectivo diploma. Embora fosse sempre mencionada, só em períodos substancialmente mais tardios irá receber a atenção devida - concretizada em decretos.

A importância da lei de 1852 não se explica apenas pelo seu surgimento num período de tentativa de arranque e modernização industrial. A modificação de pontos específicos do quadro normativo e sua modernização pressupõe o interesse do Estado no desenvolvimento desta indústria, sendo isto sustentado pela identificação de uma série de problemas de base existentes bem como regulamentação na tentativa de os amenizar e outros até mesmo solucionar. Até ao final do século XIX, a Lei de 1852 constituirá o quadro base pelo qual se iria reger toda a indústria de extracção - este diploma será a base da legislação e ímpar em termos de profundidade. O que iremos assistir doravante remetenos para a emissão de portarias e decretos visando temas muito específicos, o que traduz não só algumas deficiências estruturais existentes na Lei de 1852, mas também a incapacidade do Estado em fazer cumprir os regulamentos que vinha estipulando.

⁷⁴ Ibid., 914.

⁷⁵ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852, 909.

⁷⁶ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 917.

2.4 – Novos regulamentos e as tentativas de reforma às leis

A assunção da incapacidade do Estado em fazer cumprir as leis promulgadas não se justifica apenas por uma contínua emissão de legislação, mas é sustentada pelo facto de essa mesma legislação abordar predominantemente os mesmos problemas: irregularidades no processo burocrático – nomeadamente as premissas necessárias para a obtenção das concessões para empreender a exploração, questões no que concerne ao registo das minas e pedreiras; pontos relativos à segurança dos trabalhos; tentativas de conhecimento do estado em que a indústria se encontrava - através da realização de inquéritos, e uma constante preocupação do poder central em reafirmar que sem a sua autorização seria terminantemente proibida a execução de trabalhos, não só por questões burocráticas, bem como por questões de policiamento e segurança.

Um exemplo que pode sustentar o acima mencionado é o facto de um ano após a emissão do quadro legislativo de 1852 ter sido emitido o decreto de 9 de Dezembro de 1853. Este acabou por ser, sobretudo, um reforço de alguns pontos das disposições anteriores, como por exemplo a reafirmação das competências do governo no que diz respeito à atribuição da permissão ou recusa para a realização de pesquisas em terrenos públicos ou pesquisa em terrenos privados – mediante a recusa do proprietário ou estratificação clara do MOPCI, onde este tutelaria a indústria extractiva através da Direcção de Obras Públicas e Minas, e, por fim, a afirmação dos governadores civis como representantes do poder central no território⁷⁷. Outro dado interessante prende-se com a verificação da preocupação do Estado no que diz respeito à elaboração da carta geológica do reino – à semelhança do preâmbulo da lei de 1852: existe o cuidado de nomear pessoas de competência comprovada para realizar viagens de reconhecimento sobre o território com a elaboração de relatórios científicos e com o parecer, de modo a poder ratificar os dados existentes e assim tentar obter o maior rigor possível⁷⁸.

Todavia, também se verificou a introdução de algumas variáveis de cariz novo no quadro legislativo que nos parece pertinente salientar – nomeadamente a figura do

⁷⁷ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Decreto de 9 de Dezembro de 1853», 293 Diário do Governo § (1853), 738.

⁷⁸ cf. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 738.

⁸⁷ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 739.

Engenheiro de Distrito. Este corpo teria competências muito específicas e a sua nomeação ficaria a cargo, exclusivo, do MOPCI. Entre aquilo que seriam as suas obrigações, destacam-se o que fica estipulado nos artigos 7º e 8º. No primeiro, os engenheiros ficariam incumbidos de realizar viagens de reconhecimento, executar todos os passos necessários para a execução das disposições legais que pudessem estar em incumprimento. No segundo, cada proprietário ou companhia teria um livro de visitas, que só poderia ser aberto e fechado com a assinatura do Governador Civil, onde seriam apontadas todas as visitas do Engenheiro de Distrito e que teria de ser visto pelo mesmo na ocasião da visita. Posteriormente, o engenheiro ficaria obrigado a realizar um relatório, *uma memória*, do que tinha observado, ao pormenor, e enviar ao Governador Civil para que este pudesse deliberar sobre as medidas necessárias a adoptar ⁸⁷.

Apesar da introdução de alguns aspectos novos como ilustrámos, ou ainda, alguns pontos dedicados à lavra de turfeiras, a principal característica do diploma de 1853 é o reforço das disposições anteriores, com pequenas nuances, e onde fica patente uma maior burocratização dos trâmites legais nos seus mais variados campos – desde a obtenção da nota de descoberta, concessão, até ao início, propriamente dito, da lavra das pedreiras. A questão da burocratização, o seu excesso, esteve sempre presente ao longo das alterações legislativas que se foram realizando. Todavia, convém salientar que estamos perante um Estado que se tenta modernizar dentro daquilo que eram as suas possibilidades. Pedro Tavares de Almeida identifica esses problemas e classifica-os como “vício papalista”: excesso de formalidades, procrastinação e lenta tramitação dos assuntos, dispêndio de energias e acumular de papelada – o que acabaria por condicionar o crescimento e modernização das instituições⁷⁹.

Em termos práticos, para o caso da indústria das pedreiras, o processo para prerrogativa de uma nota de descoberta e atribuição da concessão tendo por base um exemplo datado de meados 1863, em Viana do Castelo, pode ser visto como um reflexo fiel dos problemas acima descritos. O descobridor, José Pimenta da Silva, para obter a nota de descobridor, realizou todos os passos legais: envio de um requerimento – onde indicou o local, o tipo de pedra e uma amostra (mármore azulado). Da nota da descoberta, seguiu para o pedido de concessão, mas só o processo para a obtenção da respectiva nota,

⁷⁹ Pedro Tavares de Almeida, «A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890).» (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humana, 1995), 248.

com troca de despachos e requerimento de mais assinaturas, demoraria um ano até estar concluído⁸⁰ – o que ilustra bem o nível de burocracia a que todo o processo estava submetido. Porém, o grau elevado de processos burocráticos pode ser visto de uma outra perspectiva. O problema da burocratização excessiva permitia, em teoria, identificar os vários problemas inerentes ao andamento e conclusão dos respectivos processos e, neste sentido, seria possível encetar as correcções necessárias para desburocratizar e tornar o sistema mais ágil.

Ao longo da segunda metade do século XIX o Estado procurou encontrar um equilíbrio, tentou realizar os ajustes que entendeu ser necessários, burocratizando certos aspectos e desburocratizando outros. É verdade que nem sempre o conseguiu, mas tentou, e os exemplos que se seguem são demonstrativos dessas mesmas tentativas.

As portarias datadas de 2 de Abril de 1868 e 23 de Abril de 1872 expressam as contínuas preocupações de sentido burocrático. A primeira traduz o receio que segundo o próprio Estado estariam a verificar-se irregularidades no que concerne ao registo de descoberta, existiam casos de mais do que um registo para a mesma mina ou pedreira. Neste sentido, o Governo cria um livro unicamente destinado ao registo das notas de descoberta, que só podia ser numerado e rubricado pelo Presidente da Câmara Municipal. É também afirmado que independentemente de qualquer indicação que o presidente possa dar ao escrivão ou a quem estiver a realizar os registos, este, quando lhe for apresentada uma nota de descoberta, tem que obrigatoriamente a registar no livro acima mencionado, para ser considerada legal⁸¹. É curioso verificar que pese embora os registos fossem feitos de forma mais rigorosa, obrigando a que seja o Presidente da Câmara a numerar e rubricar o documento, mas em simultâneo não se leve em conta a sua opinião quanto aos pressupostos do registo, pois o documento é taxativo ao afirmar que “independentemente de despacho do presidente da câmara municipal seja feito o registo no livro competente”⁸². Fica a noção de que o poder central tem dúvidas quanto à capacidade/seriedade do poder local.

A portaria de 1872 surge como uma emenda ao que tinha vindo a ser

⁸⁰ Cf. Governo Civil de Viana do Castelo, Coordenação das actividades económicas e de população - 18351849, *Correspondência -1863-1864*, Caixa 8593, doc.83-84.

⁸¹ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Portaria de 2 de Abril de 1868», 77 Diário de Lisboa § (1868), 109.

⁸² Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 110.

“indevidamente interpretado na legislação anterior”⁸³. Se a portaria de 1868 vai no sentido de burocratizar a questão do registo, esta portaria tenta desburocratizar, embora não conduza a um processo menos rigoroso, pelo menos em teoria. O que a portaria pressupõe é que não seja obrigatoriamente necessária a presença do descobridor da mina no acto de registo, sendo apenas obrigatória a sua assinatura como comprovação da veracidade da informação que está a fornecer ao escrivão⁸⁴. A preocupação do governo, e a emissão destas portarias poderá ser explicada a partir de situações em que o Governo conseguiu verificar a existência de tentativas de contornar a lei, ou seja, formas ilícitas de tentar estender o prazo que é estipulado a partir da emissão nota de descoberta, de modo a que o descobridor consiga adquirir os meios necessários para que se iniciassem os trabalhos. Um novo registo, um registo duplo neste caso, seria uma forma de contornar os prazos impostos pela lei, atribuiria mais tempo para que o interessado obtivesse os meios necessários tentando desta forma evitar a expropriação do local da exploração, e a colocação da concessão em concurso público, como estava previsto na lei.

Para além de preocupações com as questões burocráticas, o Estado começa a manifestar receios no que diz respeito a questões de segurança relativas às condições em que os operários laboravam, sendo a portaria de 31 de Agosto de 1875 sintomática dessa mesma preocupação⁸⁵. O Governo exige ser notificado em caso de acidente nas minas ou pedreiras, não só para que se possa prestar a assistência devida, mas também para determinar as causas do mesmo. São exigidos vários pormenores para que, segundo o Governo, se proceda à elaboração de regulamentos futuros, bem como outras questões relativas ao policiamento⁸⁶. Este é o primeiro documento a fazer referência a questões de segurança após a lei de 1852/1853. Assume relativa importância não só pela temática em si, mas porque constitui o preâmbulo de preocupações que o Estado vai tentar solucionar com os decretos de 1884 e 1892.

2.5 – A Lei de 1884 – a sua importância.

⁸³ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Portaria de 23 de Abril de 1872», 100 Diário do Governo § (1872), 32.

⁸⁴ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 32.

⁸⁵ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Portaria de 31 de Agosto de 1875», 200 Diário do Governo § (1875), 210.

⁸⁶ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 210.

O decreto-lei de 6 de Março de 1884 é de uma importância capital para a indústria de lavra de pedreiras - a elaboração deste decreto-lei não só reflecte, como é a concretização efectiva, da preocupação do Estado relativa a questões de segurança. É o próprio preâmbulo do decreto que denuncia as falhas estruturais de 1852/53, como a contínua ausência de normas para a lavra de pedreiras a céu aberto: “(...) O citado regulamento de 9 de Dezembro de 1853 nenhuma disposições contém com referencia à lavra de pedreiras a céu aberto; parece tê-las deixado completamente de fora da vigilância da administração, escapando-se assim os exploradores à observância das medidas ordinárias de polícia, salubridade e segurança; e naturalmente porque ficou incompleta a legislação sobre lavra das pedreiras (...)”⁸⁷.

A questão não ficaria somente pela ausência de legislação para fazer face ao problema exposto. A necessidade de suprimir as falhas decorre do facto de que as medidas de segurança e policiamento mais básicas consagradas, embora não tão abrangentes como deveriam, nos documentos anteriores não terem sido tidas em consideração. A isto juntase a complacência e o desleixo o que acabaria por culminar num “(...) cortejo de sinistros; e se a estatística não clama ainda contra as irregularidades cometidas na lavra das pedreiras, se as perdas de vida e os ferimentos, mais ou menos graves, não têm sido traduzidos em números, os acidentes repetem-se com bastante frequência para que deixem de chamar à atenção dos poderes públicos e de exigir prontas providências (...)”⁸⁸. O alerta não ficaria somente sobre os acidentes e as mortes, que tendo sido originadas por falta de perícia de quem executa os trabalhos, ou por quem tinha a obrigação de observar que as normas eram cumpridas, mas também pelo facto grave de estes não se traduzirem em números, ou seja, as disposições da portaria de 1875 não estariam a ser cumpridas⁸⁹. As disposições da lei de 6 de Março de 1884 iriam proceder à estruturação e especificação daquilo que deveria ser a laboração nas pedreiras.

Por norma, a execução de trabalhos de lavra nas pedreiras precedia da autorização prévia do Governo. No entanto, o artigo 8º do regulamento de 1884⁹⁰ altera ligeiramente este pressuposto - a lavra de pedreiras a céu aberto poderia ser realizada sem prévio consentimento do Estado, todavia os trabalhos não poderiam ter início sem que o

⁸⁷ Gaspar Corrêa Fino, *Collecção de Legislação Industrial* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1893), 767–68.

⁸⁸ Corrêa Fino, 768.

⁸⁹ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, *Collecção de Legislação sobre a Pesquisa, Lavra e Impostos de Minas - Lavra de Pedreiras* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1908), 38.

⁹⁰ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 41.

administrador do concelho tivesse conhecimento para que se pusessem em prática as medidas de segurança e policiamento necessárias. Os art.º 9º e 10º parecem ser bastante rigorosos nas medidas de segurança que consagram e espelham a preocupação em fazer cumprir as disposições⁹¹. Esta afirmação é baseada em alguns dos pontos presentes no capítulo das disposições penais - a violação destes mesmos artigos pode constituir a suspensão dos trabalhos¹⁰¹. O art.º 9º obriga a que as pedreiras a céu aberto sejam cortadas em degraus quando se verifique que as escavações desçam a profundidades consideráveis; prevê também o estabelecimento de rampas com inclinações rigorosamente definidas no caso do corte de terras que cobrem pedreiras⁹² – norma perfeitamente orientada para tentar salvaguardar a segurança dos operários em situações de derrocada e facilitar a circulação dos operários. O art.º 10º é igualmente importante pois prevê a proibição de trabalhos de exploração que se encontrem a uma distância inferior a 10 metros de habitações, estradas públicas ou rios navegáveis¹⁰³ – o governo cria medidas para tentar evitar sinistros, mas também salvaguarda a segurança pública. Como podemos constatar é também tida em linha de conta a integridade da propriedade, seja ela pública ou privada.

Este decreto-lei prevê que sejam feitas inspecções mais regulares e rigorosas às pedreiras, no decorrer destes trabalhos os responsáveis pela exploração são obrigados a prestar todos os esclarecimentos que os funcionários do Estado entenderem necessários. Sobre o resultado das avaliações feitas pelos inspectores, os responsáveis terão obrigatoriamente que ser céleres na execução do exigido para que se verifiquem as medidas de segurança necessárias à execução dos trabalhos sob pena de os mesmos ficarem suspensos. Neste contexto e segundo os art.º 27º, 28º e 29º⁹³ os funcionários públicos terão que ter um papel mais activo na fiscalização e resolução de problemas, algo que até então parecia parte do problema e não da solução. Fica explícito que em casos de excepção, segurança dos operários ou saúde pública, o administrador do concelho, na ausência do engenheiro de minas, tem autoridade para empregar os meios que entender necessários à resolução dos problemas que se considerem de elevada urgência. Fica de igual modo expresso, e reforçado, que qualquer acidente deve ser imediatamente comunicado ao administrador do concelho para que este tome as providências estipuladas

⁹¹ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 44. ¹⁰¹
Cf *ibid.*, 47.

⁹² Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 41. ¹⁰³
Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 41.

⁹³ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 45.

e necessárias⁹⁴. Esta medida é reforçada nas disposições penais, segundo o art.º 41º do referido capítulo a não comunicação da ocorrência de acidentes constitui mais uma situação onde se prevê a suspensão dos trabalhos⁹⁵. No entanto, sendo esta a medida punitiva mais grave para a prevaricação dos trabalhos dá-nos também a perspectiva de que o Estado não queria, ou não tinha força, para tomar medidas mais contundentes. A suspensão dos trabalhos prevê a continuação dos mesmos após um interregno, caso se aplicasse um termo de encerramento da actividade como punição, o Estado ver-se-ia obrigado a recorrer à importação de pedra para obras públicas em caso de necessidade, algo que não seria benéfico para o tesouro nacional já por si em grandes dificuldades.

Ao analisarmos os pontos de maior destaque do decreto-lei de 6 Março de 1884 ficamos com a noção da sua importância no contexto da indústria de extracção de pedra. Tendo em conta a sua data, e lembrando que este visa complementar e corrigir uma deficiência estrutural do diploma de 1852/53, a questão que se coloca é: porque razão demorou o Estado cerca de trinta anos para corrigir tal problema? À primeira vista a resposta pode parecer fácil. Se tivermos em atenção que o governo se interessou e tentou acompanhar a evolução desta mesma indústria, uma resposta possível pode ser encontrada na fraca afirmação do poder do Estado pelo território nacional. O exemplo dado sobre a questão dos sinistros não terem expressão estatística, como seria obrigatório, é paradigmático de que a legislação muitas vezes não era cumprida ou era indevidamente interpretada. Esta questão é ainda mais pertinente se nos lembrarmos que Portugal, na segunda metade do século XIX, atravessava um período de mutação a vários níveis e o Estado tinha sérias dificuldades para fazer valer a sua autoridade no território, e fosse pelo excesso de burocracia ou a falta de funcionários do Estado e da sua presença para fazer cumprir a suas leis no terreno. Este contexto abriu espaço para quem dirigia os trabalhos o pudesse fazer à sua bela vontade, ignorando a legislação que obrigava ao estabelecimento de normas de segurança, bem como o fornecimento de informação em caso de sinistros – dado que a lei previa que em caso de ocorrência de acidentes se procedesse à realização de um inquérito para determinar as causas do mesmo. A isto juntava-se o receio de quem dirigia as explorações de sofrer as penalizações que, para além do pagamento de indemnizações, podiam levar à suspensão dos trabalhos, invariavelmente decidia-se pela omissão dos factos ignorando a legislação.

⁹⁴ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 45–46.

⁹⁵ Alínea 4 *ibid.*, 47

Estas variáveis devem ser tidas em consideração onde a ideia de inoperância do Estado está bem presente. Porém, a demora do Estado em suprir estas deficiências teóricopráticas de funcionamento das pedreiras também deve estar intrinsecamente ligadas à importância que as pedreiras vão adquirindo ao longo do período estudado, ou seja, a sua necessidade mais constante no âmbito do projecto dos melhoramentos materiais – fosse em termos de vias de comunicação ou outras obras de cariz infra-estrutural que foram alvo de grande impulso, nomeadamente, em finais da década de 1870 e década de 1880.

A preocupação com a segurança não só se manteve, como se intensificou, e logo a 17 de Agosto de 1889 foi emitida uma portaria que visava reforçar alguns dos pontos do decreto-lei de 1884 nomeadamente o art.º 8º – norma que permitia a exploração de pedreiras a céu aberto sem o prévio consentimento do Estado, no entanto os trabalhos não poderiam ter início sem que tal fosse comunicado à autoridade administrativa local para que fossem colocadas em prática as normas de segurança previstas no diploma de 1884. Segundo o documento, os proprietários ou exploradores das pedreiras nesta situação ignoravam a disposição do art.º 8º – não declaram o início da actividade ou variáveis como: natureza dos materiais extraídos, o seu destino, situação da pedreira entre outros⁹⁶. Determinava a lei que caso se verifiquem pedreiras em regime de exploração ilegal, ou seja, ausência da declaração exigida, no regulamento de 1886 e posteriormente reforçada com esta portaria, que se procedesse de imediato à suspensão dos trabalhos num período nunca inferior a seis meses⁹⁷.

Isto ilustra, como vinha sendo hábito, que as mudanças de fundo em questões sensíveis foram difíceis de solucionar logo no imediato, e como tal, a própria lei de 6 de Março de 1884 foi, pouco tempo depois, alvo de alguns ajustes. Saliente-se, todavia, a celeridade com que o Estado procurou ajustar o diploma – a Portaria de 17 de Agosto de 1889 e o Decreto de 13 de Abril de 1892.

2.6 – O Decreto de 1892 – mais uma tentativa.

Se a portaria de 17 de Agosto de 1889 não visou modificar ou corrigir mas sim apenas identificar irregularidades e reforçar algumas das disposições anteriores, o decreto

⁹⁶ Corrêa Fino, *Collecção de Legislação Industrial*, 778.

⁹⁷ Corrêa Fino, 778.

de 13 de Abril de 1892 é mais profundo, no sentido em que não altera somente algumas das normas consagradas no diploma anterior, identificou e explicou o porquê da necessidade da aplicação das novas disposições.

O preâmbulo do decreto começa por nos dar conhecimento de situações que potencialmente podiam ser recorrentes. Segundo o documento os operários que arriscavam a vida, muitas vezes de forma inconsciente, eram apenas como que instrumentos da ignorância e incompetência dos capatazes e especulação dos exploradores, estes tendiam a ignorar as leis estabelecidas no que concerne às normas de segurança no trabalho⁹⁸. No entanto, numa salvaguarda à actuação do Governo e dos seus funcionários, o mesmo preâmbulo faz menção a uma redução dos acidentes devido à promulgação do decreto anterior “(...) e a isto se deve atribuir como um facto incontestável, que os acidentes que antes da vigência do regulamento e da criação da fiscalização se repetiam com uma frequência, assustadora se têm tornado felizmente mais raros (...)”⁹⁹. Quer isto dizer que apesar da queixa de que as normas não eram cumpridas, aqui entenda-se, não só, mas também a omissão dos acidentes, o Estado conseguiu vislumbrar algumas melhorias e eficácia devido às tentativas de regulamentação que implementou e consequentes acções de policiamento e vigilância dos locais de exploração.

A necessidade da correcção do diploma de 1884 está intrinsecamente ligada, não só às questões mencionadas, mas sobretudo a certas metodologias de trabalho aplicadas na exploração das pedreiras que o Governo identificou como responsáveis pela ocorrência de acidentes. O primeiro processo identificado como extremamente perigoso designou-se por *solinho*. Este processo previa o corte de pedra numa altura superior ao nível do solo, para provocar, segundo o documento, o desabamento da parte superior gastando com isso o menos dinheiro possível – a gravidade dos acidentes inerentes a este tipo de processo, e a sua constante ocorrência, seria da responsabilidade dos capatazes, pois questões relacionadas com “incompetência” associadas à “preguiça” seriam os principais responsáveis pelo sucedido¹⁰⁰. Neste sentido, o art.º2º do novo diploma proibia terminantemente o uso dessa metodologia de trabalho e acrescenta que se tal fosse detectado seria decretada a suspensão imediata dos trabalhos e os capatazes, proprietários

⁹⁸ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, *Collecção de Legislação sobre a Pesquisa, Lavra e Impostos de Minas - Lavra de Pedreiras*, 49.

⁹⁹ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 49.

¹⁰⁰ Cf. *ibid.*, 50.

ou empresários serão responsabilizados criminalmente por qualquer tipo de acidente sucedido.¹⁰¹ Um outro processo abordado é o das *furnas*. Embora não tivesse um grau de perigo tão elevado como o *solinho*, foi identificado como perigoso e no caso de existir complacência poderia causar problemas. As *furnas* consistiam no trabalho da pedra em si, mais precisamente em processos mais manuais de desbaste, fosse em locais elevados ou se rocha a trabalhar não fosse consistente o suficiente poderia dar origem a acidentes também eles graves.¹⁰² Neste contexto, o regulamento de 1892, através do art.º 3º¹⁰³, proibiu todo o processo com uma excepção – a lavra pelo meio de *furnas* só poder ser permitida quando existir impossibilidade de aplicar o art.º 1º do mesmo diploma.¹⁰⁴

Por fim, o ultimo ponto de destaque deste diploma relaciona-se com a segurança dos operários, mas também com questões de segurança pública – o emprego de explosivos. O caso que é dado para exemplo é relativo a pedreiras que se encontram na zona de Lisboa, estas estariam próximas de zonas de caminhos-de-ferro e habitações – com o emprego excessivo de explosivos nas zonas de exploração levantaria estilhaços que ao serem projectados punham em causa a segurança dos moradores afectados, bem como infligiam danos em propriedade privada¹⁰⁵. Tendo em atenção esta questão, o art.º 4º do diploma de 1892 previa que a aplicação de explosivos estaria dependente da proximidade da zona de exploração relativamente às zonas de habitação – proibindo ou condicionando o seu uso. Os art.º 5º e 6º que completam este diploma são relativos às consequências penais pelo não respeito das normas aqui analisadas, previa-se, como já foi mencionado, não só a suspensão imediata dos trabalhos, mas responsabilidade criminal para quem tem por dever estabelecer as condições de segurança consagradas na lei e zelar para que essas fossem cumpridas¹⁰⁶.

Tal como no exemplo das questões relativas aos processos burocráticos, a questão da segurança foi alvo de reformas e de contínua emissão de pareceres legislativos sobre a mesma temática. Isto permite a ideia de que o Estado tinha sobejo interesse pela indústria extractiva. No entanto, permanecia um crónico problema: a noção de um conhecimento

¹⁰¹ Ibid., 52.

¹⁰² Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, *Collecção de Legislação sobre a Pesquisa, Lavra e Impostos de Minas - Lavra de Pedreiras*, 50.

¹⁰³ cf Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 523.

¹⁰⁴ A lavra de pedreiras só poderá ser permitida pelo sistema de degraus colocado em vigor pelo art.º 9º do diploma de 1884 *ibid.*, 51–52.

¹⁰⁵ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 50–51.

¹⁰⁶ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, 52.

algo débil da indústria em si, e neste sentido tornava-se imperativo obter um conhecimento mais amplo e completo daquilo que pretendia controlar e regulamentar.

3 - O Estado e a Indústria de Extracção de Pedra

A problemática da afirmação ou dificuldade da penetração da autoridade do Estado oitocentista no território e o seu relacionamento com outros agentes políticoeconómicos, sobretudo num período de charneira como o advento da Regeneração tem tradição inscrita na nossa historiografia, isto é, já existem estudos de referência sobre aquilo que foi a edificação do Estado Liberal, a forma como a sua autoridade se foi disseminando pelo território nacional e todas as dificuldades inerentes a um processo que se verificou extremamente complexo.¹⁰⁷ Neste sentido, as considerações que aqui vamos tecer são um pouco mais específicas, à semelhança do que fez Rui Branco¹⁰⁸, aquando da elaboração do seu estudo sobre os trabalhos geodésicos no século XIX. A aplicação da teorização elaborada por Pedro Tavares de Almeida também serviu como base para aquilo que foi a análise da intervenção, regulamentação e interacção do Estado no território focando-se num caso específico e por explorar – no nosso caso, a relação entre o Estado e as pedreiras.

O relacionamento que o Estado tinha com as pedreiras, mais precisamente com os seus industriais, era baseado na desconfiança. A afirmação poder ser sustentada acrescentando que nem o Estado conseguia saber o que concretamente se passava com a indústria, nem os industriais tinham a percepção dos objectivos reais do poder central. Estamos perante um processo titubeante que, seja com o passar do tempo e a evolução da edificação do Estado liberal, e/ou, necessidade da matéria-prima fornecida pelas pedreiras, vai ganhando contornos mais definidos. À relação entre estes dois corpos estão então inerentes uma série de dinâmicas mais gerais – os grandes projectos de melhoramentos materiais, próprios do Portugal da segunda metade de oitocentos, mas que se entrelaçam profundamente. No entanto, estas dinâmicas, mesmo sob a batuta do “progresso”, timbre do espírito da época, vão-se debater com uma série de condicionalismos que sem os especificar seria impossível caracterizar a relação entre o Estado e a Indústria. Neste

¹⁰⁷ Pedro Tavares de Almeida, «A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890).» (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humana, 1995).

¹⁰⁸ Branco, *O mapa de Portugal*.

sentido as relações de poder, aquilo que é a ordem e a execução, ou negação da mesma têm um papel importante. Esta relação de forças é perceptível através da análise da correspondência centro-periferia, onde se pode vislumbrar as intenções do Estado para com esta indústria e a dificuldade que este teve para conseguir informação, fruto da fraca implementação ou ineficácia que a sua autoridade tinha ainda no território.

3.1 – Os condicionalismos de base

As premissas que estão na origem da modernização industrial e institucional do Portugal da segunda metade de oitocentos e a forma como condicionaram essa evolução - a questão do analfabetismo, a pauta alfandegária, a falta de dinamismo económico com todas as suas variáveis inerentes, redes clientelares, *lobbys*, entre outras – constituem a base do léxico académico para, de uma forma mais geral, caracterizar e abordar uma serie de bloqueios estruturais que teriam sido colocados à modernização económica, industrial e institucional do País. Os “bloqueios”, esse conjunto de variáveis que se entrelaçam e convergem entre si, que aqui iremos especificar, têm uma importância particular naquilo que é o objecto deste estudo, pela forma como estão presentes e se fizeram sentir na relação directa entre o Estado e a indústria das pedreiras.

Começamos por fazer menção à questão da instrução, sendo que esta é, para nós, um ponto fundamental, pela forma como está implicitamente relacionada com a vertente económica e com o enlace entre centro-periferia. Por outras palavras, a compreensão do que é pedido e a falta de resposta, a rejeição da mesma e as razões ou motivações por detrás das reacções dos que compõem a célula administrativa local ao exigido pelo centro. Quando falamos de arranque industrial ou do seu atraso num determinado período, a tendência geral é usar modelos semelhantes para se poder estabelecer uma comparação, com o objectivo de obtermos uma análise mais critica sobre o caso em que nos estamos a debruçar. Jaime Reis, quando teorizou sobre o atraso económico português e enumerou uma serie de factores que estariam na génese do atraso industrial português – um deles, a instrução - usou como exemplo comparativo a Suécia. Os nórdicos estariam numa base económica de partida semelhante à dos portugueses, mas o seu crescimento económico acabou por ser mais frutífero.¹⁰⁹ Segundo Jaime Reis o nível de qualificação foi

¹⁰⁹ Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», 18.

determinante, já que em 1850 cerca de 90% dos suecos sabiam ler e escrever e em Portugal, em 1890, aproximadamente 70% da população era analfabeta - isto ajudaria a compreender o sucesso dos suecos. Estamos perante uma população instruída que teria muito mais facilidade em assimilar novas tecnologias e a adaptar-se a um mercado em constante mudança.¹¹⁰ O tema do relacionamento entre a instrução-indústria, como uma espécie de dependência mútua, também é abordado por Rui Ramos, todavia este tende a relativizar um pouco a questão. Segundo Ramos, as bases explicativas tradicionais, ou seja, a tese de que a alfabetização de massas estaria a ser concluída à medida que as cidades iam crescendo, industrializando e os sistemas representativos ganhavam preponderância - fazendo com que a problemática da alfabetização fosse um capítulo de transição para a modernidade, algo que estaria inerente ao fenómeno da industrialização - poderia ter uma explicação diferente. Em suma, as causas para o analfabetismo estariam na acção do Estado, fosse desinteressado ou sem meios, ou num atraso geral do país em si – o analfabetismo estaria na génese de uma serie de defeitos das instituições políticas ou no centro de debilidades do desenvolvimento económico.¹¹¹ Para contrariar a ideia dominante, Ramos invoca estudos cujas conclusões apontam para que a alfabetização de massas possa ter começado em algumas regiões da Europa germânica e escandinava, ainda antes do fenómeno da industrialização e urbanização. O autor coloca inclusive, a hipótese de a instrução ter tido origem em períodos remotos, colocando assim em causa a relação causa-efeito neste assunto. Um dos argumentos para a sustentabilidade desta teoria baseia-se na questão dos movimentos migratórios, datados dos séculos XVI e XVII, que contribuíram para a *popularização do cristianismo*, nomeadamente na Suíça, Alemanha, Escandinávia, Escócia e Norte de França onde a alfabetização de massas se tinha expandido ainda antes do século XIX. É feita referência a uma forma de sujeição das massas baseada nos métodos e formas que outrora estavam apenas destinadas à elite clerical e agora permitiam o acesso pessoal e directo à palavra escrita de Deus – a imprensa produzia os primeiros textos e a aprendizagem das letras seria condição essencial para a nova devoção moderna protestante.¹¹²

No entanto, se uma coisa é abordar a relação causa-efeito de alfabetização-indústria outra será o papel e empenho que o Estado teve no processo de instrução das

¹¹⁰ Reis, 25.

¹¹¹ Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, 1988, 1068.

¹¹² Mais pormenores Cf. Ramos, 1076–77.

massas, embora as três tenham que estar, ainda que com maior ou menor grau, relacionadas. É também verdade que existem outras variáveis que podem estar no âmago da problemática da alfabetização e que contribuem para a confluência do relacionamento dos três pontos acima mencionados (Estado-Indústria- Instrução). O autor faz menção que para além das tradicionais dificuldades de índole económica, que acarreta ter os filhos a estudar, a mais interessante é a questão da “tradição do analfabetismo” o que levaria à falta da pré-disposição para a instrução.¹¹³

É precisamente a ideia de “tradição do analfabetismo” que melhor se enquadra na realidade das pedreiras em 1890. Se, por um lado, ao longo de toda a análise do inquérito de 1890, o inquiridor faz menção de que em alguns dos distritos onde recolheu informação relativa à alfabetização (Aveiro, Coimbra, Porto, Lisboa) esta era decepcionante: a esmagadora maioria não sabia ler e escrever, poucos eram os que conseguiam ler e mais raros ainda os que conseguiam fazer as duas coisas. Mencionava a ausência de escolas, do facto de serem nocturnas, ou então das condições em que estas se encontravam: “mal regidas e mal frequentadas”¹¹⁴. O que sobressai, e reflecte a ideia de Rui Ramos, é a opinião generalizada que existia sobre a instrução naqueles que foram inquiridos nas pedreiras, pois nas palavras do inquiridor “(...) muitas vezes, procedendo ao interrogatório do pessoal das pedreiras, tive a ocasião de constatar a relutância, a repugnância que têm os operários em mandar os filhos às escolas, o profundo convencimento que têm da inutilidade destas (...)”¹¹⁵.

Para além das dificuldades do Estado em promover e reformar o ensino existia um problema de mentalidade, resistência e até como vimos, de tradição contra aquilo que a instrução poderia oferecer, a sua utilidade, e neste sentido, Portugal, na nossa opinião, estaria num enquadramento em que a relação causa-efeito ganhou preponderância.

Portugal, fruto de uma serie de vicissitudes histórico-culturais, enquadra-se naquilo que é considerada explicação tradicional, da correlação indústria-instrução e modernização do Estado. Vamos agora exemplificar de que forma é que essas restrições se manifestaram, e condicionaram, em termos gerais e, por fim, no ponto seguinte, como se reflectiram na indústria das pedreiras.

¹¹³ Ramos, 1077.

¹¹⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:230–31.

¹¹⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:260.

Ainda antes do advento da Regeneração, o Estado procurou inteirar-se da condição da indústria, e a da instrução dos seus operários, de modo a poder proceder às reformas que entenderia ser necessárias, algo que se iria intensificar doravante.

Na década de 1850 foram realizados quatro inquéritos, dois em 1852 e os outros dois em 1857. Os primeiros tinham como objectivo saber a existência de máquinas a vapor por distrito. Para os últimos, o enfoque dos inquéritos seria direccionado para o estado da instrução dos operários, isto porque a falta de instrução era considerado um dos factores de bloqueio ao desenvolvimento económico-industrial do país¹¹⁶. São vários os exemplos coevos que apontam no sentido de colocar a instrução como uma das questões centrais, impeditivas do desenvolvimento industrial do país - atentemos ao que diz, já no final da década de 1850, Fradesso da Silveira: “(...) queremos instrução profissional, como condição indispensável para o progresso da indústria (...)”¹¹⁷, ou ainda se considerarmos a opinião de António Joaquim Figueiredo e Silva, em 1856, ao reportar a falta de instrução como causa principal da falta de qualidade dos produtos nacionais e da sua fraca competitividade com os produtos estrangeiros: “(...) Não faltarão quem pretenda explicar por outras causas esta nossa inferioridade (...); (...) Muitas são elas na verdade; mas nenhuma mais poderosa do que a aqui fica apontada (...)”¹¹⁸. Um dos problemas estava encontrado, mas seria extremamente complexa uma solução para a sua resolução.

Joaquim Larcher, em finais da década de 1850 Director Geral do Comercio, Agricultura e Manufacturas, afirmava que para se ter um conhecimento aprofundado do estado da instrução era necessário cumprir previamente o recenseamento industrial, pois só assim se conseguiria legislar em consonância com as necessidades e desenvolver a indústria¹¹⁹. Aqui iria residir parte do problema, pois através de inquéritos, pedidos de preenchimento de mapas e/ou pedidos de informações *in loco*, que eram recusados (alguns) por medo de sobrecarga de impostos, “(...) mui falsamente se tem incutido no ânimo dos povos o convencimento de que os esclarecimentos estatísticos só têm por fim o lançamento de impostos sobre as produções da terra e da indústria (...)”¹²⁰¹²¹. Também por receio, inoperância ou incompetência, o facto é que o Estado nunca conseguiu ter uma noção

¹¹⁶ Ana Maria Cardoso de Matos, «A indústria no distrito de Évora, 1836-90», *Análise social* 26, n. 112/113 (1991): 564.

¹¹⁷ cf Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc XIX - A Regra do Jogo*, 211.

¹¹⁸ Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1913*, I:29-30.

¹¹⁹ de Matos, «A indústria no distrito de Évora, 1836-90», 564.

¹²⁰ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 1 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1853),

¹²¹ -71.

perfeita do tecido industrial do país. Este problema não foi exclusivo do Estado português. Diego Cerezales, comparando o caso português com o espanhol, afirma que também em Espanha o Estado teve algumas dificuldades em afirmar a sua autoridade no território, pese embora isso se tenha feito sentir com maior relevo em Portugal. Aponta algumas semelhanças que estariam no âmago do problema e alguns traços distintos. No campo das semelhanças, um dos problemas centrais seria o analfabetismo, em Espanha seria menor embora a taxa também fosse elevada – 53% à entrada para o século XX. Para Cerezales, a dificuldade de penetração da autoridade do Estado era o reflexo de uma sociedade sem uma cultura cívica activa/participativa. A população, sendo maioritariamente analfabeta, via-se incapaz de negociar com um Estado extramente burocratizado cujos procedimentos eram considerados, pela grande mancha analfabeta do país, esotéricos. A responsabilização para esta situação era atribuída ao Estado português, que, segundo Cerezales, tinha uma acção comprometedora, quando comparado com Espanha no que diz respeito ao esforço de escolarização básica. Num traço mais distintivo, Portugal apesar de ter seguido, como muitos outros Estados europeus – incluindo o espanhol - o modelo de centralização francês, não tinha algo que os outros teriam, uma guarda nacional. Este factor, segundo o autor, seria o garante da autoridade do Estado na periferia e que Portugal, ao contrário de outros, não dispunha e também por isso, as dificuldades que enfrentou ao longo de toda a centúria.¹²²

Naturalmente, todos estes factores têm correlação e inferem com o funcionamento e desenvolvimento da economia em geral. David Justino, ao estudar o estabelecimento do mercado nacional, fala numa tripla divisão da economia: produção, circulação e consumo.¹²³ A produção teria, invariavelmente, como base a instrução, ou seja, à obtenção de uma produção de qualidade cujo custo seja o menor possível e a competitividade elevada está inerente a qualificação da mão-de-obra. Como já foi mencionado, a taxa de analfabetismo vai-se manter alta ao longo de todo o período aqui abordado - a falta de qualificação podia facilmente ressentir-se na qualidade do produto final. A questão da circulação, essa, necessitava impreterivelmente da existência de vias de comunicação fossem elas: estradas, caminhos-de-ferro, rios navegáveis e portos, de modo a que,

¹²² Diego Palacios Cerezales, «Despotismo administrativo o Estado débil? Policía, fiscalidad y sus efectos en cultura cívica portuguesa», *Ciências Sociais: Vocação e Profissão. Homenagem a Manuel Villaverde Cabral*, ed. F. C. d. Silva and P. A. d. Silva (Lisboa: ICS- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013), 2–9.

¹²³ Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1913*, I:21.

peças e bens pudessem circular livremente dinamizando a economia e gerando matéria colectável – os impostos. Pese embora essa questão ter sido abordada ainda na década de 40, o facto é que só com a Regeneração e com o fontismo as infra-estruturas de utilidade pública iriam conhecer um impulso determinante. Porém, no final do século XIX, mesmo com todos os esforços efectuados, as vias de comunicação não se encontravam ainda devidamente estruturadas - eram por ora débeis e dispendiosas. Por fim, aos factores ligados à questão do consumo estão inerentes duas premissas essenciais: a oferta e a procura. Socorrendo-nos do trabalho de Conceição Martins é possível verificar que na segunda metade do século XIX a indústria teve um crescimento elevado, tendo inclusive, um crescimento superior quando comparado com os países mais desenvolvidos, chegou a superar largamente o crescimento agrícola no mesmo período, cerca de 2,9% ao ano contra 0,9% - respectivamente. Todavia, este crescimento seria essencialmente extensivo e, contrariamente ao que sucedia noutros países, não resultou num aumento significativo do rendimento do capital e produtividade do trabalho, sendo um reflexo do aumento da força de trabalho, mão-de-obra abundante e barata, algo de que Portugal não carecia. Assim, não é de estranhar que no final da centúria a agricultura se mantivesse ainda como principal actividade económica e, apesar de todos os aspectos positivos do crescimento na segunda metade do século XIX, a verdade é que, nas palavras de Bairoch: *Portugal cresceu, empobrecendo*¹²⁴. As oscilações nos salários e o constante aumento dos níveis de inflação, juntamente com o predomínio da actividade agrícola fazia persistir o baixo nível de vida – as pessoas viviam, ou melhor, sobreviviam, no limiar das suas possibilidades o que naturalmente condiciona a procura, e em última análise o consumo – factores essenciais ao desenvolvimento da economia.¹²⁵

3.2 - As relações entre o poder central e a indústria das pedreiras – a dificuldade da afirmação da autoridade do Estado.

O progressivo crescimento e/ou aperfeiçoamento das infra-estruturas de administração, a atribuição de prerrogativas de funcionamento para facilitar a implementação da autoridade do Estado, é paralelo ao crescente confronto com os constrangimentos, fossem

¹²⁴ Conceição Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», *Análise Social*, 1997, 484–86.

¹²⁵ Martins, 510–12. Voltaremos a este assunto na parte 6 da dissertação.

eles de ordem pragmática ou paradigmática, que teimam em minar o seu funcionamento e autoridade. Figuras como o ministro do Reino ou, numa fase posterior, das Obras Públicas, Comércio e Indústria - e o seu Director Geral, Governador Civil e Administrador do Concelho são peças num jogo cuja configuração assentava em relações predominantemente assimétricas que tinha por lógica a subordinação da periferia ao centro e uma hierarquização forte das relações de dependência e poder.

A lógica de funcionamento, numa forma mais sintética, configurava que o poder central expediria ordens para os distritos, onde o Governador Civil daria instruções aos administradores dos concelhos para que, através dos meios que estes tivessem à sua disposição, as mesmas fossem efectivamente cumpridas. Os parâmetros de acção, desta forma estabelecidos, conferiam à figura do Governador Civil um estatuto-chave no funcionamento e consolidação do Estado Liberal. Segundo Pedro Tavares de Almeida, estes funcionariam como o garante do poder central no território. Tinham como um dos seus principais objectivos superintender e coordenar a acção da máquina administrativa periférica do Estado, fazendo as diligências necessárias para que as decisões transmitidas do centro fossem cumpridas, e tutelar os outros corpos administrativos a seu cargo - os administradores de concelho. Em suma, os governadores civis encarnariam a vontade unificadora e centralizadora do Estado.¹²⁶ Ao estatuto do Governador Civil estava imbuída uma aura de onnipotência dado as competências e poderes executórios que lhe eram atribuídos. Com isto surgia também a estigmatização da sua figura aparecendo como uma espécie de déspota dos tempos modernos, onde a centralização administrativa seria vista, na opinião de Herculano e corroborada por Oliveira Martins, com uma das razões que estariam na origem das “desgraças nacionais” e como algo que se agravaria no consulado fontista.¹²⁷ Todavia, a figura algo diabolizada do Governador Civil por algumas opiniões do quadrante político oitocentista não correspondia ao que efectivamente se verificava na realidade. A força política do Governador Civil dependia maioritariamente do seu grau de influência pessoal e das condições específicas do distrito, apesar de estarem investidos de autoridade e de poderes executórios, o seu papel seria, predominantemente, o de mediador entre aquilo que seriam as imposições do poder central e os interesses locais. Nesse contexto, podemos interligar a outra peça neste xadrez

¹²⁶ cf. Almeida, «A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890).», 166–67.

¹²⁷ Almeida, 235–36.

político centro-periferia – a figura política do administrador do concelho. Estando, segundo Pedro Tavares de Almeida, perante um complexo organizacional frágil, onde os meios de administração são igualmente frágeis, a capacidade para exercer de forma assertiva uma autoridade autónoma e eficaz ressentia-se e fica limitada. Assim, os governadores civis ficam altamente condicionados na sua esfera de acção, pois não só estão no papel de mediadores entre os conflitos e interesses, estão igualmente dependentes daquilo que é a boa vontade de colaboração dos notáveis locais para o cumprimento das ordens emanadas do centro, sobretudo quando estes, através do seu grau de influência, conseguem estabelecer redes de solidariedade coesas para que desse modo consigam restringir o raio de acção do Governador Civil, obrigando-o, invariavelmente, a cedências e a compromissos que, muitas vezes, envolviam não só transgressões como uma aplicação discricionária das Leis¹²⁸. Ora, num Portugal cujos meios materiais e humanos eram ainda bastante limitados, o controlo efectivo da acção política e periclitante incapacidade de penetração da autoridade do Estado desmistificam a ideia de uma centralização administrativa asfixiante. O que sucederia invariavelmente era que as directrizes superiores não eram efectivamente cumpridas.

Este leque de questões: como a organização algo frágil do aparelho do Estado que depois se verificava numa relação de dependência de “boa vontade”, no que diz respeito ao cumprimento do que era estipulado, e conjuntamente com a escassez de meios, foram espelhadas em casos práticos, como, a título de exemplo – a elaboração da carta geodésica de Portugal e, aqui para este estudo de forma mais concreta, as pedreiras. Porém, não poderíamos deixar de mencionar o trabalho de Rui Branco onde são identificados uma série de problemas que espelham o que acima foi ilustrado, e que se assemelham em muitos aspectos às relações que se verificaram entre o Estado e os donos das pedreiras.

A laboração e desenvolvimento da indústria das pedreiras, na segunda metade do século XIX, esteve intrinsecamente ligado à implementação e consolidação do Estado Liberal no território. Esta indústria, com todas as suas particularidades, inscreve-se neste processo de tensão latente que caracteriza a tentativa progressiva de afirmação de autoridade do poder central sobre a periferia. Em suma, também as pedreiras são um reflexo, diga-se, claro da tentativa de implementação de um *sistema frágil* e dependente da *boa acção* dos corpos administrativos locais, nomeadamente, os administradores de concelho - como iremos exemplificar de seguida.

¹²⁸ Almeida, 168–69.

A correspondência, sobretudo, da década de 1880 e os resultados do Inquérito Industrial de 1890, no volume destinado à indústria extractiva, não deixa grandes dúvidas sobre aquilo que foi uma aplicação discricionária das Leis e um papel, por vezes, ingrato dos governadores civis que tinham que insistir, invariavelmente, para que os seus pedidos fossem atendidos. Importa primeiramente salientar um aspecto: a acção do Administrador do Concelho enquanto funcionário público sob a alçada directa do Governador Civil, e por isso, a ele lhe devia a sua obediência e sua acção efectiva quer na interpretação das disposições legais, quer no cumprimento das mesmas e execução do que lhe era exigido. Da correspondência consultada (distritos de Viana do Castelo, Faro, Viseu e Évora) é possível verificar que os sucessivos pedidos para o envio da informação relativo ao funcionamento das pedreiras em lavra, em cada concelho, tinham um denominador comum – a lei de 6 de Março de 1884 e a interpretação pessoal da lei, que resultava, não raras vezes, na recusa de envio de informações por não existirem pedreiras nos moldes determinados pelo diploma de 1884, mais precisamente o artigo 39. Em 1886, o Administrador do Concelho de Ponte de Lima envia, em resposta, a seguinte correspondência ao Governador Civil de Viana do Castelo, que teria recorrido ao expediente normal de pedido de informações: “Não me parece que tenham aplicação n’este concelho as disposições mandadas observar no regulamento para a lavra das pedreiras, aprovado por decreto de 6 de Março de 1884 e que VE^a. se refere em seu officio nº 28, de 7 de Maio ultimo, por serem novas e muito limitadas as construcções, e não existirem pedreiras dependentes de licenças do governo (...)E como, pois, não há pedreiras propriamente dictas, nem indivíduos que se apliquem exclusivamente á exploração de pedra é esta a razão por que repito, que me não parece, para casos tão isolados e insignificantes, se deva organizar o respectivo registo, nos termos como aquelle regulamento o preceitara e VE^a. recomenda. (...)”.¹²⁹ Ou seja, segundo a interpretação que o próprio faz da lei, entende que não há necessidade de responder aos apelos do Governador Civil, nem sequer obedecer a uma ordem directa, repetida. Como foi possível ver atrás, a lei seria bastante clara, mas parecia haver espaço para manobras de especulação quanto ao que devia ser a sua aplicação, pois “todas as pedreiras” deviam ser alvo de recolha de informações e posteriormente enviadas ao Governador Civil e as respostas dos concelhos pareciam diferenciar tipologias de pedreiras.

¹²⁹ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (Novembro de 1886), Cota 8593, doc. 31, Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

O Administrador do Concelho assumia para si a capacidade de decisão e interpretação sobre uma ordem e lei. Porém, o mais curioso é verificar que após insistência do Governador Civil, foi preenchido o respectivo mapa e enviado, e eis que verificamos que existiam 7 pedreiras, movimentando mais de 200 operários, trabalhando entre outras pedras o granito e com a indicação de a pedra aí extraída se destinar à construção de aquedutos, habitações, pontes, entre outros – obras públicas¹³⁰.

Outro exemplo igualmente interessante verifica-se no sul do país, no distrito de Faro. O administrador de concelho de Monchique ao responder ao Governador Civil informa que: “Em cumprimento do ofício de vossa excelência nº535 da 1ª repartição de 3 do corrente cumpre-me dizer a vossa excelência que não há neste Concelho pedreiras conforme já informei a vossa excelência com meu ofício nº20 de 5 de Maio último (...)”.¹³¹ Todavia, pouco tempo depois o discurso do mesmo administrador iria mudar:

“Tenho a honra de enviar a vossa excelência devidamente preenchido o incluso mapa das pedreiras, conforme foi determinado em ofício de vossa excelência da 1ª repartição (...)”¹³², o que espelha, uma vez mais, a displicência da acção do Administrador do Concelho. Outros exemplos de correspondência que pudéssemos dar sobre o distrito de Viseu ou Évora não se mostravam distintos dos que até aqui apresentámos.

O que pretendemos demonstrar com os exemplos dados é que o cumprimento efectivo dos regulamentos acabaria por embater com o nível de profissionalismo de quem tinha por obrigação cumprir as ordens vindas de cima – a assunção de autoridade para interpretar os regulamentos e acatar, ou não, as ordens foi característica predominante comum dos administradores do concelho e que facilmente se transformava em entrave ao funcionamento burocrático do Estado e forma de resistência à modernização.

Porém, se numa parte optasse por colocar entraves ao funcionamento da máquina administrativa também existiam exemplos de funcionários que tentaram fazer aquilo que lhes era solicitado. Um exemplo do que referíamos é o seguinte, relativo a Alcoutim: “Dando cumprimento á circular de vossa excelência nº27 de 21 de Junho último, e na conformidade do regulamento sobre lavra de pedreiras, tenho a honra de d’enviar a vossa excelência o mapa de todas as que foram abertas durante o anno de 1885, com destino a construções particulares, mapa que tive d’organizar mediante minuciosas indagações e

¹³⁰ Administrador do Concelho de Ponte de Lima.

¹³¹ Administrador do Concelho de Alcoutim, «Correspondência» (Julho de 1886), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

¹³² Administrador do Concelho de Alcoutim.

informações visto não haver ainda n'esta repartição, (recursos) e o registo de que trata o artigo 39 do mesmo regulamento, prometendo a vossa excelência que hei-de de futuro regularizar este serviço com toda a especial atenção, tendo em vista todas as disposições contidas no citado regulamento, remetendo a vossa excelência mapas anuais com a indicação de movimento dos operários, produção, seu destino e acidentes ocorridos. (...)»¹³³. Aqui também se pode levantar a questão de falta de recursos humanos e materiais para fazer cumprir as disposições, problema esse que foi, aliás, transversal a uma serie de iniciativas e planos fruto dos projectos do *fontismo* – Rui Branco também o exemplifica para o seu caso particular de estudo¹³⁴.

Fosse através de uma lógica de pressão constante e insistência entre o poder central e o Governador Civil¹³⁵, e deste para os concelhos repetindo as circulares e conseguindo, algumas vezes, através disso, algumas informações, o facto é que a tendência manteve-se, as dificuldades persistiram, as informações eram escassas e não se conseguia obter uma noção consistente de como era e por quem era constituído o tecido industrial português no território. Acreditamos pois, que foi neste contexto onde grassava, nas palavras de R. Branco – que se aplicam igualmente à questão das pedreiras, o desleixo, pouco zelo e ignorância¹³⁶ que o Estado decidiu, já no final da década de 80, realizar um inquérito *in loco* sobre o panorama industrial do país. Daqui pode inferir-se que o Estado estaria desgastado com o processo de recolha de informações que acima descrevemos e cujos resultados dificilmente poderiam traduzir a realidade do país. A ida de funcionários ao locais recolher as informações tinha, pelo menos, uma grande vantagem – à partida o critério de observação não estaria condicionado por qualquer tipo de artigo legal, os funcionários deviam recolher os dados segundo indicações muito específicas provenientes do poder central. No entanto, não se pense que as dificuldades tinham desaparecido – elas mantiveram-se e foram vários os casos em que a autoridade do Estado foi amplamente contestada: “(...) Ao inquérito directo foi impossível conseguir que os industriaes

¹³³ Administrador do Concelho de Alcoutim.

¹³⁴ Branco, *O mapa de Portugal*, 37.

¹³⁵ Repetida insistência para a o envio das informações pedidas para a elaboração dos trabalhos estatísticos Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, «Correspondência» 27 de Abril de 1886, cx 2779, peça. 94. Respostas a circulares 1852-1950., Arquivo Distrital de Viseu: Fundo do Governo Civil do Distrito de Viseu 1835/1988.

¹³⁶ Branco, *O mapa de Portugal*, 138–41.

satisfizessem de boa vontade. Os esclarecimentos que forneceram são de tal ordem que não inspiram confiança, e muitos negaram-se completamente a dálos(...)”¹³⁷

4 - As obras públicas e a indústria das pedreiras

4.1 - A importância da indústria de extracção de pedra nas obras públicas.

Vamos agora tentar perceber de que forma a indústria contribuiu para o desenvolvimento económico e material idealizado pelo *fontismo*.

A indústria das pedreiras naquilo que eram os vários objectivos propostos, seguidos pelos governos então no poder, fosse qual fosse a sua natureza partidária, o espírito da época assim o ditava – era necessário modernizar o país com uma vasta série de infra-estruturas à semelhança do que se fizera pela Europa. Em Inglaterra, por exemplo, a coroação da rainha Vitória, em 1837, é o início, provavelmente, do período mais dinâmico e inovador da história da Grã-Bretanha. Segundo, Graham Lott, tratou-se de um período de grande expansão industrial, o ritmo deste desenvolvimento é acompanhado de um rápido crescimento da população. As cidades emergiram perto dos centros industriais; a agricultura e a indústria entraram num período de grande mutação – os recursos naturais tinham que ser explorados ao máximo para dar abrigo a esta massa urbana que crescia cada vez mais. O aumento da população e a sua deslocação para as cidades obrigou à construção de habitações para albergar a nova massa populacional. As vias de comunicação, no seu conjunto global, tiveram uma relação de favorecimento mútuo com os grandes desenvolvimentos na produção e transportes e o uso da pedra local para construções foi bastante intenso. No final do século XIX, à semelhança do que se verificou em Portugal, a indústria das pedreiras atingira o seu pico: “The quarrying of stone for building purposes was no different from any other industry at this time with activity in the quarries reaching a peak by the end of the century.”¹³⁸ Estes desenvolvimentos também se estenderam a outros países da Europa, sobretudo com questões relacionadas com a necessidade de construção de habitação para as migrações que se deslocavam para

¹³⁷ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:231.

¹³⁸ Graham Lott, «The development of the Victorian Stone Industry», *England's Heritage in Stone*, 2005, 44–46.

os centros industriais, casos da França, Bélgica e Estados Unidos da América.¹³⁹ Portugal teria que se modernizar obrigatoriamente e responder aos novos desafios que o tempo impunha ou arriscava-se a ficar, irremediavelmente, refém do crónico atraso económico, tecnológico e social.

Neste sentido, quando nos centramos no caso português e reflectimos sobre os projectos e realizações levados a cabo no período da Regeneração a memória traz-nos de imediato, como mais importante por aquilo representava – o símbolo de modernização das nações – a construção de caminhos-de-ferro. Também a construção e manutenção de estradas e portos, bem como, e não menos importante, o elevado volume de construção de habitações que se verificou, nomeadamente, a partir de meados da década de 1870 nos centros macrocéfalos do país – Lisboa e Porto – não podem ser considerados menos relevantes. Estas realizações, juntamente com o telégrafo, os correios e a uniformização dos pesos e medidas constituem a “obra material mais evidente e decisiva da Regeneração; tendo sido o seu impacto enorme a todos os níveis no tecido económico e social da época”.¹⁴⁰

Importa aqui perceber de que forma a indústria extractiva das pedreiras contribuiu para a concretização de tais projectos. Pensamos ser possível afirmar que as pedreiras tiveram uma importância relevante. Essa ideia é sustentada com base em pistas que nos são fornecidas através de fontes com indicadores directos que, de forma explícita, fazem menção ao planeamento e construção de determinado projecto, seja ele uma estrada, um caminho-de-ferro, um porto ou um conjunto de habitações. Atente-se no discurso de Boaventura José Vieira, um dos responsáveis pela construção dos caminhos-de-ferro do Douro, quando em 1880 diz: “ (...) Todo o pessoal estava empenhado em levar a cabo a obra mais importante que tinha sido empreendida com os próprios recursos do país (...)”¹⁴¹. Esta frase assume maior relevância se consideramos que segundo o mesmo Boaventura José Vieira “(...) em Portugal só havia pedra, cal e braços para trabalhar (...)”¹⁴², isto é, para além da mão-de-obra abundante e barata, existia uma indústria verdadeiramente nacional – a indústria das pedreiras. Outras fontes, apresentam

¹³⁹ Guilherme Augusto Santa Rita, *Habitação do operário e classes menos abastadas* (Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal, 1891), 59–66.

¹⁴⁰ Maria Fernanda Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego» (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1987), 33.

¹⁴¹ Boaventura José Vieira, *A questão do caminho-de-ferro do Douro* (Porto: Typographia Central, 1880), 4.

¹⁴² Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*, 50.

indicadores indirectos e de forma implícita sugerem a importância da extracção de matéria-prima vinda das pedreiras para o uso, no seu conjunto mais variado, em obras públicas: “ (...) a abertura de uma trincheira não fornece, em geral, pedra aproveitável para construção, a não se explorar como pedreira, e n’este caso a abertura da trincheira torna-se morosa, sendo portanto, preferível ir explorar uma pedreira fora linha para fornecer pedra para paramentos, e de grande dimensão (...)”.¹⁴³

Noutra vertente, existem também algumas indicações na bibliografia que ajudam a solidificar algumas das ideias já avançadas, atente-se ao exemplo dado por Joaquim Veríssimo Serrão: “ (...) A Regeneração prosseguiu a política do segundo liberalismo em prol do fomento mineiro. A descoberta das riquezas do subsolo haveria de conduzir à busca de matérias-primas essenciais para o processo de industrialização do país (...) ”.¹⁴⁴ Ou ainda Magda Pinheiro quando afirma: “ (...) Uma procura significativa de pedra e a distribuição de salários e lucros, na área da construção civil, parecem ser os elementos mais importantes a decorrer directamente da construção e exploração ferroviárias (...)”.¹⁵⁵ Estes são apenas alguns exemplos, outros serão, de forma mais aprofundada abordados, que permitem o estabelecimento de hipóteses e justificações que iremos ver de seguida.

4.2 – A relação entre as pedreiras e as vias de comunicação:

4.2.1 - Os Caminhos-de-Ferro

A construção dos caminhos-de-ferro em Portugal foi desde o seu estado embrionário fértil em polémica, suscitando ódios e paixões nos vários quadrantes do espectro político nacional. A questão da implementação das ferrovias já data da década de 1840, todavia a conjuntura delicada em que o país estava mergulhado e até mesmo as prioridades em termos de construção não permitiriam a concretização dos empreendimentos. Com o advento da Regeneração e a ascensão de Fontes Pereira de Melo, a opção por uma intensificação de construção de caminhos-de-ferro vai assumir preponderância. Sabia-se que por essa Europa fora os caminhos-de-ferro já eram uma realidade e reflectiam

¹⁴³ Vieira, *A questão do caminho-de-ferro do Douro*, 30–31.

¹⁴⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. IX (Lisboa: Editorial Verbo, 1994), 282–83. ¹⁵⁵ Pinheiro, «Chemins de fer, structure financière de l’état et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)», 123–24.

modernização e riqueza para a nação que deles dispunha. Atendendo ao contexto internacional, Portugal iria enveredar pelo caminho da modernização para não ficar atrasado em relação aos demais congéneres europeus, isto é, os caminhos-de-ferro teriam que ser uma realidade em Portugal – restava saber em que bases o empreendimento seria executado.¹⁴⁵ Não pretendemos dissecar aqui todos os aspectos inerentes aos projectos para a construção das ferrovias em Portugal na segunda metade do século XIX, esses aspectos estão sobejamente estudados por Maria Fernanda Alegria e Magda Pinheiro, entre outros. Não obstante, pretendemos salientar a importância da opção tomada e o seu significado para o país no contexto em questão, relacionando-o com a indústria das pedreiras.

A construção dos caminhos-de-ferro foi uma das bandeiras da Regeneração, talvez a mais importante. Neste sentido, o estudo de indústrias que contribuíram para essa mesma obra é relevante. Até hoje, pouco ou nada se sabia sobre a relação de complementaridade entre a indústria das pedreiras e as ferrovias. Seja através de indicações indirectas ou directas, temos a possibilidade de afirmar, com relativa segurança, que esta indústria teve um contributo determinante para que comboios pudessem começar a circular em Portugal na segunda metade de oitocentos.

O ritmo de construção dos caminhos-de-ferro não foi um processo contínuo (1856-1864;1878-1890;1900-1911), isto é, verificaram-se ritmos de crescimento acelerado e ritmos de abrandamento e até estagnação que, invariavelmente estiveram condicionados a conjunturas de crise económica e financeira.¹⁵⁷ Porém, o período da segunda fase de construção (1878-1890), é aquele para o qual dispomos de um volume de dados mais sistemático e que, simultaneamente, corresponde a um período de maior fulgor industrial, neste contexto mais particular da modernização das vias de comunicação. Todavia, não podemos deixar de mencionar que a existência da relação entre as pedreiras e os caminhos-de-ferro já se podia remontar à formação da Companhia de Obras Publicas de Portugal, em 1844, sendo que nas cláusulas do seu contrato já se previa o recurso às pedreiras: “ (...) a concessão de terras do Estado por onde a linha viesse a passar, bem como os materiais que nelas existissem: areias, barro, pedra, entre outros (...)”.¹⁴⁶ A

¹⁴⁵ Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 41 – 44.

¹⁵⁷ Luís Espinha da Silveira et al., «Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930», *Ler História* 61 (2011): 14.

¹⁴⁶ Mais detalhes, cf. Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 50.

Companhia não iria ter sucesso, mas ficara desde logo patente a intenção e necessidade do Estado em recorrer a esta indústria.

Esta segunda fase de construção das linhas férreas corresponde também a um período onde o Estado começa, de forma mais sistemática, a obter dados sobre a composição do tecido industrial nacional, neste caso específico - as pedreiras. As referências mais directas de que dispomos, com base nos inquéritos, dizem respeito aos anos de 1886 e 1890. Contudo, tanto o relatório elaborado por Boaventura José Vieira em 1880, como a *Folha de liquidação de importâncias à Empresa Construtora das Linhas do Norte e Leste*¹⁴⁷ fornecem-nos informações preciosas que nos permite entrelaçar a construção dos caminhos-de-ferro com o recurso às pedreiras em décadas anteriores. No primeiro caso, o relatório visa, sobretudo, questões relacionadas com a linha do Douro e Minho, com vias ainda em construção na altura em que é elaborado. Porém, na sua argumentação, Boaventura também faz referência à utilização de pedra na construção das linhas de Leste e Norte, procurando estabelecer comparações em questões de orçamento nos diversos empreendimentos.¹⁶⁰ No segundo caso, temos dados sobre orçamentos e pagamentos feitos sobre encomendas de material proveniente de pedreiras, alvenaria e cantaria, entre outros materiais. Sabendo que boa parte das linhas de Norte e Leste foram construídas ainda nas décadas de 50 a 70, esta informação é substancialmente elucidativa sobre a influência desta indústria na construção das ferrovias, num período em que a obtenção de informação sistemática através de inquéritos era ainda uma miragem.

Embora não haja informação estatística disponível, ou seja efectivamente muito escassa para o período anterior a 1875, como referia Pery¹⁶¹, não quer dizer, como pudemos verificar, que as pedreiras não tivessem dado a sua contribuição. De modo a reforçar essa ideia, atente-se ao que Magda Pinheiro menciona: “(...)Não devemos negligenciar a alta demanda do material de construção para construção dos caminhos-de-ferro. Mas mesmo a utilização da pedra, portanto tão abundante no país, colocava problemas de transporte, sobretudo se se procurasse um tipo de especial de pedra. (...)”.¹⁴⁸ Os dados que a autora faculta e que dizem respeito a estimativas sobre a encomenda de balastro utilizado na construção dos caminhos-de-ferro entre 1856 e 1890 reforçam essa ideia. O volume de encomendas oscilou neste período de tempo e acompanhou os ritmos de construção. Por

¹⁴⁷ Cf. Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*, 50.

¹⁶⁰ Vieira, *A questão do caminho-de-ferro do Douro*, 52. ¹⁶¹ Op. Cit.

¹⁴⁸ Pinheiro, «Chemins de fer, structure financière de l'état et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)», 216-17.

exemplo, verificamos um grande volume de encomenda de balastro entre 1861-1865, sendo que posteriormente entraria em declínio, sendo somente o seu crescimento retomado de forma contínua a partir de meados de 1870, com maior evidência na década de 1880.¹⁴⁹

A autora afirma que “(...) as indústrias de pedra são-nos muito mais desconhecidas do que a metalurgia. Este é um domínio em que será difícil ultrapassar a ignorância (...)”.¹⁵⁰ Apesar disso é possível verificar que a demanda de material se manteve e intensificou-se sobretudo, entre 1870 e 1890, dado o ritmo e volume das obras em execução. A prova disso mesmo, são as indicações que os mapas de pedreira em lavra, tanto a Norte – mapas do distrito de Viana do Castelo, sobretudo em 1886, como a Sul – mapas do distrito de Faro, 1885 e 1886, os mapas do distrito de Évora com alguns dados entre 1872 -1886 e, por fim, os dados que Inquérito Geral de 1890 nos fornecem. Não deixa, porém, de ser relevante salientar um aspecto importante sobre a exploração das pedreiras e o seu relacionamento com as obras públicas em geral. Era processo comum explorar-se pedreiras ao longo das vias de construção, possivelmente devido ao problema e custo do transporte do material. O que acontecia, possivelmente muitas vezes, seria que mal terminasse a construção a pedreira em uso ficasse ao abandono, ou seja, fim da construção – fim da exploração, o que tornaria mais difícil a recolha de informações sobre a indústria em si e qual a sua influência nas ferrovias. Magda Pinheiro avançou com essa hipótese tendo por base os relatos de Boaventura José Vieira¹⁵¹ - essa ideia pode ser agora comprovada pelos resultados do Inquérito de 1890. Segundo os inquiridores, há exemplos sobre o fim da exploração quando se verificou a conclusão das obras na construção das ferrovias da linha do Oeste¹⁵², ou o fim da exploração da pedra necessária para a estação do Rossio, sendo que as pedreiras que estavam a laborar conheceram então o seu encerramento.¹⁵³

Focando nos dados disponíveis convém, todavia, salientar que o uso de pedra no projecto que é construir uma via-férrea não se pautou apenas pela sua aplicação mais simples, - onde os carris de ferro, mais tarde de aço, iriam assentar. O uso de pedra, na

¹⁴⁹ Pinheiro, 217.

¹⁵⁰ Mónica et al., *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*, 50.

¹⁵¹ Pinheiro, «Chemins de fer, structure financière de l'état et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)», 218.

¹⁵² Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:225.

¹⁵³ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:223.

sua mais variada qualidade, pautou-se também pela sua aplicação na construção de muros, esteios, pontes, obras de arte e as próprias estações de caminhos-de-ferro, como aliás relata Boaventura José Vieira: “ (...) Ao tomar posse do cargo de director (caminhos-de-ferro do Douro) estavam os trabalhos nos dois caminhos-de-ferro no período de maior desenvolvimento: tuneis, viaductos, pontes e obras de arte correntes estavam em activa construção. (...) ”.¹⁵⁴

Da zona Norte do país temos dados que indicam que a alvenaria extraída de Monção¹⁵⁵; o granito e o saibro extraído de Ponte de Lima¹⁵⁶ e o granito e cantarias extraídas de Viana do Castelo¹⁵⁷ tiveram o seu destino, conforme indicam os inquéritos, no uso de obras públicas tais como: empedramentos, esteios, muros, pontes e obras de arte associadas à construção das linhas férreas, sobretudo nas linhas do Minho e do Douro, que estiveram em construção e cujo período de inauguração dos troços se compreende entre 1875 e finais da década de 1880. O recurso às pedreiras para a construção das Linhas do Douro e Minho foi uma constante ao longo da segunda metade do século XIX. Segundo as informações que o inquiridor apurou em 1889, já se extraía pedra do concelho de Peso da Régua faz 50 anos, embora sem lavra regular. Todavia, o inquirido, José Carvalho – mestre-de-obras da Régua, afirmou que a exploração se intensificou nos últimos 13 anos, à data do inquérito, tendo sido fornecidos cerca de 7000 m³ de pedra variada (granito, xisto e calcário) para obras de arte nos caminhos-de-ferro do Douro.¹⁵⁸ Sublinhamos o período no qual, segundo o inquirido, se verificou o intensificar de exploração das pedreiras, pois permite-nos inferir que a exploração das pedreiras esteve directamente ligada com os ritmos de construção.

Neste contexto, salientamos o exemplo que nos chega das pedreiras em Estremoz com base nos dados do inquérito de 1872. Segundo estes dados, as pedreiras do concelho já lavravam antes de 1866, mas conheceram a suspensão dos trabalhos pouco tempo depois – sendo somente retomadas em 1872.¹⁵⁹ Isto coincide com os períodos de

¹⁵⁴ Vieira, *A questão do caminho-de-ferro do Douro*, 5.

¹⁵⁵ Administrador do Concelho de Monção, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (Agosto de 1886), Cota 8593, doc. 29, Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

¹⁵⁶ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (Novembro de 1886), Cota 8593, doc. 31, Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

¹⁵⁷ Administrador do Concelho de Viana do Castelo, «Mapa de Pedreiras em Lavra» Agosto de 1886, cota-8593, doc.38. Processos referentes a pedreiras 1864/1887, Arquivo Distrital de Viana do Castelo: Fundo do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo 1555/2013.

¹⁵⁸ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:251–52.

¹⁵⁹ Administrador do Concelho de Estremoz, «Mapa de pedreiras em lavra - Estremoz 1872» (1872), Caixa 220, doc. 10, Fundo do Governo Civil de Évora.

estagnação que a construção encontrou: “ (...) A exploração não podia evitar o profundo marasmo de 1866 a 1870. A partir de metade dos anos 70, o aumento considerável da demanda de pedra para construir a *cama*, onde assentariam os carris, dos caminhos-de-ferro contribuiu para o desenvolvimento da exploração das carreiras. (...) ”.¹⁶⁰ Do concelho de Borba, no mesmo ano em que a exploração se começa a intensificar noutras localidades, também existe a indicação que dali estaria a ser extraída pedra para ser aplicada em “diversas obras públicas, particulares e artes”.¹⁶¹ Um exemplo semelhante para o concelho de Mourão onde se encontrariam “diversas pedreiras lavra de onde se extrai pedra para cantaria e construção de muros”.¹⁶²¹⁶³ Atente-se que o prolongamento da construção da Linha do Sul tinha sido retomado¹⁶⁴ - o troço que ligaria Venda do Duque a Extremoz seria inaugurado em 1873.

Pese embora os dados para este período, década de 1870, não sejam abundantes, parece-nos, porém, plausível que semelhante lógica se tenha verificado noutras zonas do país onde estivessem a ser construídas ferrovias.

No que diz respeito à zona mais Sul do país, mais precisamente o distrito de Faro, os dados recolhidos não fornecem indicações directas sobre a utilização de matéria-prima das pedreiras do distrito na construção dos caminhos-de-ferro. Contudo, tendo em mente que os empreendimentos envolviam a construção de inúmeras infra-estruturas indispensáveis inerentes às ferrovias, não será de todo descabido inferir que o granito de Monchique¹⁶⁵, o xisto de Alcoutim ¹⁶⁶ e a cal de Castro Marim ¹⁶⁷, para além dos outros destinos que estas matérias-primas tiveram e que iremos ver posteriormente, fossem também utilizados nos caminhos-de-ferro das linhas do Sul – isto sabendo que, por exemplo, o troço que ligaria Amoreiras a Faro seria inaugurado em 1889.

¹⁶⁰ Pinheiro, «Chemins de fer, structure financière de l'état et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)», 218.

¹⁶¹ Administrador do Concelho de Borba, «Mapa de pedreiras em lavra - Borba 1872» (1 de Dezembro de 1872), Caixa 220, doc. 10, Fundo do Governo Civil de Évora.

¹⁶² Administrador do Concelho de Moura, «Mapa de pedreiras em lavra - Moura» (1872), Caixa 220, doc.

¹⁶³, Fundo do Governo Civil de Évora.

¹⁶⁴ Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 252-53.

¹⁶⁵ Administrador do Concelho de Monchique, «Mapa de Pedreiras em Lavra» 1885, cx. 294, mc 3. Mapas com a relação das actividades industriais., Arquivo Distrital de Faro: Fundo do Governo Civil do Distrito de Faro 1752/1981.

¹⁶⁶ Administrador do Concelho de Alcoutim, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1885), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

¹⁶⁷ Administrador do Concelho de Castro Marim, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1886), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

Com recurso aos dados do Inquérito Industrial de 1890, sabemos que na zona Centro e Litoral do país se verificou que a relação, que temos vindo a sustentar, entre esta indústria e as ferrovias também se manifestou. Do concelho da Batalha, distrito de Leiria, saiu a matéria-prima – calcário branco e brando que estaria na origem da construção da estação do Rossio, em Lisboa.¹⁶⁸ Esta obra teve um impacto bastante relevante na indústria das pedreiras da região, não só do ponto de vista da construção, tendo sido vista pela *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro de Portugal e Hespanha* como “(...) a obra de arte que, ao mesmo tempo é um arrojo da nossa engenharia, representa uma beleza e comodidade para a nossa capital.(...)”¹⁶⁹, mas também pela importância prática que teve “(...) A Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro está atravessando uma phase notável dos seus serviços de exploração (...) Com a construção da Estação Central do Rossio, desvia-se o movimento de passageiros da Estação de Santa Apolónia, cuja insuficiência para acumular este serviço com o de mercadorias se está manifestando todos os dias. (...)”¹⁷⁰.

Em Viseu, com o recurso à pedreira situada na Serra do Crato, foi extraída pedra que permitiu tanto a construção da linha férrea, como das duas estações, Viseu e Santa Comba Dão, que compõem o troço que seria inaugurado em 1890.¹⁷¹ A ponte ferroviária de Arganil, no distrito de Coimbra, é mais um exemplo desta interdependência cada vez mais evidente.¹⁸⁵

Podemos assim afirmar com segurança que os caminhos-de-ferro, uma das maiores concretizações materiais do Portugal moderno idealizado pelos políticos da Regeneração, foram uma variável determinante para o desenvolvimento e evolução da indústria das pedreiras. Em sentido inverso, a disponibilidade e capacidade deste sector extractivo terá sido um contributo nacional relevante para os melhoramentos materiais do período, numa altura em que uma parte significativa da tecnologia e matéria-prima para os caminhos-de-ferro tinha de ser importada.

¹⁶⁸ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:223.

¹⁶⁹ Leonildo de Mendonça e Costa, «*Gazeta dos Caminhos-de-Ferro e Hespanha*», 16 de Abril de 1889, 27 edição.

¹⁷⁰ Leonildo de Mendonça e Costa, «*Gazeta dos Caminhos-de-Ferro e Hespanha*», 21 de Maio de 1889, 30 edição.

¹⁷¹ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:254–55.

¹⁸⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:207–8.

4.2.2 - Os portos e as estradas

Abordada a questão dos caminhos-de-ferro em primeira instância, pela importância e pelo simbolismo que tiveram, vamos agora analisar os outros dois pontos do projecto das vias de comunicação, que tal como as ferrovias mereceu muita da atenção e dedicação por parte dos governos do arco temporal aqui abordado: os portos e as estradas.

Os portos e a circulação marítima ou fluvial representavam, antes da implementação da rede ferroviária no território nacional, uma importante referência no que diz respeito ao comércio e o transporte de pessoas. Como, aliás, salienta Maria Fernanda Alegria, a função portuária era tida como essencial e não se podia menosprezar o facto de esta ter representado até meados do século XIX a única solução viável de transportes de média e longa distância, bem como, da chegada e saída de produtos do interior do país.¹⁷² Toda a questão envolvente à circulação marítima teve a atenção do Estado e a prova disso mesmo é-nos facultada quando verificamos que os vários problemas que tinham sido diagnosticados ao longo do tempo tiveram a sua resolução total ou parcial na segunda metade do século XIX. Também aqui terá sido relevante o contributo directo das pedreiras.

Teodoro de Matos quando estudou os transportes e comunicação no Continente e Ilhas, entre 1750-1850, menciona a uma serie de questões que envolviam vários portos e barras, entre os quais destacamos o porto de Viana do Castelo - que vinha perdendo importância e condições de segurança, necessitando de obras.¹⁸⁷ O mesmo se verificava para o porto e barra de Aveiro, pese-embora com algumas nuances.¹⁸⁸ Por fim, o porto e barra de Lisboa e a barra do Douro. Estes últimos com importância substancialmente maior. Ambos apresentavam deficiências estruturais graves que urgia resolver, sobretudo a barra do Douro em que a impossibilidade de circulação e o flagelo dos naufrágios eram uma constante. Vários foram os projectos e ideias apresentadas, mas sem concretização efectiva neste período.¹⁷³

A segunda metade do século XIX vai alterar este panorama ao nível dos projectos e concretizações. O Estado vai intervir no sentido de tentar manter a circulação

¹⁷² Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 175. ¹⁸⁷ Mais detalhes, Cf. Artur Teodoro de Matos, «Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)» (Universidade dos Açores, 1980), 317. ¹⁸⁸ Mais detalhes, Cf. Matos, 325-27.

¹⁷³ Mais detalhes, Cf. Matos, 323-35.

marítimofluvial o mais moderna possível, dentro daquilo que seriam as suas possibilidades. Logo na década de 1850 temos indicações da existência de obras de remodelação na barra do Douro e vislumbramos a existência do recurso às pedreiras. O poder central procurou inteirar-se, ao pormenor, sobre o seguimento das obras, exigindo a recolha de informação de uma série de variáveis: o nome das rochas/pedras atacadas, o número de tiros que sofreram, a pólvora consumida, o volume da pedra destacada, se a pedra foi removida para local conveniente, o aumento da profundidade dos rios devido às explosões, as tentativas que falharam e as causas para o falhanço caso este ocorresse. Para além disso, o director responsável pelas obras ficava obrigado a elaborar e enviar um relatório sobre a progressão dos trabalhos.¹⁷⁴

Na década de 1880, quando os inquéritos começam a ser mais regulares, é que conseguimos obter mais alguns dados indirectos sobre a influência das pedreiras no ramo da organização marítimo-fluvial, informações que mostram que a Norte, em Ponte de Lima (1886)¹⁷⁵ e Viana do Castelo (1886)¹⁷⁶, houve fornecimento de material para obras de remodelação no porto de Viana do Castelo. A Sul, os mapas enviados dão-nos a percepção que das pedreiras existentes nos concelhos de Sines (1885)¹⁹³ e Faro (1885)¹⁷⁷, teria sido extraída matéria-prima, sobretudo cal, para obras de remodelação do porto de Sines.

Contudo, só com os resultados do Inquérito Industrial de 1890 temos indicações mais concretas sobre a influência das pedreiras neste ramo das obras públicas, sendo que algumas das acções levadas a cabo, com recurso à indústria ainda vem no seguimento de problemas levantados no início do século, como o seguimento das obras no porto de Viana do Castelo¹⁷⁸, as obras na barra de Aveiro e a construção de um farol¹⁷⁹, ou as obras no cais do Mondego.¹⁸⁰ Por fim, Lisboa e Leixões. O porto de Lisboa era, historicamente,

¹⁷⁴ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 10 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1857), 146.

¹⁷⁵ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em lavra» Novembro de 1886, cota-8593, doc.32. Processos referentes a pedreiras 1864/1887, Arquivo Distrital de Viana do Castelo: Fundo do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo 1555/2013.

¹⁷⁶ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em Lavra», Novembro de 1886. ¹⁹³ Administrador do Concelho de Faro, «Mapa de Pedreiras em lavra» (Agosto de 1885), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

¹⁷⁷ Administrador do Concelho de Loulé, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1885), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

¹⁷⁸ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:248.

¹⁷⁹ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:194–95.

¹⁸⁰ *Ibid.*, I:207 - As pedreiras da freguesia de Santa Clara, de onde foi extraída a pedra, estariam a laborar de forma permanente, 300 dias por ano.

uma referência em termos internacionais e acabou por ver muitos dos seus planos para recuperação e modernização concretizados, com a ajuda do material extraído das pedreiras. Exemplo disso mesmo é o concelho de Oeiras de onde: “(...) maior parte do material é empregue no revestimento de muros de cais, especialmente nas vastíssimas obras no porto de Lisboa (...)”¹⁸¹, que assim se pode modernizar. O porto de Leixões é um caso muito particular. Tendo sido construído de raiz, os estudos para a sua construção datam da década de 1850 dadas as crónicas dificuldades de acesso à barra do Douro. A imperiosidade da construção não se pautava apenas como uma alternativa às infraestruturas marítimas localizadas na cidade do Porto, as expectativas sobre as suas funções alargavam-se substancialmente: “Enfim, este porto indispensável não só para a praça do Porto como para todas as províncias do norte do país e para uma grande parte do país vizinho”.¹⁸² Foi com o recurso à extracção de pedra no concelho de Bouças (Porto) que se obteve o material para a construção do porto de Leixões – um custo estimado (apenas da matéria-prima ali extraída), ainda que subavaliado segundo as próprias indicações do Inquérito, de 57.000\$000 (cinquenta e sete contos de réis) - uma soma muito elevada no contexto económico-financeiro da época¹⁸³ e que terá tido contribuído para o florescimento da indústria extractiva na região na época.

As obras nos portos que salientámos foram importantes naquilo em que consistiram as remodelações nas estruturas marítimo-fluviais da época com recurso às pedreiras. Contudo, é a construção do porto de Leixões que se assume com uma das grandes concretizações dentro dos projectos de vias de comunicações neste campo, sobretudo pela importância que acabou por adquirir, dado que iria passar ser o único porto capaz de rivalizar com o de Lisboa no final do século, onde o tráfego marítimo-fluvial ainda era considerado intenso, concentrando, juntamente com Lisboa, mais de 93% do total do tráfego realizado.¹⁸⁴ Pode-se considerar que se tratou de um empreendimento de sucesso, construído de raiz e cuja relação com a indústria das pedreiras é inegável.

Por último, faremos referência a outra componente inerente ao programa de modernização das vias de comunicação na segunda metade do século XIX que contaram com a participação directa da indústria das pedreiras – as estradas.

¹⁸¹ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:235–36.

¹⁸² Entre outros aspectos, era expectável que grande parte das pescarias da costa da Galiza pudesse chegar a Madrid via Leixões e linha do Douro. Cf. Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 204.

¹⁸³ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:241.

¹⁸⁴ Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 212.

As referências directas, com o recurso aos inquéritos, ao uso de matéria-prima proveniente das pedreiras é escassa. Porém, as referências existentes, bem como algumas referências indirectas permitem-nos inferir que houve uma participação relativamente activa da indústria aqui em estudo.

Maria Fernanda Alegria assinala que as vias aceleradas (comboios) e as vias ordinárias (estradas), juntamente com outros veículos de comunicação foram a obra material mais evidente e decisiva que a Regeneração levava a cabo, com um impacto que se faria sentir nas mais variadas vertentes.¹⁸⁵ Neste sentido, a questão assume relevância se tivermos ainda em linha de consideração que o planeamento e construção de estradas, fossem elas de 1ª ou 2ª categoria,¹⁸⁶ visava, pelo menos em teoria, estabelecer vias de comunicações onde os caminhos fluviais e as ferrovias não pudessem chegar. Pese embora a modernização da rede viária já estivesse no horizonte do governo de Costa Cabral, esta só teve concretização efectiva no período da Regeneração, sobretudo no partir do final da década de 1870 onde conheceu um maior incremento:

“(…) A década de oitenta do século XIX pautou-se por uma forte aposta na rede de estradas, e entre 1884 e 1900 assistiu-se a um grande investimento, que permitiu acrescentar cerca de cinco mil quilómetros à estrutura viária pré-existente.”¹⁸⁷ Isto coaduna-se com os dados do mapa elaborado por Folque, em 1884, onde se verifica o crescimento substancial de estradas e pequenos troços construídos próximos da zona litoral do país perto de portos e estações de caminhos-de-ferro; imposição, aliás, das próprias Companhias de construção ao Estado.¹⁸⁸

É precisamente neste contexto, neste anos, que dispomos de referências alusivas ao uso de material vindo das pedreiras para ajudar na construção e manutenção das estradas. Os mapas do concelho de Viana do Castelo¹⁸⁹, Mourão²⁰⁷ e Ponte de Lima¹⁹⁰, para o ano de 1886, por exemplo, fazem menção a material extraído, nomeadamente o basalto para

¹⁸⁵ Alegria, 27–28.

¹⁸⁶ O diploma de 1862, entre algumas nuances, altera a terminologia de estradas de 1ª classe para estradas de 1ª ordem e 2ª classe para 2ª ordem - as primeiras ligariam Lisboa às capitais de distrito; as segundas ligariam as capitais de distrito entre si com cidades, vilas ou portos. Cf. *Ibid.*, 121–22.

¹⁸⁷ Amélia Aguiar Andrade, *Das Estradas Reais às Estradas Nacionais*, vol. II (Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002), 36.

¹⁸⁸ Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 127 – 28.

¹⁸⁹ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em Lavra», Novembro de 1886. ²⁰⁷ Administrador do Concelho de Monção, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

¹⁹⁰ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em Lavra», Novembro de 1886. ²⁰⁹ Amélia Aguiar Andrade, ed., *Documentação do arquivo do MOP*, As estradas em Portugal, coord. de Amélia Aguiar Andrade ; 1 (Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002), 219.

pedra britada, das respectivas pedreiras para o uso de construção/manutenção de estradas. Neste sentido, podemos colocar a hipótese que as referências encontradas por Amélia Andrade, onde se verificam alguns expedientes emitidos entre 1866 e 1888 sobre aspectos inerentes a “ (...) subsídios concedidos e autorização para contractos, para pagamentos de materiais e para prorrogação de prazo de transferências (...) ” pudessem estar ligados à demanda de pedra para construção e manutenção das vias ordinárias.²⁰⁹ Porém, só mais tarde, com os resultados do Inquérito Industrial de 1890, temos alguns dados mais detalhados relativamente ao uso da pedra nas estradas. Um dos exemplos mais completos vem do concelho de Loures onde “ (...) a pedra era trabalhada por encomenda (basalto) e uma das suas utilidades era a conservação de estradas no concelho (...) ”¹⁹¹. Os outros exemplos directos presentes no Inquérito remetem-nos para os concelhos de Vila Real e Monchique. No primeiro, a pedra extraída e trabalhada foi aplicada no calcetamento das ruas de Vila Real e conservação de estradas¹⁹². No caso de Monchique, a pedra foi aplicada na construção de uma ponte na estrada que ligava Monchique a Vila Viçosa, e na conservação das mesmas.¹⁹³

Embora as referências para este ramo das vias de comunicação sejam menores, podemos verificar que se mantém a dupla relação já atrás destacada, com os obras nas estradas a estimularem a indústria e com a actividade das pedreiras a contribuir de forma relevante para as obras públicas. Se tivermos em linha de conta que, tal como as outras vias de comunicação, as estradas conheceram um grande incremento na sua construção o impacto na indústria não foi de somenos. De modo a reforçar essa ideia convém salientar o facto de a construção das estradas estar frequentemente subordinada à construção dos caminhos-de-ferro e embora isso corrompesse o seu objectivo primordial- uma alternativa às ferrovias¹⁹⁴ - as estradas tiveram um papel fundamental na estrutura viária da segunda metade oitocentista no que diz respeito ao entrelaçamento e complementaridade com as demais vias de comunicação. A actividade das pedreiras não pode ser desligada da sua construção.

Pensamos que a ligação estreita, de complementaridade entre a indústria das pedreiras e a construção ou modernização das vias de comunicação fossem elas caminhos-de-ferro, portos ou estradas foi evidente. Durante todo o período em estudo as pedreiras forneceram

¹⁹¹ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:235.

¹⁹² Direcção Geral do Comércio e Industria, I:253.

¹⁹³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:217.

¹⁹⁴ Alegria, «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego», 172.

material, com maior ou menor fulgor, trabalhando predominantemente ao sabor do rimo imprimido às obras. A viragem na construção de estradas a partir de finais de 1860, a segunda fase de construção dos caminhos-de-ferro ou o aumento intensivo do tráfego marítimo-fluvial a partir de 1870, estão intrinsecamente ligados com a exploração da indústria as pedreiras: o estabelecimento das vias foi concretizado através das pedreiras e estas cresceram com essa necessidade – dependeram uma da outra. Falar da criação de um mercado nacional na segunda metade de oitocentos, das suas infra-estruturas de comunicação, onde as ferrovias assumem destaque, é falar também das pedreiras e dos ritmos desta actividade industrial que ia revelando cada vez mais significativa.

4.3 - A relação entre as pedreiras e o crescimento habitacional do final do século XIX em Lisboa a encomenda de matéria-prima - florescimento e decadência.

O período da Regeneração pautou-se, como temos vindo a ter a oportunidade de referir, pela realização de uma serie de mudanças de cariz estrutural que iriam, paulatinamente, modernizar o país. Tendo por base de estudo de caso sobre as pedreiras, fizemos menção à modernização administrativa com adopção e implementação de modelos legislativos estrangeiros, à persecução do símbolo de modernização – as vias de comunicação. Procurámos relacionar essas políticas e concretizações com a indústria das pedreiras, sobretudo a forma como estas convergiram. Muitas das concretizações, originárias do projecto político da Regeneração, acabaram também por levantar toda uma série de outras questões que exigiram acção por parte do Estado - o aumento da população e a sua deslocação para as cidades constituíram problemas que iriam acabar por ser solucionados, ou melhor, remediados, abrindo também aqui uma janela comunicante com a indústria das pedreiras.

A “crescente industrialização” do país, nomeadamente nas grandes cidades, acompanhada pelo melhoramento das vias de comunicação funcionaria como atractivo, fez com que se verificasse uma crescente deslocação das populações para o espaço urbano resultando, por um lado, no aumento das desigualdades territoriais já existentes e, por outro lado, a um ao desenvolvimento urbano.¹⁹⁵ Embora Portugal tivesse um reduzido número de centros urbanos, a verdade é que os centros de média dimensão vinham a

¹⁹⁵ Silveira et al., «Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930», 7–8.

aumentar e, no geral, as populações servidas pelos caminhos-de-ferro conheceram um crescimento mais rápido, salvo raras excepções, do que aquelas que não dispunham de acesso às ferrovias. Os exemplos mais notáveis seriam as regiões do litoral/Norte Atlântico e Sul, levando ao aumento da macrocefalia das cidades de Lisboa e Porto e ao reafirmar das mesmas como pólos industriais.¹⁹⁶

A expansão das cidades, fruto da contínua concentração de população, levou à necessidade de criar condições mínimas para a sua sobrevivência – habitações. É precisamente neste contexto que as indústrias das pedreiras sentiram um novo impulso. É das pedreiras que vem a maior parte do material que iria permitir a construção de habitações cuja procura se tornou mais intensa no período compreendidos entre 1878 a 1890, coma atribuição de licenças camarárias a ser maior e o volume de construção também mais intenso. As fontes, juntamente com alguns dados indirectos dos trabalhos de Álvaro Ferreira da Silva, Teotónio Pereira e Manuel Teixeira, fornecem-nos informações suficientes para que, com relativa segurança, podermos caracterizar o papel das pedreiras neste sector. As informações nas fontes são mais direccionadas para Lisboa que, por razões óbvias, se tinha tornado o pólo industrial de excelência do país. Todavia, não quer isto dizer que por todo o país não tenham existido mais cidades com períodos de idêntica intensidade de construção habitacional – o Porto é um exemplo concreto dessa mesma realidade.

A cidade do Porto, ou melhor, o Porto como pólo económico começa a ganhar forma e a desenvolver-se a partir da década de 1860 com a crescente industrialização e melhoria das vias de comunicação.²¹⁶ Entre 1864-1900 cerca de 32.000 novos habitantes tiveram que encontrar alojamento na cidade. Dentro desse arco temporal, o período de 1878-1890 (nesta data, cerca de 1/3 da população da cidade tinha origem rural)²¹⁷ foi crucial no que diz respeito ao crescimento da população na cidade. Ao aumento da população, o Estado procurou responder com um programa de obras municipais que também iria corresponder à intensificação da construção de habitação operária, as Ilhas. A maior parte dessas habitações foram construídas entre 1864 e 1900 e cerca de 50% do total da sua construção verificou-se no período de 12 anos, entre 1878 e 1890.¹⁹⁷ Para as 5100 habitações

¹⁹⁶ A área do concelho de Lisboa estava multiplicada por 7 em meados de 1880. Cf. Ibid., 21-24. ²¹⁶ Manuel C. Teixeira, *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996), 23. ²¹⁷ Teixeira, 5.

¹⁹⁷ Teixeira, 162–63.

construídas neste período¹⁹⁸, alguma da matéria-prima veio do próprio distrito. Sabemos, com base nos dados do Inquérito de 1890, que dos concelhos de Gondomar e Maia foi extraído granito para aplicar nas construções no Porto. Segundo o mesmo inquérito, de Penafiel também foi extraído granito e cal que, para além de ser usado nas construções no Porto, também era usada em todo o país.¹⁹⁹ Outros pontos do país, como por exemplo o distrito de Viana do Castelo, dada a proximidade geográfica, poderão ter fornecido, e é provável que o tenham feito, face à crescente facilidade que as vias de comunicação proporcionavam. Das pedreiras de Valença sabemos que se extraía material para telhas e tijolo para as obras públicas no distrito e para outros pontos do país²⁰⁰. De Ponte de Lima extraía-se granito e saibro²⁰¹ e de Viana do Castelo, granito e cantaria - todas com o mesmo destino: obras públicas, habitações, pontes e aquedutos.²⁰² Foi, pelo menos, através destas pedreiras que a cidade do Porto foi abastecida para fazer face à procura de habitação. As referências embora possam parecer escassas são objectivas. Um dos problemas para a falta de dados concretos no Porto seria a ausência de escrituração nas pedreiras, factor negativo destacado pelo inquiridor quando visitou Penafiel, Maia e Gondomar. Por outro lado, é facto que algumas infra estruturas, como pontes ferroviárias, permitiram entrada e saída de matérias-primas no Porto, como salienta Manuel C. Teixeira.²²⁴ Daqui podemos inferir que, para além do muito provável uso de matéria-prima dentro do distrito não escriturada, outro material destinado à construção poderia ter chegado do Sul do reino.

Lisboa foi o caso paradigmático e mais claro da influência da indústria das pedreiras na questão da construção habitacional e do impacto desta na actividade daquele sector. As semelhanças conjunturais com o Porto que levaram à intensa procura de habitação no último quartel do século XIX são evidentes. Tal como o Porto, também Lisboa encontrou um período intenso de crescimento de população. O período de 1864-

¹⁹⁸ Teixeira, 23.

¹⁹⁹ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:241-42.

²⁰⁰ Administrador do Concelho de Valença, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1886), Cota 8593, doc. 28, Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

²⁰¹ Administrador do Concelho de Ponte de Lima, «Mapa de Pedreiras em Lavra», Novembro de 1886.

²⁰² Administrador do Concelho de Viana do Castelo, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²²⁴ Teixeira, *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, 22.

1878 seria de crescimento, mas este seria apenas, segundo Álvaro Ferreira da Silva, uma reposição de índices populacionais anteriores. Todavia, entre 1878-1890 já se trata de uma decisiva expansão de população na capital com um crescimento de 2,3% ao ano – o maior ao longo do tempo em estudo.²⁰³

O grande afluxo de população provocado pelo surto industrial obrigava à construção de habitação dado que a concentração de mão-de-obra operária na capital era cada vez mais intensa.²⁰⁴ Em Lisboa, sobretudo nas suas extremidades – fazendo com a que a cidade se expandisse, foram construídos bairros operários: correntezas, pátios e vilas de modo a tentar dar resposta à procura.²⁰⁵ O incremento na construção civil pode ser verificado pela atribuição das licenças para o efeito: entre 1881 e 1891, ponto máximo do ciclo de atribuição de licenças, houve um aumento de 655% de concessões, de 42 para 317, o que denota bem a grandeza decorrente das necessidades de construção.²⁰⁶ As informações disponíveis nos inquéritos, sobretudo o de 1890, vão dar corpo à importância enunciada que a indústria das pedreiras teve no processo de construção civil em Lisboa. Para reforçar esta ideia devemos ter em consideração que, como Álvaro Ferreira da Silva afirma, a esmagadora maioria das matérias-primas não eram importadas (seria, portanto nacional) e escapariam ao controlo alfandegário – a excepção seria a alfândega interna de Lisboa, por onde entrariam materiais de construção provenientes de outros pontos do país.²⁰⁷ Um exemplo concreto da entrada de materiais de construção na alfândega de Lisboa está presente no Inquérito de 1890 – o inquiridor recebeu algumas queixas de donos de pedreiras no concelho de Cascais dando conta que as encomendas de cantaria para as construções em Lisboa ficavam muito tempo retidas na alfândega originando-lhes grandes transtornos.²⁰⁸

No que diz respeito a exemplos mais concretos atente-se que na própria cidade existiam um vasto conjunto de pedreiras em lavra extensiva onde o material extraído servia para fabricar telha e tijolo, entre outros materiais que seriam “(...) aplicado [em] larga escala

²⁰³ da Silva, «A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)», 600–602.

²⁰⁴ Nuno Teotónio Pereira, «Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário», *Análise Social*, n. 127 (1994): 509–10.

²⁰⁵ Mais detalhes sobre o tipo e configuração das habitações. Cf. *Ibid.*, 511–14.

²⁰⁶ da Silva, «A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)», 602–5.

²⁰⁷ da Silva, 602.

²⁰⁸ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:231.

em vários concelhos de Lisboa (...).²⁰⁹ No distrito de Leiria laboravam pedreiras de calcário cujo consumo local teria pouca importância, contudo “(...) Lisboa, pelas suas numerosas construções tem requisitado bastante material deste distrito, apesar da grande abundância dos calcários que se exploram nos seus arredores (...)”.²¹⁰ Exemplo semelhante provém de Sintra, a intensiva exploração de pedreiras de calcário que seria, geralmente, empregue como pedra de cantaria em Lisboa era o resultado do volume de construção na capital.²¹¹ Nos concelhos de Torres Vedras e Vila Franca faz-se referência à encomenda de matéria-prima para a capital: alvenaria, cantaria e argila para o fabrico de telhas e tijolo. Mas também o exemplo de Portalegre, onde as pedreiras de Marvão em lavra industrial forneciam cal para todo o país.²¹²

Estas referências não só atestam a importância da indústria das pedreiras na construção civil, como também nos alertam para o facto da existência de um mercado de cariz nacional em funcionamento onde os produtos, através das vias de comunicação, vão circulando e chegam aos locais onde são necessários. Essa noção é reforçada através do exemplo do material extraído no concelho de Évora²¹³ e no concelho de Alandroal²¹⁴, cujos inquéritos de 1885 dão a indicação que a matéria-prima seria destinada à construção de edifícios. Tendo em consideração os exemplos anteriores não é de todo ousado pensar que daqui pudessem sair encomendas para a capital, ou até mesmo para o Porto. Todavia, não quer dizer que esta não pudesse ser consumida localmente, aliás a construção da Sé de Évora e da Igreja de Vila Viçosa são exemplos dessa mesma aplicação e o inquérito de 1890 faz referência a material vindo de Évora que era aplicado, não só na construção civil, mas também na edificação da estátua de D. Pedro IV e em monumentos fúnebres.²¹⁵ Outros exemplos da aplicação de matéria-prima proveniente das pedreiras em obras públicas, em termos locais, pode ser visto em Viseu, onde se construiu o Hospital de Lamego e a Torre da Ermida da Senhora dos Remédios.²¹⁶ Não quer isto dizer que o

²⁰⁹ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:232.

²¹⁰ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:223.

²¹¹ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:232.

²¹² Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:236–37.

²¹³ Administrador do Concelho de Évora, «Mapa de pedreiras existentes - Évora -1885» (12 de Maio de 1886), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²¹⁴ Administrador do Concelho de Alandroal, «Mapa de pedreiras existentes - Alandroal -1886» (11 de Maio de 1886), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²¹⁵ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:213.

²¹⁶ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:255.

Inquérito Industrial de 1890

granito extraído no distrito de Viseu tivesse só aplicação local, a mesma linha de raciocínio anterior é aqui aplicada: se considerarmos que as pedreiras no distrito de Lisboa não conseguiam dar resposta à procura de matéria-prima, facto que comprovámos ao atestarmos que existiam encomendas em vários pontos do país, não será de todo descabido que mesmo do distrito de Faro, para além da aplicação local, tenha saído material na década de 1880 cujo destino seria a capital. Por exemplo, as pedreiras em lavra no ano de 1885 extraíam, entre outros tipos de pedra, calcário cuja aplicação era destinada a portas e janelas.²³⁹ Em Castro Marim, segundo os dados do inquérito de 1886, das pedreiras em lavra era extraída cal para fazer cimento²⁴⁰, ou Silves em 1885, onde as pedreiras em lavra forneciam matéria-prima que era toda destinada à produção de argamassa para a construção de habitações.²⁴¹ Em Loulé, também referente ao ano de 1885, era extraído material como o mesmo destino.²⁴²

Não obstante, fica bem patente o impacte e a importância que esta indústria teve naquilo que foi a extrema necessidade de alojar, de criar condições mínimas de permanência, dos crescentes fluxos de população que se tinham deslocado para as cidades, mais precisamente Lisboa e Porto – sobretudo no período mais intenso 1878-1890. A resposta das pedreiras a esta necessidade foi efectiva, tanto ou mais que a própria indústria entrou num período de grande florescimento – as encomendas eram abundantes, os salários e o preço das matérias-primas provenientes das pedreiras dispararam. Os donos das pedreiras, confiantes no sucesso que o mercado nacional lhes trouxera, negligenciaram o mercado internacional, mais concretamente do Brasil, aumentando exponencialmente o preço das encomendas até ao ponto de rotura, isto é, cessação de pedidos “(...) Por outro lado é certo que os exploradores das pedreiras, animados com os pedidos sucessivamente crescentes de materiais para as construções de Lisboa, abandonaram o mercado do Brasil, ao qual começaram a pedir preços exagerados (...)”²⁴³.

Mas 1890, o início da crise, marcaria o fim da Regeneração e com isso o fim do vasto programa de obras públicas levado a cabo até então. A indústria das pedreiras que até então florescera foi naturalmente afectada com a nova conjuntura “(...) Enganaram-se os que julgaram ser permanente o grande desenvolvimento de construções em Lisboa; bastou a crise que se desencadeou no princípio do ano corrente (1890) para produzir alguma

paralisação e, como consequência, uma sensível diminuição no movimento de exploração, diminuição que vai reflectindo a pouco e pouco nos salários. (...)»²⁴⁴ – a

²³⁹ Administrador do Concelho de Faro, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (Agosto de 1885), Caixa 294, doc.

3, Fundo do Governo Civil de Faro.

²⁴⁰ Administrador do Concelho de Castro Marim, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²⁴¹ Administrador do Concelho de Silves, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1885), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

²⁴² Administrador do Concelho de Loulé, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²⁴³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:233.

²⁴⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:233.

indústria entrava em progressiva decadência e o mercado do Brasil já era, nesse momento, irrecuperável.

5- A necessidade crónica de conhecer a indústria: os sucessivos inquéritos

5.1 – Muitas tentativas e poucas respostas

O estudo da legislação sobre a indústria extractiva permitiu-nos não só ter uma percepção da evolução do Estado português enquanto gestor dos seus recursos, mas também daquilo que foi a sua tentativa de modernização nos mais variados campos à semelhança do que era feito pelos seus congéneres europeus.²¹⁷ A tentativa de modernização e implementação do Estado liberal, neste contexto, é também um espelho das resistências com que o poder central se deparava para conseguir impor a sua autoridade no território. Esta referência torna-se fundamental dado que a caracterização, produção e distribuição geográfica das pedreiras no território que aqui vamos realizar assenta nos dados disponíveis nos inquéritos de 1872, 1884, 1885, 1886 e no volume dedicado à indústria extractiva do Inquérito Industrial de 1890. As dificuldades sentidas pelo Estado em recolher as informações não podem ser dissociadas dos resultados dos inquéritos, pois em alguns casos as lacunas nas informações são delas sintomáticas.

O inquérito de 1890, embora contenha muita e variada informação apresenta também algumas debilidades, algumas delas já presentes nos inquéritos anteriores. Vejase: em 1872 a resposta do Administrador do concelho de Reguengos aos pedidos de informações do Governador Civil de Évora “(...) Apenas dois lugares com pedreiras de lage onde alguns indivíduos com intervalos de meses vão buscar pedra sem qualquer competência (...)”²¹⁸, ou a resposta do administrador do concelho de Vila Nova de Portimão ao pedido de esclarecimentos sobre o funcionamento de pedreiras no ano de 1885 que se traduziu numa gritante complacência das autoridades locais em executar as directrizes provenientes da cadeia de poder:“(...) não há registo de movimento de

²¹⁷ Júnior, *A indústria mineira em Portugal: estudo económico jurídico*, 88.

²¹⁸ Adm. Concelho Reguengos, «Mapa de pedreiras existentes - Reguengos -1872» 10 de Maio de 1872, Fundo do Governo Civil de Évora, SSC: J/D – Minas, SR:03 Registo de Minas (1837-1897), CX 222, PÇ. 18 – Correspondência e mapas concelhios sobre a lavra de pedreiras – 1872, Ofício nº 121 da Administração do Concelho de Reguengos de 10/05/1872, Arquivo Distrital de Évora.

operários por falta de escripturação e recusa em prestar esclarecimentos.. (...)”.²¹⁹ Estes são apenas alguns dos exemplos de situações que se verificaram antes, sendo que algumas se vão manter aquando da elaboração do inquérito geral de 1890.

Este problema crónico prendia-se com a falta de preenchimento dos diferentes campos do inquérito aquando da sua realização, o que se traduz na falta de sistematização da informação conseguida pelos inquiridores – dificuldades várias, como iremos exemplificar de seguida, contribuíram para que os resultados do inquérito apenas nos permitam realizar aproximações na caracterização da indústria de extracção de pedra no Continente²²⁰. Correspondem, contudo, pela sua abrangência e diversidade uma das melhores fontes disponíveis, no actual estado da nossa investigação sobre o tema. Um primeiro problema estava ligado ao fraco ou inexistente nível de instrução de quem tinha por obrigação preencher os livros com a devida informação, o que culminava na ausência de dados. Acrescia a este problema a questão da intermitência das explorações: “(...) A ignorância dos exploradores, a falta de escripturação e a irregularidade com que são exploradas estas pedreiras impedem-nos de apresentar quaesquer dados sobre a produção. (...)”²²¹. Para além do problema crónico da falta de instrução junta-se o receio de uma possível sobrecarga fiscal: “(...) Com referência a todas as pedreiras do concelho, é para notar que os que n’ellas trabalham são quasi sem excepção analfabetos, inclusivamente os próprios arrendatários e exploradores, de modo que foi impossível obter os mais ligeiros dados de importância, tanto mais que á ignorância se juntava a desconfiança de que se tratava de sobrecarregar a indústria com mais impostos. (...)”.²²²

Por vezes, as dificuldades passavam mesmo por uma clara afronta à autoridade do Estado, o que levou a situações de recusa ou de omissão de informação por parte dos inquiridos quando confrontados com as questões levantadas pelos inquiridores: “(...) Ao inquérito directo foi impossível conseguir que os industriaes satisfizessem de boa vontade. Os esclarecimentos que forneceram são de tal ordem que não inspiram confiança, e muitos negaram-se completamente a dá-los. (...)”.²²³

Outro exemplo prende-se com a própria acção do funcionário do Estado naquilo que seria a sua tarefa de verificar, nos locais para onde tinha sido destacado, a existência

²¹⁹ Administrador do Concelho de Vila Nova de Portimão, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (Julho de 1886), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

²²⁰ Embora existam dados no Inquérito de 1890 para Madeira e Açores a nossa análise é focada exclusivamente ao Continente,

²²¹ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:241.

²²² Direcção Geral do Comércio e Industria, I:195.

²²³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:231.

de pedreiras e posteriormente proceder à recolha de informação sobre as directrizes previamente determinadas. O problema estava naquilo que o próprio funcionário definiria como pedreira, na sua contagem e na ausência de recolha de informação sobre as mesmas: “(...) Há no distrito de Braga bastantes pedreiras, principalmente nos concelhos de Amares, Barcellos, Braga, Cabeceiras de Basto, Espozende e Povia de Lanhoso (...)”²²⁴. A ideia da existência de um número indefinido de pedreiras não nos dá uma noção real da situação da indústria em alguns pontos do país.

Por fim, como outro exemplo que condiciona a qualidade dos dados apresentados pelo inquérito, veja-se o exemplo de Coimbra: “ (...) não há n’este concelho registo de pedreiras, apesar de existir um livro especial para esse fim. Verificou-se, porém, existirem as seguintes pedreiras em larva industrial (...)”²²⁵. Neste caso, estamos perante um exemplo de pedreiras a funcionarem em situação ilegal, e se tivermos em linha de consideração as já mencionadas debilidades que o poder central tem em fazer valer a sua autoridade pensamos não ser exagerado considerar que Coimbra não seria o único exemplo onde existissem pedreiras cujo funcionamento escaparia às rédeas das autoridades.

O facto de a indústria das pedreiras ir ganhando, como foi possível constatar, cada vez mais importância na política de obras públicas – estando implicada nas suas mais variadas vertentes - reforçam a necessidade do Estado em a conhecer com maior pormenor possível e ser mais eficaz na sua regulamentação. É preciso ter em consideração que as tentativas, os moldes em que se pretendia obter informação, não tinham sido, até à data, as mais eficazes e simultaneamente o país ainda estava num período de grande fulgor de obras públicas. Foi, tendo por base a conjuntura imediata da década de 1870, mas sobretudo a de 1880 que contribuiu que fosse promulgado um decreto que visa, não regulamentar a indústria extractiva em si, mas sim conhecê-la, o decreto de 26 de Junho de 1890. Este iria concorrer para os resultados alcançados no capítulo dedicado à indústria extractiva no Inquérito Geral de 1890.

Todos estes pontos que foram aqui mencionados e analisados espelham a intenção clara que o Governo tinha em conhecer ao pormenor o estado em que a indústria se encontra. Para legislar seria preciso conhecer, e pese embora já tivessem sido realizados inquéritos anteriores a 1890; como os de 1872, 1881, 1884 e 1886 - nenhum teve o grau de profundidade e sistematização que o Inquérito Geral de 1890 apresentou.

²²⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:199.

²²⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:209.

5.2 – A apreciação dos inquéritos realizados antes de 1890 – a evolução possível na linha do tempo.

A necessidade e a intenção de conhecer o tecido industrial nacional já era um problema que datava do início da Regeneração. Conforme os projectos do fontismo foram ganhando forma, os governos intensificaram esforços, dentro das suas possibilidades, para tentar conhecer como eram, onde eram e como se comportavam as indústrias que tinham uma ligação próxima com a execução dos respectivos projectos dos melhoramentos materiais.

A indústria das pedreiras está indelevelmente ligada a esse contexto e a essa dinâmica. Como vimos através da correspondência, o Estado tentou, através de inquéritos, perceber onde e como funcionavam as pedreiras – essas tentativas tiveram expressão, pelo menos mais assertiva, a partir de 1872 e tendo maior incidência na década de 1880 devido à conjuntura favorável para as obras públicas. Contudo, essas tentativas ficaram marcadas, muitas delas, pela frustração, isto é, ao que foi solicitado muitas vezes ou não houve resposta, ou alguns dos resultados ficaram aquém das expectativas, o que obrigou à repetição dos inquéritos ao longo dos anos e a reformulações nas próprias estruturas legislativas – o que torna a tarefa de tentar traçar uma evolução na linha do tempo da indústria das pedreiras muito difícil. Não obstante, é possível, com os dados disponíveis, inferir que as pedreiras tiveram uma presença pujante nos projectos dos melhoramentos materiais em determinados locais onde foi possível recolher dados estatísticos que espelhem essa mesma ideia.

Tentaremos agora traçar a evolução no tempo das pedreiras nos distritos dos quais temos informação: Évora, Viana do Castelo e Faro. Posteriormente irá ser realizada uma análise mais global, no âmbito do território continental, tendo por base os dados de 1890.

5.3 - O distrito de Viana do Castelo (1884-1886)

Na região do Norte, como já tivemos a oportunidade de observar através das palavras de Boaventura Sousa Vieira, a indústria das pedreiras já dava a sua contribuição para os

projectos de fomento material fossem eles os caminhos-de-ferro Douro e Minho e obras de arte adjacentes, ou por outro lado, a reformulação da barra do Douro e o fornecimento de material para a construção de habitação, tanto no distrito como nos distritos mais próximos que tivessem essa necessidade.

Os registos de fornecimento de material datam desde a década de 1860, mas no que diz respeito aos pedidos de inquérito nos moldes que aqui estamos a analisar apenas temos acesso a dados relativos ao ano de 1884, particularmente sobre o concelho de Vila Nova da Cerveira, e 1886, aqui com um volume substancialmente maior de informação o que espelha a ideia de uma indústria pujante e dinâmica, que teimava, como no resto do território, em fugir ao controlo do Estado.

Em 1884 o administrador do concelho de Vila Nova da Cerveira foi o único, segundo o que pudemos ter acesso, a responder ao pedido de inquérito. No respectivo mapa indicava a existência de 3 pedreiras em lavra, uma produção estimada em 1312m³, explorando granito. O granito seria a rocha ornamental mais valiosa depois do mármore, o que pode também ajudar a explicar a fuga e/ou ausência de informação devido ao receio de impostos. Porém, importa salientar que a ausência de mais dados relativamente ao ano de 1884 não é apenas um problema que se verifica neste distrito como iremos ver quando analisarmos outros distritos.

Em 1886 o panorama sobre a informação enviada ao Governador Civil seria outro e foram cinco os concelhos que enviaram os respectivos mapas: Viana do Castelo, Valença, Mourão, Ponte de Lima e Vila Nova da Cerveira.

Ao analisarmos os dados verificamos por vezes uma certa concentração industrial pois, a um número algo modesto de pedreiras pode estar inerente um grande número de operários nelas a trabalhar e/ou um volume de produção elevado, noutros casos a situação parece oposta. O exemplo disso mesmo são os concelhos de Viana do Castelo e Mourão. O administrador do concelho de Viana do Castelo apresentou um mapa onde estariam em lavra 15 pedreiras explorando granito, uma produção estimada em 5740m³²²⁶ e um número de operários empregados contabilizados em 1915 - um número considerável. Já no concelho de Mourão foram contabilizadas 20 pedreiras (15 de Granito; 5 de Alvenaria), 57 operários distribuídos nas várias pedreiras e um volume de extracção calculado em 23287m³. Estes dados são sintomáticos da ideia acima expressa. Não obstante, o número de operários presentes no concelho de Viana do Castelo (1915) causa alguma admiração por se considerar um valor inusitado, sendo porém verdade que no distrito de Viana do

²²⁶ O mapa indica 7540m³- porém, a verificação das somas do volume de extracção das pedreiras dentro do concelho dá um valor de 5740m³, possivelmente um erro de quem preencheu o respectivo mapa.

Castelo, como se viu através de indicações directas e indirectas, contribuiu para várias vertentes de obras públicas.

Os dados fornecidos pelo administrador do concelho de Ponte de Lima remetem para 7 pedreiras em lavra (6 de Granito; 1 de Saibro), com 178 operários e um volume de extracção de 17670m³. Neste caso concreto é importante verificar que não deixa de ser insólito que na correspondência que analisámos o administrador do concelho de Ponte de Lima tenha escrito ao Governador Civil afirmando que não existiam pedreiras em lavra nos preceitos que a lei determinava. No entanto, o que se verificava era precisamente o contrário, não só existiam pedreiras em lavra como movimentavam um número bastante razoável de operários, tendo igualmente uma produção também ela acima da média, sendo a segunda maior do distrito. Tendo em consideração que a extracção era maioritariamente granito, a produção seria valiosa. O destino do material seria essencialmente para aquedutos, habitações e pontes, entre outros.

Por último, duas notas – uma referente ao concelho de Valença e Vila Nova de Cerveira. No primeiro caso, os dados apresentados pelo administrador do concelho são substancialmente mais modestos do que os já enunciados: 6 pedreiras, 7 operários e uma extracção calculada em 1860m³, cuja matéria-prima seria a argila – único caso de exploração no distrito. Já o caso do concelho de Vila de Nova da Cerveira apresenta contornos distintos, isto é, é o único concelho cujos dados apenas fornecem números para as pedreiras em lavra (2) e tipo de pedra extraída (granito). Porém, é também o único local que apresenta linhas de continuidade ao longo do tempo, fruto de ter sido o local do qual se conhece dados estatísticos relativamente a 1884. No que é possível apurar verifica-se que a matéria-prima extraída continua a ser a mesma, o granito, e uma diminuição dos locais em lavra: passando de 3, em 1884, para 2 em 1886.

Por fim, ao olharmos para os dados que os mapas nos fornecem ficamos com a ideia de que a lavra de pedreiras no distrito Viana do Castelo se contextualiza, ou de certa forma, se foi identificando com a forte dinâmica de obras públicas levadas a cabo pelos governos da Regeneração – foram 47 pedreiras em lavra, movimentando 2157 operários e uma extracção total calculada em cerca de 33000m³, em 1886. Se nos apoiarmos nos relatos de Boaventura Sousa Vieira, esta dinâmica extravasava o ano de 1886 e pode recuar até à década de 1860.

5.4 – O distrito de Évora (1872-1886)

Os resultados estatísticos mais antigos de que dispomos remetem-nos para o distrito de Évora, Alentejo em, 1872. Tendo por base as respostas e respectivos mapas enviados ao Governador Civil estariam a laborar pelo menos 17 pedreiras distribuídas pelos concelhos de Mourão (3)²²⁷; Évora (5)²²⁸; Borba (2)²²⁹; Estremoz (4)²³⁰; Móra (1)²³¹ e Reguengos (2).²³² Ficamos, todavia, com a noção que existiriam mais pedreiras em lavra neste ano pois a resposta do administrador do concelho de Alandroal dizendo que “ (...) as pedreiras em exploração são de xisto (...)”²³³ ou a resposta do administrador do concelho de Moura que menciona: “diversas pedreiras – pedra para cantaria”²³⁴, indicamnos a existência efectiva de pedreiras em lavra mas sem nos dar qualquer tipo referência concreta quanto ao número de pedreiras em si. Apesar dos mapas terem os campos da informação que era requisitada: nome dos concessionários, idade, tipo de material extraído, quantidade, destino, entre outros – esses dados acabaram por ser escassos, o que não é de estranhar se tivermos em consideração o que Pery tinha referido em 1875 sobre a questão estatística no reino.

No entanto, não deixa de ser relevante saber que, certamente, mais de 17 pedreiras estavam em lavra, e daí extraindo-se cal, mármore e xisto, isto num contexto onde a construção de vias de comunicação, nomeadamente os caminhos-de-ferro estavam em marcha. Mourão é o único local que fornece dados sobre os operários-3 distribuídos pelas respectivas pedreiras, estes estariam a laborar de forma intermitente. No que diz respeito ao número objectivo de locais em lavra, Évora emerge com o maior número de pedreiras em actividade – 5, de onde se extraía cal. Por fim, destacamos o concelho de Estremoz e, nas 4 pedreiras em lavra, a pedreira de mármore da Cerca de Santo António que vai perdurar ao longo do tempo e de onde, naquele ano económico, se tinha extraído cerca de 350m³ de mármore - a rocha ornamental de maior valor económico.

Em 1884, foram realizados novos inquéritos com o mesmo objectivo: perceber onde e como as pedreiras estariam a funcionar. No caso alentejano os resultados não

²²⁷ Administrador do Concelho de Mourão, «Mapa de pedreiras em lavra - Mourão» (1872), Caixa 220, doc. 10, Fundo do Governo Civil de Évora.

²²⁸ Administrador do Concelho de Évora, «Mapa de pedreiras em lavra - Évora 1872» (1872), Caixa 220, doc. 10, Fundo do Governo Civil de Évora.

²²⁹ Administrador do Concelho de Borba, «Mapa de pedreiras em lavra - Borba - 1884» (20 de Agosto de 1884), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²³⁰ Administrador do Concelho de Estremoz, «Mapa de pedreiras em lavra - Estremoz 1872».

²³¹ Administrador do Concelho de Móra, «Mapa de pedreiras em lavra - Móra» (1872), Caixa 220, doc. 10, Fundo do Governo Civil de Évora.

²³² Administrador do Concelho de Reguengos, «Mapa das pedreiras em Lavra - Reguengos» (1872), Caixa 220, doc. 11, Fundo do Governo Civil de Évora.

²³³ Administrador do Concelho de Alandroal, «Mapa das pedreiras em Lavra - Alandroal» (1872), Caixa 220, doc. 11, Fundo do Governo Civil de Évora.

²³⁴ Administrador do Concelho de Moura, «Mapa de pedreiras em lavra - Moura».

corresponderam às expectativas, isto é, os dados obtidos foram ainda mais escassos. São vários os motivos que podem explicar a ausência de informação, os mais evidentes já foram dissecados, mas é importante lembrar que 1884 é o ano em que promulgado (6 de Março) o diploma que visa especialmente as pedreiras e neste sentido as questões burocráticas podem, porventura, ter contribuído para uma recolha menos eficaz dos dados estatísticos. Dos dados que dispomos, a este inquérito apenas responderam os concelhos de Alandroal, Arraiolos e Viana do Alentejo. Porém, a ausência de respostas aos inquéritos²³⁵ não quer dizer que estivéssemos necessariamente perante uma diminuição da actividade *per si* - veja-se o que diz o administrador do concelho de Viana do Alentejo: “(...) muitas e extensas pedreiras (...)”²⁶⁴ ou o de Alandroal: “(...) não há pedreiras em exploração permanente (...) existem algumas a céu aberto em trabalho temporário (...)”²³⁶. Já o administrador do concelho de Arraiolos detalhou a existência de 2 pedreiras em lavra com a extracção de cal para calçada, 6 operários a laborar e uma extracção de 950m³ em 150 dias de trabalho.²³⁷ As informações sobre o ano de 1884 são de facto diminutas. Não obstante, indicarem a continuação da exploração no distrito, fosse em regime permanente ou intermitente.

Os resultados dos inquéritos de 1885 trouxeram algumas melhorias em comparação com o ano anterior. No entanto, esta melhoria não se traduz no número de concelhos que responderam – porque continuou a ser manifestamente baixo, mas na qualidade das respostas. Embora o número de repostas tenha sido relativamente baixo é possível traçar alguma linha de continuidade entre alguns dos concelhos que responderam em 1872 e 1885.

Das informações recolhidas verificamos que o concelho de Évora apresentou, pelo menos, 4 pedreiras em lavra de onde se extraía cal, menos uma das que apresentava em 1872, mas incluiu, desta vez, mais alguns dados: 7 operários a laborar e uma extracção de 825m³.²³⁸ No concelho de Borba estariam em lavra 3 pedreiras, mais uma que em 1872, 6 operários, distribuídos de forma irregular, e uma extracção de 250m³ – o mapa não indica o tipo de pedra extraída, mas é pertinente pensar que o tipo seria o mesmo que em

²³⁵ Pode-se também dar o caso de se tratar de documentação efectivamente perdida ou por inventariar. ²⁶⁴ Administrador do Concelho de Viana do Alentejo, «Mapa de pedreiras em lavra - Viana do Alentejo - 1884» (24 de Outubro de 1884), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²³⁶ Administrador do Concelho de Alandroal, «Mapa de pedreiras em lavra - Alandroal - 1884» (11 de Agosto de 1884), Caixa 222, doc. 18, Governo Civil de Évora.

²³⁷ Administrador do Concelho de Arraiolos, «Mapa de pedreiras em lavra - Arraiolos - 1884» (26 de Agosto de 1884), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²³⁸ Administrador do Concelho de Évora, «Mapa de pedreiras existentes - Évora - 1885».

1872, ou seja, mármore.²³⁹ O concelho de Estremoz apesar de estar ausente nas informações disponíveis para 1884 reaparece nos mapas de 1885, onde é indicado que existiam 5 pedreiras em lavra, mais uma que em 1872. O tipo de pedra extraída seria predominantemente o mármore, com uma extracção contabilizada em 1192m³ e contava com o trabalho cerca de 22 operários.²⁴⁰ Importa salientar aqui a proeminência da pedreira da Cerca de Santo António, não só porque também já era um local de extracção de mármore em 1872 e que se vai manter em 1890 - como iremos ver adiante na apreciação global - mas sobretudo porque que contava com o trabalho de 12 dos 22 operários que estavam distribuídos pelas várias pedreiras, ou seja, mais de 50% da totalidade da mão-de-obra empregue segundo as estatísticas. Era também o único local cujo destino do material era a capital, Lisboa, as restantes pedreiras expediam a sua matéria-prima, para além do consumo local, para vários pontos dentro da região, nomeadamente Beja e Évora.²⁷⁰

Por fim, duas notas – uma relativamente ao concelho de Portel, outra relativa ao concelho de Mourão. Portel, no envio das respostas ao Governador Civil, faz apenas menção a “(...) pequenos afloramentos de onde é extraída pedra para cal (...)”²⁴¹ abrindo espaço à especulação sobre o número de possíveis locais objectivamente em lavra. Em Mourão, os mapas indicam a existência de uma pedreira em lavra, menos duas do que em 1872, com uma extracção na ordem dos 80m³ com destino, entre outros, para campos, portas e janelas, mas volta a não referir o tipo de material extraído. A questão curiosa nesta fonte tem a ver com o número inusitado de operários a laborar na referida pedreira, 366 almas – número que nos parece pouco verosímil.²⁴²

Se tentarmos traçar uma evolução do número de pedreiras em lavra no distrito de Évora entre 1872 a 1885 verificamos que: 17 das pedreiras contabilizadas em 1872, o número objectivo de locais em lavra desce para 13, em 1885. Embora estes números possam indicar à partida uma quebra da actividade, a verdade é que analisando outros factores importantes podemos estar perante o contrário. Primeiro importa referir que existe uma variável comum que se mantém: “muitas e várias pedreiras em lavra”. De depois, em 1872 foram seis os concelhos que responderam com número efectivo de

²³⁹ Administrador do Concelho de Borba, «Mapa de pedreiras existentes - Borba -1885» (12 de Maio de 1886), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²⁴⁰ Este número poderia ter ascendido a pelo menos 36 almas, sendo que 24 estariam a laborar na pedreira da Cerca de Santo António. É, porém, imperceptível no documento a obtenção clara destes dados. ²⁷⁰ Administrador do Concelho de Estremoz, «Mapa de pedreiras existentes - Estremoz -1885» (13 de Maio de 1886), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

²⁴¹ Administrador do Concelho de Portel, «Mapa de pedreiras existentes - Portel -1885» (15 de Maio de 1886), Caixa 222, doc. 18, Governo Civil de Évora.

²⁴² Administrador do Concelho de Mourão, «Mapa de pedreiras existentes - Mourão -1885» (3 de Julho de 1886), Caixa 222, doc. 18, Fundo do Governo Civil de Évora.

pedreiras, já em 1885 foram apenas quatro. Porém, se realizarmos uma comparação directa entre os concelhos que responderam em 1872 e 1885 verificamos que, naqueles que são efectivamente comparáveis, apenas Mourão e Évora vêm reduzidos o número locais de: 3 para 1 em 1885; 5 para 4 em 1885 respectivamente. Por outro lado, Borba tem mais uma pedreira em funcionamento quando comparado com 1872, 2 para 3, e Estremoz vê, igualmente, um aumento do número de estabelecimentos em lavra: 4 para 5. Outra variável que nos ajuda a pensar que a actividade no distrito aumentou está intrinsicamente ligada com o volume da extracção. Em 1872, em Estremoz, na pedreira da Cerca de Santo António indicava a extracção de 350m³ de matéria-prima; em 1885 o mesmo local indica um volume de 1192m³ dos 2347m³ extraídos no concelho. Mesmo o concelho de Évora, que tinha perdido um local de lavra, apresenta uma extracção de 825m³ em 1885, quase três vezes mais que a pedreira Cerca de Santo António em 1872 –um ponto de referência no distrito - o que pode mostrar um incremento da vitalidade da indústria ao longo do tempo. Por último, reforçando a ideia de que a exploração não diminuiu mas sim aumentou, convém lembrar o contexto de fulgor industrial, nas suas mais variadas vertentes, que a década de 1880 experienciou e que a indústria extractiva por todo o reino, fazendo parte desse mesmo contexto, não poderia deixar de sentir e responder a esse mesmo ímpeto.

5.5 – O distrito de Faro em 1885

No seguimento da apreciação que temos vindo a realizar o distrito de Faro apenas apresenta dados para o ano de 1885. Não obstante, as respostas aos inquéritos surgidas dos 9 dos 10 concelhos que responderam apresentam muita informação, isto é, as variáveis: número de pedreiras em lavra, tipo de material extraído, número de operários empregados nas pedreiras e volume da extracção apresentam um grau de sistematização que permite obter uma percepção do ímpeto do momento vivido por esta indústria, particularmente na zona Sul.

Em 1885, os números apresentados pelas estatísticas dão-nos a percepção de um volume de exploração bastante apreciável e que indiciam a possibilidade de exploração numa escala, pelo menos, razoável. Iremos destacar os concelhos de Silves e Faro, pois apresentam algumas variáveis cujos valores são exemplificativos dessa mesma ideia.

No concelho de Silves estariam em lavra 17 pedreiras: (9 de Grés; 4 de Areia; 2 de Mármore; 2 de Calcário), no conjunto das mesmas laboravam cerca de 65 operários. O mapa remetido ao Governador Civil não faz distinção no que diz respeito a sexo e à idade. A extracção total estava na ordem dos 19262m³, um valor bastante apreciável, isto porque é superior à soma de todos os restantes concelhos juntos.²⁴³ Colocámos a capital de distrito, Faro, no mesmo plano que Silves não pelo volume material extraído, esse é manifestamente inferior, cerca de 2000m³, mas porque o número de locais em lavra é até mais elevado contando com 19 pedreiras em lavra (16 de Calcário; 3 de Pedra Fermentada), sendo, também, o número de operários empregados semelhantes, 60.²⁷⁴

A comparação destes números pode causar alguma estranheza, particularmente no que diz respeito ao volume da extracção, ou seja, como podem dois locais com um número de locais de lavra tão próximo, com um indicador do número de almas a laborar semelhante, apresentar valores sobre o volume da extracção tão distintos? Podemos ponderar que a questão da escrituração, isto é, a ausência, propositada ou não, de dados nas respostas enviadas ao Governador Civil, ou o receio de impostos pode ter tido alguma responsabilidade neste caso. Esta ideia ganha consistência se considerarmos que praticamente toda a extracção que se fazia nas pedreiras do concelho de Faro estava destinada à exportação, nomeadamente para a região da Andaluzia. Já no caso de Silves, as pedreiras do concelho, expediam o material para todo o tipo de obras públicas na localidade e no reino. Não podemos deixar de dizer que nos parece pouco provável que os números apresentados pelo administrador do concelho de Faro, sobre o volume de material, possam espelhar a realidade do que efectivamente se extraía, tendo em consideração as outras variáveis em análise.

Os restantes concelhos do distrito apresentam números de pedreiras e de operários mais comedidos quando comparados com Silves e Faro. Porém, não quer isto dizer que tivessem menos importância para o consumo local ou para o consumo no restante reino. Se olharmos para o concelho de Alcoutim temos um bom exemplo, isto é, em 1885 existiam 11 pedreiras em lavra, onde laboravam 22 operários e estimou-se o volume de extracção de aproximadamente 1018m³. O xisto seria a matéria-prima que dali se extraía.²⁴⁴ Ora, para além do número de pedreiras e operários estar acima da média do geral do que temos observado, acrescenta-se o dado importante de que era o único local do distrito onde este tipo de pedra era extraído e cuja aplicação seria na construção de

²⁴³ Administrador do Concelho de Silves, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²⁷⁴ Administrador do Concelho de Faro, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²⁴⁴ Administrador do Concelho de Alcoutim, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

prédios. Os concelhos de Lagoa e Monchique também têm semelhanças com o de Alcoutim no que diz respeito à exclusividade da matéria-prima extraída. Lagoa era o único concelho do distrito onde se extraía argila, contava com uma pedreira em lavra e 16 operários e uma extracção calculada em 450m³, direccionada para louça.²⁴⁵ Monchique era, igualmente, o único local onde era extraído granito. Existiam 3 pedreiras que empregavam 8 operários e uma produção calculada em 1500m³ destinada, particularmente, à construção de habitações.²⁴⁶ Não deixa ser inusitado, pois o granito é um tipo de extracção que era feita, como vimos, predominantemente a Norte e Centro.

Os restantes concelhos analisados pautam-se por uma variável comum, o tipo de material extraído – o calcário, material, de resto, predominantemente explorado a sul. Em Castro Marim existiam 7 pedreiras em lavra, 7 operários e uma produção de 932m³ para argamassa – provavelmente, obras públicas.²⁴⁷ Albufeira seria outros dos locais onde era extraído calcário; tinha 3 pedreiras em lavra, 15 operários a laborar nas mesmas e uma produção estimada em 50m³ aplicada em cantaria em Silves, Vila Nova de Portimão e local²⁴⁸. Por fim, Loulé onde a qualidade das respostas presente neste mapa em particular vai para além das variáveis estatísticas igualmente abordadas nos outros mapas. O concelho tinha, em 1885, 3 pedreiras em lavra, 6 operários e uma produção de 380m³, para cantaria. O dado novo prende-se com o número de anos que as 3 pedreiras estariam em lavra, isto é, o tempo que estas pedreiras estariam em lavra extravasam o âmbito do inquérito realizado. A pedreira do proprietário Manuel da Silva estaria em lavra há pelo menos dez anos; a de Francisco dos Soutos Boavista, nove anos e a de Manuel Joaquim, seis anos.²⁴⁹ Estamos perante um caso em que estas pedreiras e pese-embora os proprietários pudessem não ser sempre os mesmos – dependia de como eram acordadas as concessões - conseguiram fugir ao controlo do Estado durante um período de tempo razoável.

Ainda no seguimento da análise sobre os mapas remetidos ao Governador Civil de Faro, duas notas importantes referentes aos concelhos de Tavira e Vila Nova de Portimão. Os dados presentes no mapa do concelho de Tavira apenas fazem menção ao número de pedreiras, 3 e ao número de operários, 5 – não indicando o tipo de material e a sua produção. Já no caso de Vila Nova de Portimão, o administrador queixa-se que os dados

²⁴⁵ Administrador do Concelho de Lagoa, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1885), Caixa 294, doc.3, Fundo do Governo Civil de Faro.

²⁴⁶ Administrador do Concelho de Monchique, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²⁴⁷ Administrador do Concelho de Castro Marim, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

²⁴⁸ Administrador do Concelho de Albufeira, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1885), Caixa 294, doc. 3, Fundo do Governo Civil de Faro.

²⁴⁹ Administrador do Concelho de Loulé, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

tiveram que ser apresentados com base numa observação pouco aprofundada devido à relutância dos proprietários das pedreiras que se recusaram a prestar qualquer tipo de esclarecimento. Contudo, o administrador menciona no respectivo mapa que seriam cerca de 13 pedreiras em lavra. O tipo de pedra seria o lioz e o calcário, e o volume de produção nunca inferior a 3860m³ p/ano, tendo sido impossível fazer a movimentação de operários e o destino dos materiais.²⁵⁰

Numa apreciação geral sobre o distrito de Faro em 1885 contabilizamos 67 pedreiras em lavra, 204 operários empregados e um volume de extracção de 25674m³ ou 29534m³ se contarmos com os dados de Vila Nova de Portimão. Sendo que os concelhos de Silves e Faro, mas sobretudo o primeiro, contribuem de forma decisiva para os números aqui apresentados. Estamos perante números bastante razoáveis que até se podem comparar com os dados do distrito de Viana do Castelo (1886), já os resultados do distrito de Évora ficam um pouco aquém em termos de dados absolutos. Todavia, fica a ideia que tanto a Norte como a Sul as pedreiras estariam a funcionar a bom ritmo. Para além dos dados disponíveis convém lembrar que estavam em persecução as obras, entre outras, a modernização e restauro do porto de Sines e as vias aceleradas que ligariam a Amoreira a Faro nos finais no século. Neste sentido, fica mais uma vez patente o papel desta indústria na modernização material do reino

6 – Pedreiras e operários no Inquérito de 1890

Como temos vindo a observar foram uma série de circunstâncias que levaram à promulgação do decreto de 26 de Junho de 1890.

O decreto aprovado a 26 de Junho de 1890 tinha como objectivo a realização de um inquérito *in loco* de modo a conseguir-se obter um conhecimento, mais profundo possível, sobre o estado da indústria em Portugal no final do século XIX. O volume dedicado às minas e pedreiras acaba assim por fazer parte de uma série de outros volumes, dentro do inquérito mais global.

Relativamente às pedreiras, o diploma estabelece uma área de interesse com seis pontos que abrange as mais variadas questões, que vão desde a caracterização geral da indústria em si, até questões do quotidiano dos operários e as suas condições de vida, dando todas as orientações necessárias à actuação dos inquiridores.

Com o inquérito pretendia-se obter conhecimento sobre o número de pedreiras em funcionamento no território nacional e a sua localização. Pretendia-se, de igual forma,

²⁵⁰ Administrador do Concelho de Vila Nova de Portimão, «Mapa de Pedreiras em Lavra».

saber o tipo de material que estas exploravam, bem como os processos técnicos que levavam à produção do produto final – o valor deste e o seu destino no período entre 1879 a 1889.²⁵¹ É também requisitado que o inquiridor tenha conhecimento de todo o tipo de material utilizado, ou seja, anote o número de máquinas a vapor existentes em cada pedreira, a sua potência e quaisquer outros mecanismos utilizados na laboração do ofício. Ainda neste contexto, desejava-se ter conhecimento em que situação se encontrava cada pedreira em particular, ou seja, razões para a sua prosperidade ou decadência, saber qual o impacto das tarifas alfandegárias e tarifas dos caminhos-de-ferro; reclamações ou sugestões caso os industriais desejassem ver algo alterado, tendo sempre essas sugestões que ser acompanhadas por uma justificação.²⁵²

O Estado pretendia também inteirar-se da condição operária. As questões remetem para o conhecimento do horário de trabalho – quantas horas labora o operário em trabalho diurno e nocturno e a sua variação conforme a estação do ano em que se encontra – procurou também saber quais os efeitos que uma possível redução da carga horária teria na saúde dos operários. O inquérito prevê uma abordagem mais específica e pessoal sobre os operários, isto é, entre outras variáveis pretende-se saber que tipo de alimentação que os operários tinham, sexo, idade, nacionalidade, instrução; em que habitações moravam, como foram feitas e a quem pertenciam, existência de creches ou escolas para os seus filhos; ocorrência de acidentes e se em caso de terem existido como foram resolvidos, se houve lugar à atribuição de subsídios, existência de caixas de socorro; e por fim, a relação entre o operariado e entidade patronal, procurando saber se houve lugar a conflitos, as razões pelos quais estes existiram e como foram resolvidos.²⁵³

Como temos estado a observar o Estado procurou de forma sistemática saber de que forma se configurava o tecido económico-industrial do reino, sobretudo num período de maior intensificação da planificação e desenvolvimento das infra-estruturas. No caso concreto da indústria extractiva, mas não só, essas tentativas tiveram expressão através do requerimento do preenchimento de mapas estatísticos, inquéritos, cujos procedimentos seguiam, de forma sumária, a seguinte lógica: centro – periferia; poder central; Governador Civil; Administrador do Concelho – seguindo posteriormente o caminho inverso até ao poder central para aqui se pode analisar e publicar os resultados – pelo menos em teoria.

²⁵¹ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «Decreto de 26 de Junho de 1890», 143 Diário do Governo § (1890), 284.

²⁵² Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 284.

²⁵³ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 284.

Os dados que o Estado foi obtendo através dos inquéritos resultaram, em parte, em frustração, isto é, nunca se conseguiu alcançar uma ideia clara de quantas pedreiras existiam no território, como trabalhavam, o que delas se extraía, quanto valia, quem trabalhava e qual o número efectivo de operários e os dias e as horas do respectivo trabalho. Como vimos, por meio da análise da correspondência, o preenchimento dos respectivos mapas estava dependente da interpretação que cada um fazia dos preceitos da Lei de 6 de Março de 1884, o que acabaria por condicionar irremediavelmente os resultados. Não obstante, com os resultados que foram chegando o Estado ficou com uma certeza: existiam no território distritos em que a lavra industrial de pedreiras era dinâmica e objectiva (veja-se Viana do Castelo e Faro, por exemplo) e por isso era necessário alterar os parâmetros, teóricos e práticos, em que eram realizados os respectivos inquéritos, de modo a obter uma clarificação da situação da indústria das pedreiras.

É neste sentido, quer através da alteração dos moldes teóricos-burocráticos, com o decreto de 26 de Junho 1890, quer através da alteração da componente prática – com o inquérito a ser realizado *in loco* por funcionários do poder central dotados de directivas muito específicas, não dependentes/condicionados pela interpretação arbitrária de qualquer artigo ou alínea - que se vai realizar o Inquérito Industrial de 1890. Porém, isto não quer dizer que o Estado tenha conseguido tudo aquilo que as premissas do decreto Junho apresentavam. Os inquiridores, fosse pela sua complacência e/ou incompetência ou fosse pelos crónicos bloqueios à modernização – diga-se a afronta à autoridade do Estado com a recusa dos proprietários em responder ao que lhes era exigido - o facto é que algumas das variáveis presentes nos mapas ficaram sem preenchimento, como por exemplo a questão relativa a acidentes de trabalho. Não é por acaso que em 1892 é publicada outra norma relativa a questões de segurança na lavra de pedreiras, seguramente os problemas neste campo continuaram por solucionar.

Não obstante as dificuldades que se colocaram e as lacunas que o inquérito apresenta, pode-se inferir que os resultados são bastante satisfatórios e reforçam a ideia de que a indústria das pedreiras teve um papel activo, dinâmico e até preponderante, sobretudo na década de 80, nas obras projectadas durante a Regeneração.

6.1- Distribuição, tipo e valor da produção

Ao analisarmos os dados presentes no Inquérito Industrial verificamos que as mudanças implementadas no campo teórico e prático surtiram, em grande medida, os efeitos

desejados. Em 1890 foram obtidas respostas provenientes de 13 distritos: Aveiro, Bragança, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Coimbra, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. O quadro 1 (ver abaixo) contém variáveis de informação ao nível do distrito. O mapa 1 (ver abaixo) permite-nos uma observação da concentração de pedreiras no território ao nível dos concelhos.

Se atendermos ao mapa 1²⁵⁴, verificamos que os concelhos que detinham a maior concentração de locais de exploração estavam litoral ou então muito perto, os que não se encontravam tão perto, como Coimbra, podiam contar com uma variável comum a todos os outros, a presença dos caminhos-de-ferro. Isto permitia, caso fosse necessário, fazer circular o material extraído para outros pontos do país.

Contabilizaram-se cerca de 507 pedreiras distribuídas pelos respectivos distritos onde foi possível retirar informação quantitativa e elaborar os mapas estatísticos.

Para, 401 das 507 (cerca de 80% do total de pedreiras contabilizadas) eram apresentados apresentavam números relativos ao tipo, quantidade e valor da sua produção. Apesar de não ser a totalidade das pedreiras, os respectivos valores permitem ter um indicador bastante razoável sobre a sua produção. Importa, porém, indicar alguns dos locais onde foram contabilizadas pedreiras e se verificaram situações anómalas, onde a obrigatoriedade do preenchimento dos livros, fosse por recusa, fosse por incapacidade - acabou por ser ignorada.

Quadro 1 - Pedreiras distribuídas no Continente por distritos²⁵⁵

<u>Distrito</u>	<u>Nº de Pedreiras</u>	<u>Total da Extracção p/m3</u>	<u>Valor total da Extracção (Contos de réis)</u>	<u>Tipo de material extraído</u>
Aveiro	30 (2)*	2.450	1.335	Grés, Calcário
Bragança	13	517	4.666	Alabastro, Ardósia
Évora	13	2.341	41.468	Mármore, Calcário
Faro	14 (1)*	60	60.000	Calcário
Leiria	27	8.487	26.270	Argila, Calcário
Lisboa	296 (286)*	688.259	435.490	Areia, Basalto, Grés, entre outros

²⁵⁴ Mapa elaborado com recurso aos dados recolhidos no *Inquérito Industrial de 1890*; os dados dos caminhos-de-ferro foram obtidos em SILVEIRA, Luís Espinha da; ALVES, Daniel; LIMA, Nuno Miguel; ALCÂNTARA, Ana; PUIG, Josep – Population and railways in Portugal, 1801-1930. *Journal of Interdisciplinary History*. Vol. 42, n.º 1 (2011), p. 29–52. A cartografia foi produzida no âmbito do projecto “Atlas, Cartografia Histórica” (<http://atlas.fcsh.unl.pt>).

²⁵⁵ Fonte: *Inquérito Industrial de 1890*, Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:300–301.

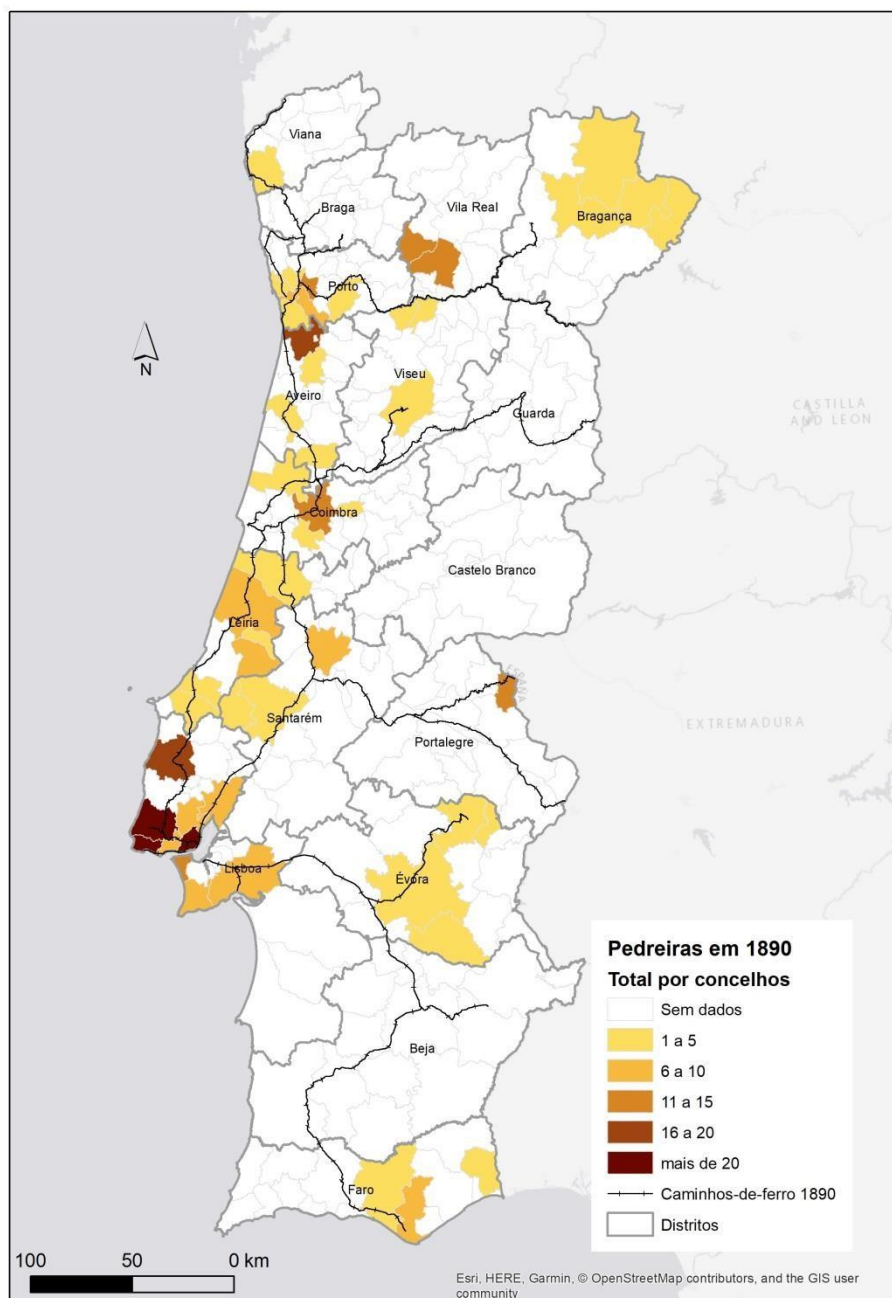
Portalegre	14 (9)*	1.770	1.770	Calcário
Porto	35 (10)*	116.580	102.036	Granito, Ardósia
Santarém	16	5.704	28.648	Mármore, Calcário
V. do Cast.	1	1.000	3.100	Granito
Vila Real	24 (18)*	2.496	7.649	Calcário, Granito, Ardósia
Viseu	7 (5)*	483	1.604	Granito

(*) N° de pedreiras que forneceram dados sobre a produção.

Como exemplos concretos temos o distrito de Aveiro onde apenas 2 das 30 pedreiras contabilizadas apresentavam valores. A Norte, no distrito do Porto, apenas 10 das 35 pedreiras existentes fornecem dados. O caso do distrito de Coimbra destaca-se com um exemplo claro de desprezo pelas disposições normativas. Cerca de 19 pedreiras estariam a funcionar de forma totalmente ilegal, sem o preenchimento, que seria obrigatório, dos livros de registos para a legalização do funcionamento das pedreiras. Por fim, temos o distrito de Faro onde só 1 local dos 14 contabilizados apresenta dados sobre a produção. Aqui, para além do problema da ausência da informação sobre algumas das variáveis junta-se, comparando com os dados de 1885, uma redução drástica do número de locais em lavra de 65, em 1885, para 14, em 1890. A ter-se tratado de uma redução efectiva, podem ter sido vários os motivos: um deles o fim dos trabalhos, o fim da exploração.²⁵⁶

²⁵⁶ Daniel Alves, ed., *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)* (Vila Viçosa: CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015), 47.

Mapa 1 – Distribuição das pedreiras por concelho em 1890



Estes são alguns dos exemplos, que embora minoritários importa referir. No entanto, não deixa de ser coincidência que a variável comum a estes exemplos seja a quantidade da produção e o valor da mesma – os números, isto é, o que é necessário para se poder proceder à cobrança de impostos. Ainda assim, tendo em consideração que a esmagadora maioria apresenta dados sobre a sua produção e valor procederemos à análise dessas mesmas variáveis.

Só no distrito de Lisboa foram contabilizadas cerca de 286 pedreiras, os concelhos de Cascais e Sintra assumem destaque pelo número razoável de locais de extracção que apresentam, com 89 e 83 pedreiras respectivamente, como é perceptível com a observação do mapa 1. O mesmo mostra que o concelho de Lisboa seguir-se-ia com um total de 58, da mesma forma, os outros concelhos pertencentes ao distrito de Lisboa em que também se verificavam pedreiras em lavra apresentam um número significativamente mais fraco.²⁵⁷

Ao verificarmos como é feita a distribuição das pedreiras pelo resto do Continente, aqui ao nível do distrito (ver quadro 1), a diferença para o distrito de Lisboa é abismal ficando sempre abaixo da meia centena de estabelecimentos fabris, vejamos: Leiria apresenta 27; Vila Real – 18; Santarém – 16; Bragança e Évora, ambas com 13²⁵⁸; Porto – 10; Portalegre – 9; Viseu – 5; Aveiro – 2, e por fim Faro e Viana do Castelo, ambas, 1.

O quadro 1 coadjuvado pelos mapas 2²⁵⁹ e 3²⁹¹, com a informação ao nível do concelho, permite-nos ter uma noção mais clara sobre as questões inerente à quantidade da extracção e valor total da mesma.

O distrito de Lisboa, onde se extraía matéria-prima como basalto, calcário e grés, não tinha somente o maior número de pedreiras em lavra, era também onde se extraía mais material, tendo o total da extracção referida no inquérito ultrapassado os 680 mil m³, onde Lisboa e Almada foram os únicos, dentro do distrito, que apresentaram valores superiores aos 100 mil m³ (mapa 3). Este foi também o distrito que mais dinheiro realizou com o total da sua extracção, com os concelhos de Cascais e Sintra em destaque (mapa 2), ascendendo a um valor de cerca de 435 contos de réis.²⁶⁰ Uma vez mais verificamos a

²⁵⁷ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:284–96.

²⁵⁸ Quando comparado com os dados de 1885, o distrito mantém o mesmo número de locais em lavra em 1890. Todavia, é importante referir que a mesma lógica mantém-se, isto é, o número é o mesmo mas isso quer dizer que sejam exactamente as mesmas pedreiras de 1885 – a verdade é que o número de concelhos de onde foi possível obter informação também oscilou em 1890 e seguramente que o número de pedreiras seria seguramente maior do que estas 13 aqui apresentadas em 1890. Por último, referir que a Pedreira da Cerca de Santo António, em Estremoz, manteve-se em lavra permanente assumindo-se como um dos pólos basilares de exploração de mármore, no tempo e no espaço na região alentejana.

²⁵⁹ Mapa elaborado com recurso aos dados recolhidos no *Inquérito Industrial de 1890*. Cartografia produzida no âmbito do projecto “Atlas, Cartografia Histórica” (<http://atlas.fcsh.unl.pt>). ²⁹¹ *Idem*

²⁶⁰ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:300–301.

existência de uma enorme discrepância de Lisboa quando comparado com os restantes distritos do continente. O Porto, de onde se extraía ardósia e granito, é o segundo com o número mais elevado no que concerne à totalidade de metros cúbicos extraídos, com cerca de 116 mil m³ e um valor total da extracção a rondar os 102 contos de réis.²⁶¹ Os concelhos de Valongo e Bouças foram os que geraram mais riqueza, pela extracção de vários tipos material. O primeiro contabilizou cerca de 3 mil m³ de material extraído (mapa 3) e o seu valor rondou os 45 contos de réis.(mapa 2). Do segundo extraíram-se 114 mil m³ (mapa 3) tendo gerado cerca de 57 contos de réis (mapa 2).²⁶² Verifica-se, no entanto, uma diferença considerável de valores quando comparado com o distrito de Lisboa. No que diz respeito aos restantes Distritos encontram-se num patamar muito abaixo no que concerne aos valores totais apresentados, quando comparados com Lisboa e Porto.²⁶³

No distrito de Leiria era feita a extracção de argila e calcário, segundo os valores apresentados em 1890 o valor do seu produto não ultrapassaria os 27 contos de réis sob uma extracção total de aproximadamente 9 mil m³. Como podemos verifica no mapa 2, os concelhos de Leiria e Batalha sobressaem. O primeiro indica uma extracção de cerca de 6 mil m³ e com um valor de aproximadamente 8 contos de réis. O segundo, com uma extracção na ordem dos 2 mil m³ valorizado em cerca de 12 mil contos. Santarém, de onde se extraía calcário e mármore, apresentava o quarto valor mais elevado de totalidade de material extraído, a rondar os 6 mil m³, cujo valor ascendia aos 28 contos de réis²⁶⁴. Distritos como Vila Real (com a extracção de granito, calcário ardósia), Aveiro (grés e calcário), e Évora (maioritariamente com a extracção de mármore) apresentam todos valores de extracção muito semelhantes, a rondar os 2500 m³. Todavia, no que diz respeito ao valor total do produto as diferenças são notórias, com Vila Real a contabilizar cerca de 8 contos de réis, Aveiro com um valor inferior a 2 mil contos reis e Évora²⁶⁵ com um valor aproximado de 42 contos de réis.²⁶⁶

²⁶¹ Ver tabela 1.

²⁶² Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:296–97.

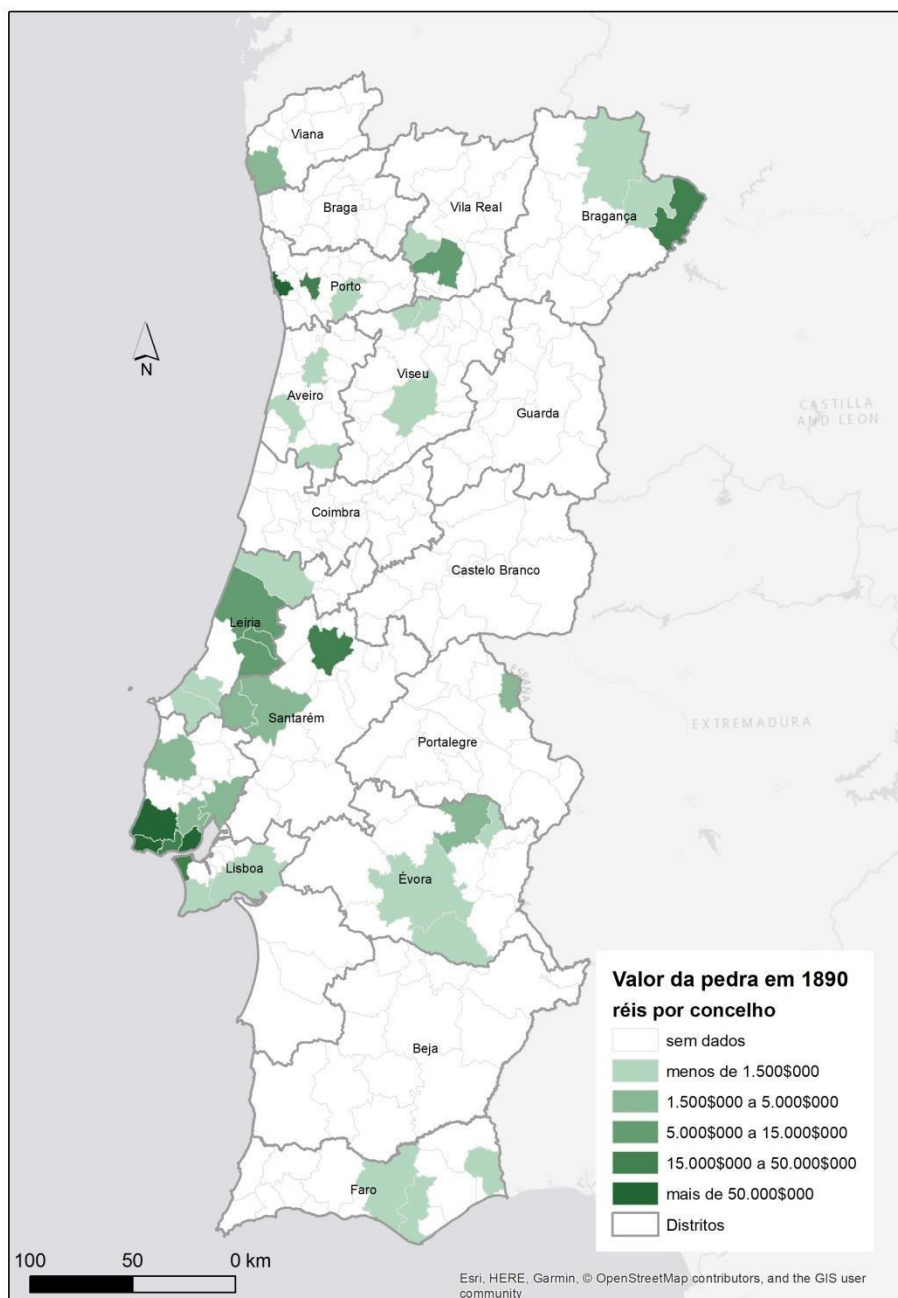
²⁶³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:300–301.

²⁶⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:300–301.

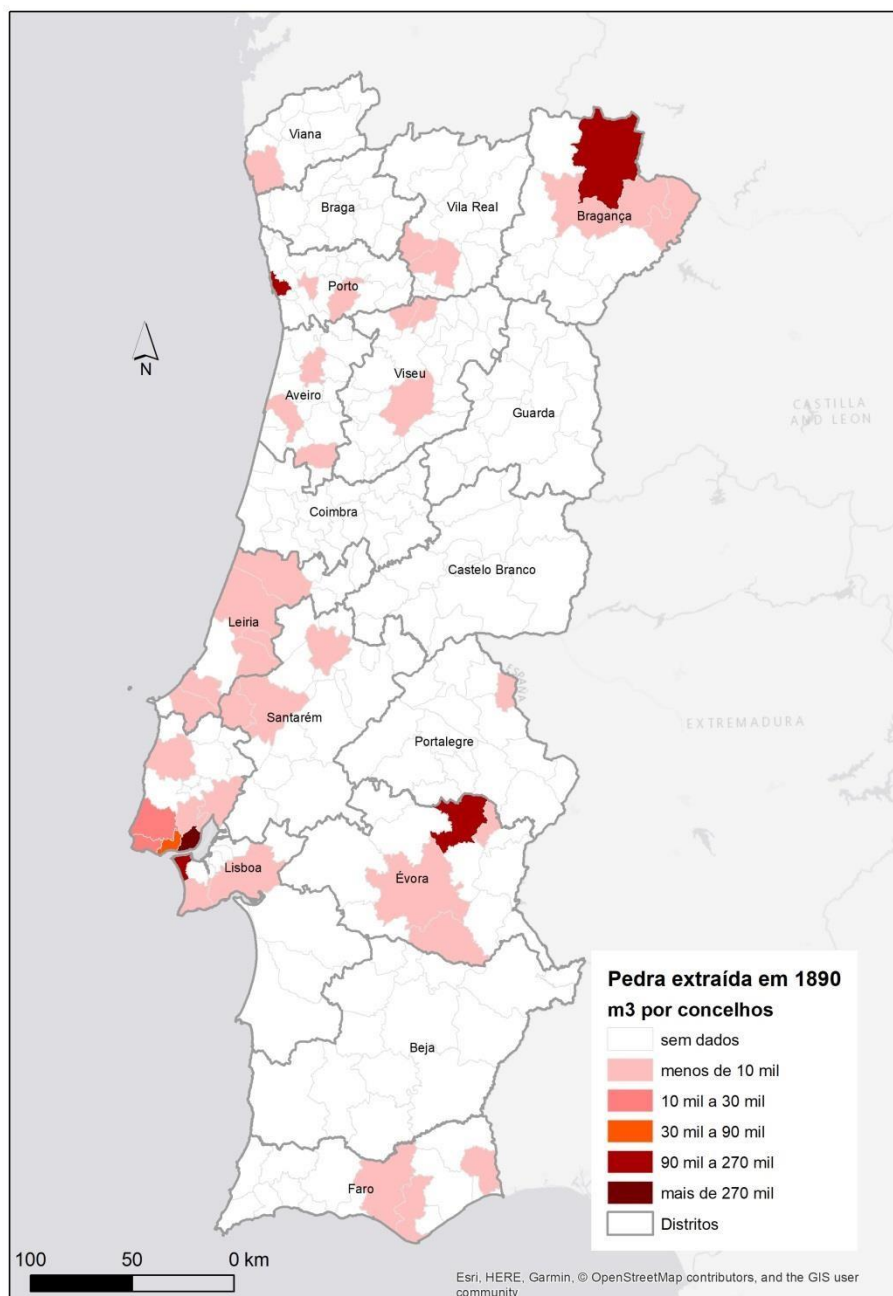
²⁶⁵ Este Distrito e o tipo de material, o mármore, será posteriormente analisado com maior detalhe por se constituir com um caso particular dentro desta indústria.

²⁶⁶ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:300–301.

Mapa 2 - Valor da extracção da pedra em réis por concelho em 1890



Mapa 3 – Pedra extraída p/m3 por concelho em 1890



Não podemos, todavia, deixar de fazer menção aos distritos de Portalegre, Viana do Castelo, Viseu, Faro e Bragança, apesar dos dados disponibilizados nos mostrarem que o total do material extraído era sempre inferior a 2 mil m³, ilustrado no mapa 3. Os valores da matéria-prima são relativamente elevados, casos do alabastro extraído em Bragança com cerca de 5 contos de réis sob um total de 517 m³, destacado no mapa 2 e, o granito de Viseu com uma quantia aproximada de 2 contos de réis sob 483 m³ extraídos. São

raros exemplos, à semelhança dos mármore do Alentejo, onde números relativamente baixos de extracção apresentam um valor de mercado bastante mais elevado.²⁶⁷

Porém, torna-se relevante fazer uma observação particular aos casos de Viana do Castelo e Faro e os seus resultados nas estatísticas de 1890 e a sua evolução no tempo.

Em 1886, o distrito de Viana do Castelo tinha cerca de 47 pedreiras em lavra e contabilizava uma extracção de 33000 m³ para, em 1890, ter apenas uma pedreira e 1000m³ de extracção, o que não deixa de ser curioso. A explicação para uma mudança tão acentuada pode estar no facto de o inquiridor não ter conseguido efectivamente mais informações devido a factores já enunciados ou a conclusão das obras, algumas datavam de 1860, ditaram o fim da exploração. O caso de Faro parece ser semelhante, em grande parte, ao de Viana do Castelo. Em 1885 estavam em lavra 67 pedreiras que movimentaram naquele ano cerca de 29 mil m³ de matéria-prima, mas em 1890 temos contabilizadas apenas 15 pedreiras em lavra, sendo que somente uma fornece dados sobre a produção, 1000 m³, uma alteração também muito brusca. As razões para estes resultados poderão ser também elas idênticas às que explanámos para Viana do Castelo, porém, com uma agravante: em 1890 as obras das vias aceleradas e as obras no porto de Sines continuavam em execução no Sul do continente e como já constatámos, a matériaprima extraída no distrito de Faro era também ela aplicada nessas mesmas obras. Isto pode-nos levar a inferir que a falta de informação sobre o Sul deveu-se, muito provavelmente, às forças de resistência – a recusa em prestar esclarecimentos aos inquiridores ao serviço do poder central, do Estado.

Lisboa e Porto, como já foi mencionado, apresentavam os valores mais elevados no que diz respeito à quantidade de metros cúbicos extraídos e valor dessa mesma variável, mas são igualmente os distritos cuja matéria-prima extraída apresentava os valores mais baixos, isto é, o valor do material extraído por metro cúbico. Os mapas 1,2 e 3 mostram que os distritos de Lisboa e Porto, nas três variáveis que os compõem, isto é, concentração do número de pedreiras, mantêm a mesma lógica de proeminência perante os restantes distritos do país.. O material extraído no distrito de Lisboa seria de 630 réis p/m³, o Porto 880 réis p/m³ sendo os mais baixos do Continente, ficando apenas acima dos valores apresentados no distrito de Aveiro que seria de 540 réis p/m³. Já os distritos de Évora e Bragança, mas sobretudo o de Évora, apresentavam a matéria-prima com o valor por metro cúbico mais elevado, com aproximadamente 18 mil réis p/m³ e 9 mil réis p/m³ respectivamente. O mármore seria a pedra mais valiosa, o seu valor por metro cúbico

²⁶⁷ Ver Quadro 1.

estava vários degraus acima das demais pedras que se extraíam na época, sendo seguido apenas pelo alabastro.²⁶⁸

6.2 - O operariado das pedreiras no Portugal do final do século XIX

Como tivemos a oportunidade de verificar o processo de modernização material preconizado pelos governos no período da Regeneração trouxe consigo um aumento gradual, embora lento, da industrialização do reino. A progressiva industrialização iria funcionar como um pólo de atracção sobre as populações originando migrações para o litoral em busca de melhores condições de vida, contribuindo de igual forma para uma gradual emergência do operariado no reino. Esses volumes de migrações para os pólos industriais, nomeadamente Lisboa e Porto, causaram a “febre do urbanismo”²⁶⁹ e a partir daí a questão da salubridade ganharia, de forma bastante relevante, importância política.

Na cidade, o sector industrial podia em, certa medida, oferecer melhores salários quando comparados com os que eram praticados nos campos – como aliás é sugerido por David Justino: “A nível global, é conhecida a tendência de longo prazo para uma desvalorização dos salários rurais relativamente aos urbanos o que traduz em parte a tendência para uma melhor remuneração dos salários industriais e do sector dos serviços em comparação com os agrícolas.”²⁷⁰

Porém, o nível de vida das populações agravou-se – o crescimento da indústria e a expansão das cidades trouxe consigo o custo de vida mais elevado e, como sugere Miriam H. Pereira, “ (...) a inflação que prosseguia a um ritmo vertiginoso em Portugal, como de resto em toda a Europa, inutilizava as sucessivas subidas de salários. A deterioração das condições de vida traduziu-se por uma degradação do regime alimentar: comia-se pouco, bebia-se muito e morria-se jovem (...).”³⁰³ O valor das rendas, a parca e cara alimentação e de outros bens de primeira necessidade eram igualmente um reflexo do baixo nível de vida nos chamados “pólos industriais”.

Iremos tentar agora perceber como é que o operariado das pedreiras se encaixou nestas dinâmicas, isto é, quantos eram, como estavam distribuídos no território, qual o seu impacte em termos percentuais dentro daquilo que era a mão-de-obra activa destinada

²⁶⁸ O alabastro é um tipo de material que se tratado da forma devida pode ser muito parecido ao mármore, daí a sua valorização.

²⁶⁹ José Campos Pereira, *Portugal Industrial: Características, números, comentários* (Lisboa: Livraria Profissional, 1919), 160–61.

²⁷⁰ David Justino, *Preços e salários em Portugal: 1850-1912* (Lisboa: Banco de Portugal, 1990), 18. ³⁰³ Pereira, *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX*, 78–79.

à indústria em 1890 e, por fim, a sua alimentação, horas de trabalho e salários, ou seja, o seu nível de vida.

6.2.1 - A distribuição espacial do operariado das pedreiras

Através da análise dos dados disponíveis no Inquérito de 1890 e nos Censos do mesmo ano procuraremos tentar perceber qual o impacto que esta mão-de-obra teve na população activa. Pretendemos verificar a distribuição dos operários que trabalhavam nas pedreiras no final o século XIX, se esta distribuição acompanhava a lógica da distribuição das pedreiras - quantos operários laboravam nas pedreiras e sua produtividade.

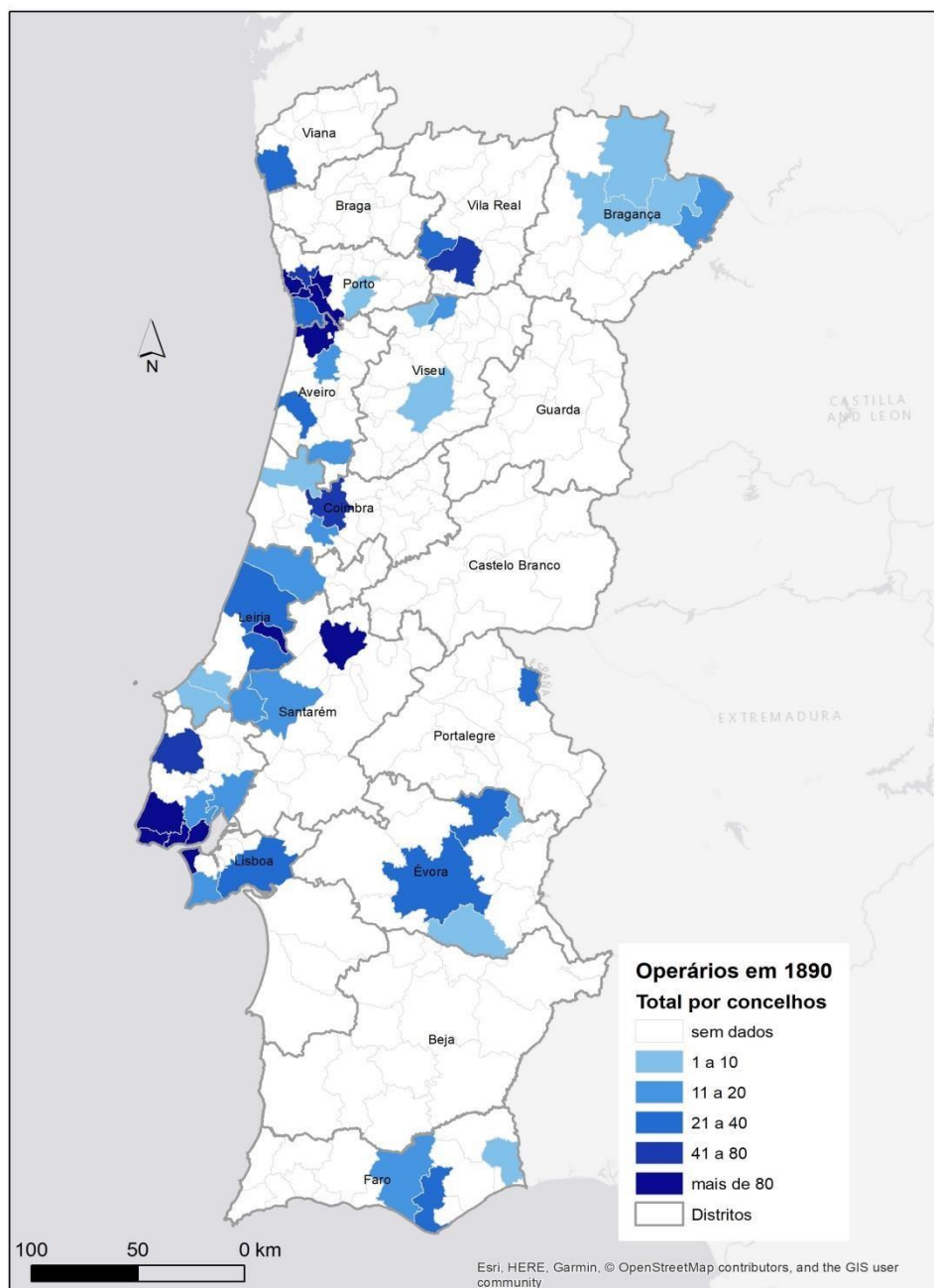
Os dados disponíveis nos Censos devem também eles ser vistos com alguma cautela, à semelhança do que previamente se referiu para as variáveis do inquérito industrial. Quando procedemos à análise dos dados sobre a mão-de-obra activa e a sua profissão deparamo-nos com a existência de dois quadros do mesmo tipo: um quadro para a indústria em termos mais gerais e um outro quadro destinado apenas à mão-de-obra que extraía minérios, quer isto dizer que os operários que laborassem nas minas, ou pedreiras, não estariam incluídos no quadro mais global destinado à indústria. No entanto, quando confrontamos as informações disponíveis nas fontes, deparamo-nos com algumas contradições nomeadamente ao nível do número de operários. O distrito de Évora é um caso paradigmático de um exemplo que vemos repetido nos censos – o número de operários a que dizia respeito a extração de minério do solo no distrito aparece como nulo, ou seja, zero²⁷¹. Todavia, quando comparamos estes valores na mesma data e para o mesmo local, através do Inquérito Industrial de 1890, sabemos da existência de pelo menos 59 operários²⁷². Uma hipotética explicação para o sucedido pode estar ligada com a falta de critério e rigor de quem realiza o inquérito, que em caso de dúvida, não sabendo distinguir ofícios, colocaria cabouqueiros, canteiros ou capatazes no quadro da indústria geral e não na extração – como consequência acabamos por obter dados subavaliados nos Censos de 1890. De forma a poder realizar os objectivos pretendidos, procederemos a cálculos a partir da mão-de-obra activa industrial e o capital humano presente nos quadros estatísticos disponíveis no Inquérito Industrial de 1890, sendo que os resultados apresentados serão sempre considerados como aproximações.²⁷³

²⁷¹ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol. III (Imprensa Nacional, 1896), 12.

²⁷² Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:306.

²⁷³ Alves, *Mármore, património para o Alentejo*, 97.

Mapa 4 – Distribuição do operariado por concelho em 1890



Em Portugal, à data do inquérito industrial, foram contabilizados cerca de 4596 operários a laborar nas pedreiras por todo o continente. Deste número, 566 eram menores, isto é, teriam menos de dezasseis anos quando o inquérito foi realizado. As mulheres também laboravam nas pedreiras, no entanto apresentam números relativamente mais

baixos – cerca de 57.²⁷⁴ A percentagem de trabalho infantil, rondando os 12%, pode ser vista como um reflexo das dificuldades que as famílias atravessavam, tendo que recorrer ao trabalho das crianças, de modo a fazer face ao elevado custo de vida.²⁷⁵

Olhando para o Mapa 4²⁷⁶ verificamos que a distribuição do operariado seguiu, em grande medida, a logica de distribuição das pedreiras em si, ou seja, o distrito de Lisboa é o que tem o maior número de operários contabilizados, com 2544 indivíduos. Neste valor global destacam-se os concelhos de Lisboa, Sintra e Cascais que juntos perfazem mais de 60% do valor total mencionado. O distrito do Porto, também à semelhança do que se verificou na distribuição geográfica das pedreiras emerge como o segundo distrito que emprega mais mão-de-obra nas pedreiras, com um valor de cerca de 1017 operários empregados. O conselho de Valongo destaca-se, pois, empregava à data cerca de 420, ou seja, quase metade do valor total do distrito. Os concelhos de Gondomar, Bouças e Porto, embora relativamente distante dos valores indicados para Valongo apresentam cerca de 170 operários cada um³¹⁰. Os distritos mais próximos dos dois primeiros seriam, conforme o mapa 4 ilustra, os de Santarém, Leiria e Aveiro com 291, 268 e 157 respectivamente, mas como se pode desde logo perceber existe uma grande diferença para Lisboa e Porto. Já os restantes distritos, com excepção de Vila Real (93) e Évora (59), apresentam valores sempre inferiores a meia centena: Faro 50, Bragança 33, Portalegre 30, Viseu 28 e, por fim, Viana do Castelo com 25 operários.²⁷⁷

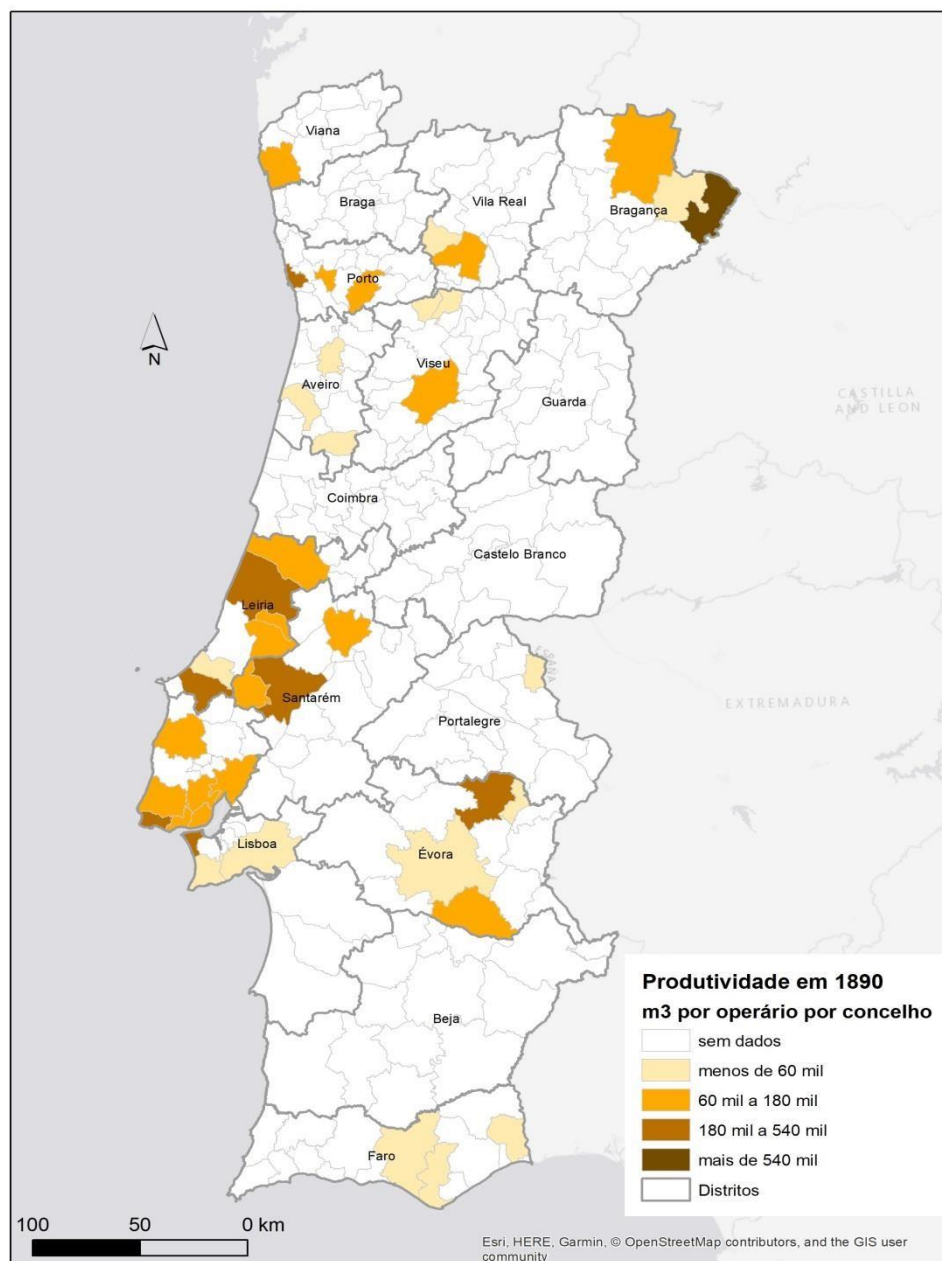
²⁷⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:342–43.

²⁷⁵ Alves, *Mármore, património para o Alentejo*, 99.

²⁷⁶ Mapa elaborado com recurso aos dados recolhidos no *Inquérito Industrial de 1890*. Cartografia produzida no âmbito do projecto “Atlas, Cartografia Histórica” (<http://atlas.fcsh.unl.pt>). ³¹⁰ Ibid., I:334–339.

²⁷⁷ Ibid., I:342–343.

Mapa 5 – Produtividade em m3 p/operário por concelho em 1890



Procurando uma aproximação à produtividade procedemos à divisão do valor total da extracção pelo número total de operários inerentes a cada distrito, o que nos permite abordar alguns pontos de relativo interesse. O mapa 5²⁷⁸ coloca em evidência os locais onde se verificou um maior índice de produtividade. Se os distritos de Lisboa e Porto eram os mais favorecidos em termos de número de mão-de-obra disponível para o trabalho nas pedreiras, uma vez mais são deixados para trás pelo distrito de Évora, sobretudo na região do Anticlinal. O Alentejo, caracterizado pelos seus mármore, parece

²⁷⁸ Mapa elaborado com recurso aos dados recolhidos no *Inquérito Industrial de 1890*. Cartografia produzida no âmbito do projecto “Atlas, Cartografia Histórica” (<http://atlas.fcsh.unl.pt>)

atingir valores de produtividade elevadíssimos, oscilando entre os 180 mil e os 540 mil m³ p/operário, podia chegar a quase quatro vezes mais que o segundo distrito com o índice de produção mais elevado, Lisboa. Quase todos os outros distritos, Viana do Castelo, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu, apresentam índices de produtividade muito semelhantes entre si, entre os 60 mil e os 180 mil m³ p/operário. A excepção iria para os distritos de Aveiro e Faro, ambos a apresentarem índices de produção bastante baixos, não ultrapassando os 60 mil m³ p/operário. Por último, repare-se que em Bragança existiam índices de produtividade bastante acima da média, com um valor acima dos 540 mil m³ p/operário, sendo um caso único neste domínio.²⁷⁹

6.2.2 - O impacto das pedreiras na mão-de-obra activa

Tínhamos anteriormente mencionado que apesar de a indústria ter crescido, a agricultura permaneceria como a principal actividade económica no país no século XIX. A análise das séries de dados permitem-nos também reforçar essa mesma ideia. Ao calcularmos a percentagem de mão-de-obra destinada à indústria sobre o total de mão-de-obra verificamos que em nenhum dos distritos analisados essa percentagem atinge os 50%, sendo que somente o Porto se aproxima desse mesmo valor, com 48,2% da população activa a laborar na indústria em geral. No que diz respeito aos outros distritos, podem ainda ser destacadas as percentagens de 31% para Lisboa e 24% para Aveiro, sendo que os restantes distritos apresentam números relativamente baixos, não atingindo sequer os 20% de mão-de-obra industrial sobre o total da população activa. O sector terciário apresenta, no geral, valores igualmente baixos e tudo isso acaba por reflectir o peso que a agricultura tinha dentro da actividade económica nacional.

As mesmas séries de dados permitem-nos ter uma ideia do impacto que a mão-de-obra que laborava nas pedreiras teve dentro do total geral apenas destinado à indústria. Os números no geral são francamente baixos, com uma única excepção, como se verá. Por exemplo, do total de mão-de-obra activa que o distrito do Porto dispunha para a indústria, apenas 2,38% estava nas pedreiras. Em Lisboa essa percentagem era já mais significativa, contudo não chegava ainda aos 5% (apenas 4,61% dos que eram contabilizados na indústria e extracção laborava nas pedreiras). Santarém ainda conseguia uma percentagem de 7%, mas os demais distritos analisados apresentam valores abaixo dos 5%. Como referido, a grande excepção era o distrito de Portalegre, onde o sector da

²⁷⁹ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:300–301.

extracção de pedra parecia ter já um impacto bastante significativo no total do operariado, com 12% da população activa na indústria a laborar nas pedreiras do distrito.²⁸⁰ Não sendo propriamente negligenciável, percebe-se pelos valores dos operários das pedreiras no global da indústria nacional, que só em determinadas zonas muito localizadas do país, aquela mão-de-obra representava percentagens significativas. No fundo, estes dados representam o espelho da própria indústria, um sector importante como fornecedor de matéria-prima para muitas outras actividades, mas ainda subalterno na hierarquia industrial nacional no final do século XIX.²⁸¹

6.2.3 - O horário e a jorna: o “contrato de trabalho”

No regime laboral das pedreiras, com as especificidades que veremos adiante, caracterizava-se por ser extremamente duro. Todavia, se apenas nos cingirmos ao número de horas de trabalho realizado por dia não se afasta de outros regimes como o das Minas e da Agricultura – onde, por norma, o horário de trabalho era de sol a sol – uma média de 10 a 12 horas por dia. O que os iria distinguir de forma mais notável seria a carga físiopsicológica do trabalho e os salários praticados.

Quando olhamos, por exemplo, para o caso das Minas, ocupação dentro da mesma natureza, o trabalho de sol a sol é uma variável constante e o dispêndio físico e psicológico é também ele bastante perigoso e rigoroso.²⁸² Ideia presente nos trabalhos de Paulo Guimarães e salientado por Maria Filomena Mónica: “(...) Em nenhum outro caso encontrámos o que surge estipulado no Inquérito Industrial de 1881, quanto a horários de trabalho: meia hora para o pequeno-almoço, uma hora para o almoço, 10m de manhã e 10m à tarde para fumar. (...)”.²⁸³ Como vamos poder ver existe confluência no que diz respeito ao trabalho nas minas e nas pedreiras. Em 1890, no distrito de Coimbra, em muitas das pedreiras, o horário de trabalho ascendia a 13 horas diárias e apenas existia meia hora almoço, meia hora para a merenda e uma hora para o jantar.²⁸⁴ O distrito de Bragança também não divergia muito do horário praticado em Coimbra, aqui se

²⁸⁰ Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, III:8–18.

²⁸¹ Alves, *Mármore, património para o Alentejo*, 101.

²⁸² Paulo Guimarães, *Industria, Mineiros e Sindicatos-Universos Operários do Baixo Alentejo: Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX* (Lisboa: ICS- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989), 40.

²⁸³ Guimarães, 6.

²⁸⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:207.

verificaram 12 horas diárias com pausas de uma hora para o almoço e meia hora para o jantar.²⁸⁵

É verdade que a observação feita sobre o horário das minas é alicerçada pelo Inquérito Industrial de 1881, mas o horário de trabalho descrito nas pedreiras de Estremoz em 1885 – com 10 horas de trabalho²⁸⁶ ou Vila Nova da Cerveira em 1884 com um período de trabalho semelhante²⁸⁷, leva-nos a acreditar que o horário de trabalho não sofreu mudanças significativas desde períodos anteriores, pelo menos nas pedreiras, dado que o trabalho de sol a sol foi uma constante durante o século XIX.

A temática do horário de trabalho nas pedreiras é relativamente simples, será talvez o indicador (que apresenta mais uniformidade) entre todas as variáveis que podemos estudar no Inquérito de 1890. Com relativas excepções, um operário tinha um horário de trabalho de 10 a 12 horas por dia, sendo que o tempo de descanso, ou “tempo da merenda” como aparece descrito, está presente em praticamente todos os locais de extracção.²⁸⁸

As pequenas variações da extensão do horário de trabalho estavam ligadas com a questão das estações do ano, nomeadamente Inverno e Verão. Por exemplo no distrito de Viseu as pedreiras estavam em laboração cerca de 210 a 220 dias por ano, encerrando apenas nos meses de Inverno, ou seja, podemos aferir que trabalhavam praticamente o ano todo com esta excepção devido ao clima rigoroso que tornava impossível a execução dos trabalhos. Aqui, como noutras pedreiras, o Inverno traduzia um horário de 10 horas de trabalho com direito mínimo de descanso de meia hora para merenda e uma hora para o jantar.²⁸⁹ Exemplos semelhantes podem ser encontrados no distrito de Aveiro com 10 horas de mínimo de jorna e onde nos dias de chuva, ou dias santos, as pedreiras encerravam os trabalhos²⁹⁰, ou no distrito de Leiria onde as pedreiras podiam laborar entre 180 a 300 dias conforme o clima assim o permitisse.²⁹¹

Já no Verão, tanto o tempo de descanso como o tempo de trabalho aumentavam, pois os dias eram mais longos e era rentabilizada a mão-de-obra disponível. O operário trabalharia de sol a sol, aqui apontamos para uma média diária de 12 horas diárias, teria

²⁸⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:203.

²⁸⁶ Administrador do Concelho de Estremoz, «Mapa de pedreiras existentes - Estremoz -1885».

²⁸⁷ Administrador do Concelho de Vila Nova da Cerveira, «Mapa de Pedreiras em Lavra» (1884), cota-8593, doc.27. Processos referentes a pedreiras 1864/1887, Arquivo Distrital de Viana do Castelo: Fundo do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo 1555/2013.

²⁸⁸ Alves, *Mármores, património para o Alentejo*, 102.

²⁸⁹ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:254–56.

²⁹⁰ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:193.

²⁹¹ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:227.

mais uma hora de descanso, esta agregada ao tempo de descanso do jantar. Existiam também padrões que intercalavam o tempo de descanso, ou seja, o operário não teria, no Verão, duas horas, teria uma hora de descanso e mais dois períodos de pausa intercalados de trinta minutos cada. No entanto, a norma seria a primeira, salvo algumas excepções quando se realizavam empreitadas, não existindo nesse caso, um horário fixo.²⁹² No distrito de Bragança encontramos o exemplo mais paradigmático do condicionamento do trabalho nas pedreiras pelas estações do ano. Algumas das pedreiras, tinham o horário de trabalho definido pelas estações do ano: de 25 de Março até 2 de Maio - 11 horas de trabalho com meia hora para a merenda, marcada para as 16h, e uma hora para o jantar; de 3 de Maio até 7 de Setembro – 12 horas de trabalho, com período idêntico para a pausa da merenda e duplica a hora do jantar para duas horas; por fim, de 8 de Setembro a 24 de Março – 10 hora de trabalho e aqui com a supressão do tempo da merenda e apenas uma hora para o jantar.²⁹³ É apenas um exemplo que se estende, que se verifica, no funcionamento geral das pedreiras independentemente do local do reino onde estivessem a laborar. A única excepção à regra verifica-se no concelho de Sintra - seja Inverno ou Verão, não existia hora limite para trabalhar, isto é, a não existência de um horário de trabalho, independente da estação do ano, pode levar-nos a inferir que as pedreiras podiam estar em constante lavra, com trabalhos de maior ou menor envergadura.²⁹⁴

6.2.4 - Os salários: as diferenças – entre a necessidade e o risco

A questão dos salários obedece a dinâmicas distintas quando comparado com os horários de trabalho. O operário, ao contrário do que se possa pensar, não recebia consoante o número de horas de trabalho, podia, por vezes, receber conforme “aptidão ou desembaraço – e/ou trabalho útil”.²⁹⁵ O que se verificava nas pedreiras, minas, agricultura e contrariamente ao que sucedia com os horários de trabalho, onde existia uma sistematização do horário praticamente transversal a todo o Portugal Continental e que estavam, por norma, condicionados pelas estações do ano – os salários são influenciados

²⁹² Para mais pormenores Cf Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:206–216.

²⁹³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:203.

²⁹⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:232.

²⁹⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:232.

pelo local de trabalho, ou seja, região, função e mesmo dentro da função e /ou região estes variavam.²⁹⁶

Neste sentido, iremos agora dedicar a nossa atenção sobre os salários que eram praticados nas pedreiras 1890 comparando-os, através dados fornecidos pelo trabalho de Guilherme Santa Rita²⁹⁷, com os anos de 1884, 1885 e 1886 (dados disponíveis apenas os distritos de Lisboa e Porto) - tentando perceber a respectiva evolução dos salários e, dentro do possível, estabelecer pontes comparativas com os salários praticados noutras profissões – socorrendo-nos dos trabalhos de Conceição Martins²⁹⁸ e Paulo Guimarães.²⁹⁹ Procuraremos ainda perceber a discrepância salarial que motivava a escolha por uma ocupação que representava um risco elevado e, por outro, numa pequena nota, verificar as semelhanças que existiam dentro do mesmo tipo de indústria, neste caso – as minas, uma ocupação com um grau de perigosidade também elevado.

As profissões que invariavelmente aparecem intimamente ligadas à indústria das pedreiras são as de cabouqueiro e canteiro, como menor expressão depois referidos indiferenciados trabalhador, rapaz e como mulher. Em 1890, fazendo uma média de salários das funções mais predominantes dentro da indústria, segundo os dados disponibilizados pelos distritos, de norte a sul, que forneceram teste tipo de informação, pagos por função/profissão: os canteiros recebiam em média cerca de 529 réis diários e os cabouqueiros 456 réis diários. Todavia, trata-se apenas de médias feitas com base nos dados recolhidos por todo o Continente, se desmontarmos estes números iremos verificar que os salários são volúveis, isto é, condições como o local e/ou tipo de material extraído e até o destino da matéria-prima confluíram para que se verificassem discrepâncias nos salários pagos para a mesma função.

No concelho de Aveiro não se verificou uma oscilação nos salários, os canteiros recebiam cerca de 300 réis diários e o salário dos menores, esse, seria constante e estava fixado nos 100 réis por dia de trabalho.³⁰⁰ Dentro do distrito de Coimbra, a mesma função era remunerada de forma diferente, podendo desde já obter-se a percepção, que se vai tornando mais evidente à medida que vamos enunciando exemplos, sobre a disparidade de salários. Na pedreira da freguesia de Santa Clara, os canteiros recebiam 400 réis

²⁹⁶ Guimarães, *Indústria, Mineiros e Sindicatos-Universos Operários do Baixo Alentejo: Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*, 103.

²⁹⁷ Santa Rita, *Habitação do operário e classes menos abastadas*.

²⁹⁸ Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)».

²⁹⁹ Paulo Eduardo Guimarães, *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858 - 1938)*, Biblioteca Estudos & colóquios 3 (Lisboa: Ed. Colibri, 2001).

³⁰⁰ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:194–95.

diários, os trabalhadores 240 e os menores 160 respectivamente (os canteiros aqui recebiam mais 100 reis do que os que labutavam em Aveiro).³⁰¹ Porém, nas duas pedreiras concessionadas a Fortunato Secco, Pedreiras da Guarda Inglesa, a situação era diferente: na primeira os canteiros recebiam entre o mínimo de 550 reis a 850 por dia, os trabalhadores 450 reis e os menores 260.³⁰² Estes eram valores substancialmente mais elevados comparativamente com o primeiro exemplo. Na segunda pedreira: canteiros recebiam 400 réis; cabouqueiros 320 réis e trabalhadores 400 réis³⁰³, ou seja, não só os salários variavam dentro da própria zona geográfica, como podiam também variar dentro da mesma entidade patronal. O que pode explicar esta situação, embora não seja explícito, é o facto de a matéria-prima, calcário, extraída na primeira pedreira se destinar à construção da ponte para o caminho-de-ferro de Arganil, sendo que a outra, também calcário, era destinada e aplicada a consumo local como, por exemplo, calçadas.

Já na região do Alentejo, às premissas que temos vindo a analisar para valorização do trabalho vai-se juntar outra, o tipo de material extraído. Os dados recolhidos no Inquérito Industrial de 1890 para o distrito de Évora estão expostos numa tabela onde se mostra que os salários dos operários oscilava, em termos comparativos com outras localidades, entre outras variáveis, devido à matéria-prima extraída: um operário que trabalhasse o mármore recebia entre 260 a 700 réis diários, os menores, para o mesmo tipo de material, 120 a 240 réis por dia caso o material fosse calcário ou outro, o salário fixava-se entre 120 a 160 réis diários. Aqui repare-se, o salário dos menores, quando comparado com os outros exemplos, é inflacionado devido ao tipo de pedra trabalhada. Em nenhum outro ponto do reino se verifica uma jorna paga tão elevada para o trabalho de menores. Os operários que fossem alocados para trabalhar granito, um tipo de pedra com algum valor embora não tão valiosa como o mármore, receberiam entre 320 a 500 réis: um mínimo um pouco mais elevado quando comparado com o praticado no trabalho do mármore, mas um máximo substancialmente mais baixo. Não deixa, porém, de ser curioso que o trabalho com o calcário, um material mais comum, fosse remunerado da mesma forma que quem trabalhava com o granito, ou seja, 320 a 500 réis. Podemos inferir que os salários acima expostos, com a excepção de menores, podiam ser na sua grande parte atribuídos a canteiros dado que os cabouqueiros aparecem como tendo uma jorna fixa de 500 réis sem estarem condicionados ao tipo de material extraído – o que mostra que a jorna sob calcário extraído no distrito de Évora era paga quase pelo dobro quando

³⁰¹ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:207.

³⁰² Direcção Geral do Comércio e Industria, I:208.

³⁰³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:208.

comparada com o mesmo trabalho realizado nas pedreiras do distrito de Aveiro (300 réis).³⁰⁴

Por fim, debruçamo-nos nos dados que temos para Lisboa. Primeiro temos que ter em mente que se trata do principal pólo industrial e com um grande número de população que para aí se deslocou na procura de melhores condições, ou seja, um grande número de mão-de-obra abundante e barata. Haveria muito mais oferta de mão-de-obra do que procura em si, o que poderia fazer resvalar os salários para uma baixa significativa. No entanto, ao analisarmos as jornas que eram praticadas por todo do distrito, não só salta à vista as assimetrias comuns com as outras regiões do reino, o que seria normal – em Lisboa paga-se mais, mas a questão não é pagar-se mais, é de facto ser substancialmente muito mais, vejamos. Os canteiros, em Lisboa, recebiam por dia entre 700 réis a 1200 réis. Nas proximidades, em Oeiras, a média era de 700 réis (mínimo, não indica o máximo). Em Sintra, tanto cabouqueiros como canteiros não recebiam menos do que 800 réis por dia. Por fim, no concelho de Torres Vedras, um local, segundo o inquiridor, com explorações em pequena escala onde os canteiros não recebiam menos do que 600 réis e os cabouqueiros oscilavam entre os 400 e os 500 réis por jorna.³⁰⁵

Ora Lisboa, enquanto distrito, tinha como já ilustrámos, o maior número de pedreiras a laborar no reino, a maior produção p/m³, apesar de o material extraído, na sua generalidade, não ter o maior valor p/m³ – não obstante existirem pedreiras de mármore dentro do distrito, nomeadamente no concelho de Sintra. A questão da disparidade das jornas dentro da mesma função obedece, em parte, como vimos noutras regiões, ao factor localidade, mas não obedece curiosamente à questão da qualidade do material extraído, isto é, não é uma condicionante salarial *per si*. Neste sentido, como é que se justifica o facto das jornas praticadas no distrito de Lisboa serem substancialmente mais elevadas em comparação com outros pontos do reino? A isto também se acrescenta o grande número de mão-de-obra abundante e barata disponível, o que pela lógica da oferta e procura, a tendência seria a prática de salários mais baixos. Uma resposta possível para esta questão pode estar, como relata Guilherme Santa Rita, no grande volume de construção de habitação que se verificou na década de 1880: “Se fosse possível organizar uma estatística de salários das obras públicas até ao presente ano de 1890, ver-se-hia, que a tendência acentuada para a alta se deu para os anos económicos de 1887-1888-1889-1890. Em Lisboa, principalmente, a construção civil n’esses anos económicos

³⁰⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:214–16.

³⁰⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:231–37.

desenvolveu-se muito e ocasionou a alta; todavia, esse desenvolvimento da construção civil, em breve - é muito provável- retomará o seu curso normal e os salários não se poderão manter na alta, a que ascenderam.”³⁰⁶ Ou seja, a necessidade premente de construir habitações e outras infra-estruturas, usando o material que provinha das pedreiras, nacionais, obrigou à necessidade de manter os salários em alta, mesmo tendo em conta a oferta de mão-de-obra que existia: a procura, motivada pela crescente necessidade de extrair matéria-prima, pressiona, o jogo da oferta/procura, obrigando à alta dos salários e acentua a discrepância dos mesmos em comparação com o resto do reino.

No que diz respeito à outra indústria de extracção, as minas – as semelhanças com as pedreiras em termos salariais estão muito presentes. Por um lado, a questão geográfica - esta era também um factor em ter em consideração na atribuição das jornas. Segundo Paulo Guimarães, para além das flutuações salariais constantes, fruto das conjunturas económicas, o mesmo trabalho, a mesma função, era remunerada de forma distinta. A título de exemplo pagava-se melhor na Mina de S. Domingos em comparação com a Mina de Aljustrel, minas de referência. Paradoxalmente, e isto também se verificava na indústria das pedreiras, as minas exerciam o efeito persuasor e dissuasor na mão-de-obra. Por um lado, os salários praticados nas minas eram elevados e procurava-se que tivessem o efeito de atractivo para o trabalhador rural. Segundo o autor, estes salários eram em média superior aos praticados na agricultura em cerca de 25% a 30% (em meados de 1860). Por outro lado, a elevada sinistralidade nas minas e pedreiras funcionava como efeito dissuasor, a dureza e perigosidade que o trabalho comporta, o risco de acidente, que fazia antever uma situação dramática para a família cuja única forma de riqueza dependia da força do trabalho.³⁰⁷ Mesmo a jorna paga a mulheres e menores apresenta-se não muito distante do que era praticado nas pedreiras, onde em 1890 se observa que em média atingiam o máximo, salvo raríssimas excepções, de 200 réis diários.³⁰⁸ As mulheres e menores que, em 1886, laboravam nas minas podiam receber entre 140 a um máximo de 200 réis diários.³⁰⁹ Os salários mais elevados, comparáveis, em certa medida, com os valores pagos nas pedreiras, entre 500 a 800 réis, só se conseguiam obter na Fundição em Lisboa ou então, de forma mais excepcional, na Mina de São Domingos: serralheiros e outras profissões estariam subordinados a salários inferiores a 400 réis diários.³¹⁰

³⁰⁶ Santa Rita, *Habitação do operário e classes menos abastadas*, 34.

³⁰⁷ Guimarães, *Industria, Mineiros e Sindicatos-Universos Operarios do Baixo Alentejo: Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*, 32–33.

³⁰⁸ Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:344–51.

³⁰⁹ Guimarães, *Industria, Mineiros e Sindicatos-Universos Operarios do Baixo Alentejo: Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*, 34.

³¹⁰ Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», 530–34.

Numa comparação mais objectiva sobre os salários praticados nas duas indústrias vamos averiguar que a média de jornas paga nas pedreiras era ligeiramente superior ao que era pago nas minas. Aqui, também o patronato inglês que detinha concessões para exploração oferecia, tal como nas pedreiras, melhores salários. Através dos dados referentes às pedreiras para os anos de 1889-1890, a média de salários diários para canteiros e cabouqueiros era superior: em média um canteiro recebia cerca de 528 réis diários e um cabouqueiro rondava os 486 réis diários. É verdade que esta média é um pouco inflacionada no geral pelos valores praticados, como vimos, no distrito de Évora, mas sobretudo Lisboa. Todavia, não deixa de ser também verdade que, tal como nas pedreiras, as condicionantes no critério de atribuição de jornas (local, tipo de material) eram igualmente realizados nas minas e aqui junta-se o facto de as pedreiras estarem na sua fase mais pujante, a década de 1880.

A agricultura é outro ponto de comparação pertinente. Apesar de nas palavras de Conceição Martins, inegável processo de modernização e desenvolvimento que Portugal conheceu com a Regeneração, da contribuição para que se alargasse consideravelmente o mercado de trabalho e se melhorassem em termos relativos as condições de vida dos portugueses, a agricultura mantinha-se ainda como a principal actividade económica no final do século XIX.³¹¹ Através de alguns exemplos de salários praticados na agricultura vamos então tentar perceber a escolha que muitos fizeram em ir trabalhar para a indústria extractiva, neste caso as pedreiras, tendo em consideração os efeitos paradoxais que mencionámos acima; persuasão através dos salários e dissuasão pela insegurança das condições de trabalho.³¹²

Em 1890, quem trabalhava no campo, trabalho masculino – adulto, dificilmente poderia almejar um salário que lhe permitisse um nível de vida que fosse para além da sobrevivência ou então viver nos limites da mediocridade. As jornas praticadas nos campos muito raramente iam para além dos 300 réis diários e só em casos excepcionais podiam atingir valores máximos mais elevados como por exemplo: um trabalhador na monda de arroz na Herdade da Palma onde podia receber entre 120 a 440 réis por dia. Porém, noutros locais como as Quintas de Vila Real, Quinta Mateus e Vinhas Sabrosa os salários oscilavam, em média, entre os 139 e os 185 réis por dia.³¹³ Se formos observar os salários por tarefa verificamos que na agricultura, à semelhança do que acontecia nas

³¹¹ Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», 484–85.

³¹² De referir que Conceição Martins apresenta algumas reservas sobre as estatísticas, sobretudo preços e consumos, dado que são as próprias entidades que as fornecem a queixarem-se das mesmas.

³¹³ Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», 486. ³⁴⁸ Martins, 530–31.

pedreiras, as jornas oscilavam não só a nível regional, mas também a nível local para as mesmas tarefas. Entre mínimos e máximos, temos os seguintes salários por dia de trabalho: cavar - 214 a 260 réis; ceifar - 280 a 320 réis; debulhar – 265 a 360 réis; gadanhar – 280 a 300 réis; limpezas – 240 a 270 réis; podar – 143 a 280 réis.³⁴⁸ Olhando para estes valores é facilmente perceptível a diferença entre o que era praticado nas pedreiras, para canteiros, cabouqueiros e, até, trabalhadores. O que se pode desde logo verificar é que muitas vezes, as jornas mínimas praticadas na indústria das pedreiras tocavam os salários máximos oferecidos na agricultura, o mínimo oferecido a um canteiro era, como vimos, 300 réis diários dentro do distrito de Aveiro, ou os 260 réis oferecidos em Évora. Já os salários máximos, esses ficavam a uma distância ainda maior. Basta referir dois exemplos: a jorna de 1200 réis para um canteiro em Lisboa ou 850 réis para a mesma ocupação em Coimbra. Por fim, importa referir que em certos locais e até tendo em consideração o tipo de material que era extraído, caso do distrito de Évora – o mármore de Estremoz, os menores estavam subordinados a uma jorna máxima de 240 réis, em alguns casos até mais elevada do que a que adultos masculinos podiam almejar no campo. Isto ajuda a explicar, em parte, o efeito persuasor que as indústrias das pedreiras podiam exercer sobre a mão-de-obra disponível.

Assim, mesmo com a agricultura a manter-se como maior actividade económica a indústria em termos globais foi crescendo e com ela a população activa industrial, apesar de ter encontrado dificuldades entre 1855 e 1870. Depois disso toda a economia é relançada e convém lembrar que a demanda de pedra recomeça precisamente nos inícios da década de 1870 e tornar-se-ia cada vez mais intensa. A população industrial activa em 1910 praticamente quadruplicou quando comparada com a de 1881, a indústria tinha crescido dentro dos seus mais variados tipos – a diferença salarial entre a agricultura e a indústria no geral foi acompanhando esse crescimento. Nem mesmo em 1910, quando os sindicatos reivindicavam salários mínimos para os trabalhadores rurais na ordem dos 500 réis diários em Vendas Novas; 450 réis em Montemor ou 360 réis em Vale de Frades, os valores praticados nas pedreiras conseguiam ser suplantados.³¹⁴ Dos dados disponíveis para 1890 e a sua comparação com a agricultura mostra que a diferença de que se verificava na indústria das pedreiras era por demais evidente. O efeito do medo devido à perigosidade do trabalho podia obrigar uma escolha muito difícil, mas seria atenuado, por vezes, pela necessidade crescente das famílias, onde os menores tinham que ter cada vez

³¹⁴ Em 1890 os salários praticados nas fábricas de fiação da Covilhã, local de maior de maior preponderância industrial seguido de Lisboa e Porto, oscilavam entre um mínimo de 280 réis a um máximo de 800 réis por dia de trabalho. Cf: Martins, 486–89.

mais um papel activo como fonte de rendimento, numa conjuntura gradualmente mais difícil, onde a inflação agravava paulatinamente o nível de vida da população.

6.2.5 - A alimentação e um nível de vida no limiar da sobrevivência

Analisámos o horário de trabalho e os salários praticados nas pedreiras, vimos que, por exemplo, o horário de trabalho era extremamente exigente e, em alguns locais, se não era tanto, era mais exigente do que nas minas e no campo. No que diz respeito aos salários, tentámos sempre que possível estabelecer pontes comparativas entre o que se pagava nas minas e no campo para os mesmos anos, com maior incidência em 1890 para onde existe um maior volume de dados. Podemos concluir que em termos gerais, apenas tomando em consideração os salários, as pedreiras representavam uma opção muito mais atractiva quando comparado com aquilo que um operário das obras públicas recebia (1886), bem como quando confrontado com o que pagava nos campos para e/ou minas. No reverso da medalha estava a perigosidade do trabalho das pedreiras, o risco de acidente, pois caso o mesmo se verificasse, a probabilidade de se tratar um problema irreversível era elevada – tipo semelhante de perigo era também extensível ao trabalho nas minas. Nas ocupações agrícolas, o perigo iminente de morte ou invalidez permanente não era tão significativo.

É precisamente neste contexto, a necessidade *versus* o risco, que importa tentar perceber como viviam aqueles que decidiam arriscar a sua vida e saúde a trabalhar nesta indústria. Os salários eram mais altos comparados com outras ocupações, mas isso não significa que as suas vidas fossem mais fáceis, pelo contrário, o trabalho nas pedreiras, ou nas minas, debilitava a saúde do operário a cada dia que passava. As considerações feitas pelos inquiridores dão conta dessa mesma realidade. A isto juntava-se, não só a inflação, mas igualmente uma alimentação insuficiente, não só à renovação da força de trabalho, mas também naquilo que era a tentativa de providenciar a subsistência básica de toda a família: o sustento e o lar. Desde a análise dos dados sobre a alimentação dos operários das pedreiras, mas também com o auxílio de alguns orçamentos de famílias operárias realizados na época e as considerações feitas por quem assistiu *in loco*, os inquiridores, iremos tentar vislumbrar o nível de vida do operariado das pedreiras no início do último decénio do século XIX.³¹⁵

³¹⁵ Importa referir que também Halpern Pereira, à semelhança do que fez Conceição Martins, alerta para os resultados dos inquéritos feitos sobre o nível de vida, criticando as amostragens e afirmando que estes não obedeciam a exigências metodológicas, porém são os únicos deste tipo que foram realizados e portanto dotados de um valor inestimável.

A progressiva deterioração das condições, fruto do crescimento da inflação, acabava por inutilizar as subidas dos salários o que culminou numa degradação do regime alimentar: comia-se pouco em contraste com o consumo de álcool. Fosse a pelagra no campo ou a tuberculose na cidade, as doenças estavam intimamente ligadas com as deficientes condições alimentares. A isto adicionava-se as degradantes condições em que grande parte da população vivia com a generalizada falta de salubridade das habitações.³¹⁶

Segundo os estudos de Halpern Pereira, a alimentação dos assalariados no princípio do século, era medíocre: os cereais, batatas e legumes constituíam a base do regime alimentar. Comia-se pão, maior parte das vezes de milho, a sua ração era em quase todo o país de 1kg ou mais. Legumes secos e verdes eram abundantemente consumidos praticamente em todos os concelhos. A maior fonte de gordura continuava a ser o azeite, cerca de 100gr por dia, ou seja, três quartos de litro por semana. O Azeite era o ingrediente essencial para sopas, os cozidos e outros pratos em cuja composição a carne raramente entrava, esta era tida quase exclusivamente como alimento dos dias de festa - a carne era considerado um artigo de luxo. Até mesmo o porco e os enchidos, embora de uso mais generalizado, apenas entravam nas refeições duas a três vezes por semana, quando não eram reservados só para os domingos e dias santos. O peixe salgado, era substancialmente mais acessível que a carne constituía a principal fonte de proteínas animais da alimentação operária. A sardinha e o bacalhau salgados entravam na alimentação quotidiana, não só no litoral, como em todo o país. As suas rações, embora fossem geralmente superiores às da carne, continuavam a ser manifestamente insuficientes às necessidades de uma alimentação que fosse pelo menos considerada no limite do razoável.³⁵² Visto de forma sintética, o panorama geral da alimentação no final do século não era o melhor – comiase pouco e mal, as necessidades alimentares ou eram deficientemente suprimidas ou não o eram de todo, deixando os operários, artesãos, agricultores à mercê da sorte da resistência da sua saúde.

No que diz respeito à indústria das pedreiras, ou seja, o que fazia parte do regime alimentar do seu operariado, verificámos que, tal como o ilustrado por Mirian Halpern Pereira, o pão, o azeite, as sopas, o peixe e o vinho são elementos preponderantes e que aparecem referidos de forma sistemática nos dez distritos que forneceram informações sobre a alimentação: Aveiro, Bragança, Santarém, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Porto, Lisboa e Viseu. Se nos centrarmos na questão da variedade do que compõe a ração do operário e acreditando que esta não terá sido muito diferente dos depoimentos dos

³¹⁶ Pereira, *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX*, 78–79. ³⁵² Pereira, 88–89.

inquiridos, podemos inferir que existiria uma certa variedade na alimentação dos operários das pedreiras dependendo da região onde laboravam.

Em Aveiro a alimentação era baseada apenas em broa e sardinha, acompanhada com vinho à discrição. Em Coimbra, para além da broa e sardinha apenas se acrescenta a introdução do feijão e uma referência à carne como algo muito raro. Em Santarém o panorama também não era o melhor: sopas, bacalhau e legumes; a carne era um luxo, também aqui considerado um artigo extremamente caro e, portanto, raro. No Porto não existe referência ao consumo de peixe na dieta, mas introduz-se o caldo de legumes, caldo verde, acompanhado por broa e a mesma referência à raridade da entrada da carne no dia-a-dia. A alimentação em Faro e Leiria não se distinguia muito apesar de se encontrarem em pontos geográficos distintos. No primeiro, os assalariados das pedreiras alimentavam-se de pão de milho (o inquiridor sublinha que o milho era uma cultura muito importante na região), mas também de peixe, legumes e outras hortaliças, sempre com referência ao vinho. No segundo, mantém-se o peixe, o pão de milho, vinho e acrescenta-se o bacalhau e toucinho.

Contrariamente ao que vimos nos exemplos nos distritos acima indicados onde a variedade na alimentação era diminuta, os restantes distritos apresentam dietas mais diversas. Por exemplo, em Bragança comia-se pão de centeio, caldo de feijão, grão-de-bico, couves, batatas, bacalhau e toucinho. Em Viseu, para além da presença na dieta do pão de milho também se alimentavam de batatas, sardinhas, bacalhau, caldo de hortaliças e de arroz. Por fim, Lisboa e Évora eram os distritos onde a alimentação podia ser considerada mais diversificada. Em Lisboa existem referências a uma dieta à base de sardinhas, sopas, couves adubadas com toucinho e, pela primeira vez, menção à fruta. No Alentejo, mais precisamente no distrito de Évora, a dieta era à base de pão de milho ou centeio, legumes e outras hortaliças, batatas, carne de porco (rara, e especialmente nos dias santos) e, para além de repararmos na ausência de peixe, até então verificamos o uso de queijo de cabra e azeitonas na dieta operária.³¹⁷

Comparado com as minas, segundo Paulo Guimarães, o pão era também o principal alimento dos mineiros, comiam cerca de um quilo e meio por dia. Na sua dieta também figuravam as sopas, o bacalhau, os legumes, o feijão, o grão, o azeite, o vinho e a carne também ela como alimento de luxo de rara obtenção. O mesmo autor defende que alimentação dos mineiros era idêntica à dos trabalhadores rurais e só se verificava

³¹⁷ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:Cf. 194-255.

³⁵⁴ Guimarães, *Indústria e conflito no meio rural*, 170-71.

diferenças na alimentação devido aos rendimentos e a região onde se encontram. O azeite em ambos os casos era a principal fonte de gordura e o vinho, esse, era não só o complemento obrigatório das refeições e era também o principal meio de sociabilidade masculina.³⁵⁴

Quando olhamos para o quadro mais geral traçado por Halpern Pereira, o regime alimentar, a dieta dos assalariados das pedreiras não é muito diferente – o pão, o azeite, os legumes, as sopas, o vinho, entre outros, faziam parte da base alimentar dos trabalhadores, fossem estes industriais ou agrícolas – dieta, que era muitas vezes ditada pelo que a produção local poderia oferecer. Também nas minas, segundo Paulo Guimarães, as diferenças salariais e regionais podiam e ditavam alguma diversidade na dieta dos mineiros. O caso concreto das pedreiras enquadra-se nestes exemplos – alguns locais podiam ser propícios ao acesso a determinados alimentos, enquanto que o respectivo poder de compra, isto é, o orçamento disponível, também era uma condicionante fundamental para a obtenção da alimentação para o operário e sua família. Este, que muitas vezes ficava aquém do limite da sobrevivência, isto porque, com mais ou menos variedade, a quantidade essa vem sempre descrita pelos inquiridores como manifestamente insuficiente, pintando um quadro negro sobre a situação operária nas pedreiras.

As considerações que os inquiridores vão realizando ao longo do inquérito são ilustrativas de uma ideia de miséria aterradora ou então apenas e só a sobrevivência, entre a vertente física (saúde) e a financeira. Eis um exemplo: “ (...) em trabalhos desta ordem, violentos e fatigantes, onde a remuneração é parca, mal chegando para o alimento diário, parece-nos de toda a conveniência que, por um dever de humanidade e zêlo pela vida dos operários, que o trabalho nunca deverá exceder as oito horas no dia incluindo descansos. Só quem ouve a respiração cansada e ofegante dos operários no fim de cada relevo, o corpo curvado, as faces pálidas e encovadas, a transpiração abundante, é que pode avaliar o esforço que é exigido a estes desgraçados que têm constantemente a sua vida exposta por um misérrimo salário e que ainda depois de trabalhado são obrigados a subir a grandes alturas, que cansariam homens não fatigados (...)”.³¹⁸ Para além de explanar de forma clara a situação em que se encontra o assalariado das pedreiras, o inquiridor coloca em cima da mesa a questão sobre uma possível redução sobre a carga horária que mesmo incluindo descansos não deveria ultrapassar as oito horas de trabalho efectivo. Adiante

³¹⁸ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:240.

³⁵⁶ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:258.

sustenta essa ideia acrescentado que o trabalho nas pedreiras era extremamente penoso e que para a saúde do operário estas condições apenas resultariam em aflições de carácter agudo e velhice prematura que se acentuava de modo frisante.³⁵⁶

De forma a consubstanciar a ideia de um quadro negro, difícil, em que apesar de receberem melhor do que os assalariados agrícolas, os operários das pedreiras viviam sob condições extremamente difíceis, atentemos a dois exemplos de orçamentos familiares que podem ajudar a ilustrar e a consolidar esta ideia de um nível de vida baixo.

No primeiro exemplo, Anselmo de Andrade publica em 1918 um estudo sobre o estado da economia e orçamento das classes desfavorecidas, o operariado, cerca de vinte anos antes da grande guerra centrando-se na relação entre salário e alimentação. Anselmo de Andrade determina uma média de salário de 700 réis diários e daí passa a para alimentação do operário que classifica como uma “dieta” quando em comparação com o operariado estrangeiro que tem uma “ração”. Parte para uma crítica sobre um orçamento onde figuravam quatro pessoas: marido, mulher e dois filhos e calculou um mínimo de custo por refeição em 45 réis, o que a multiplicar pelos quatro dava um total de 180 réis para toda a família. Este valor seria elevado ao dobro com o respectivo jantar e ainda se somava ceia para todos – o que por vezes poderia ascender aos 540 réis diários. Não ficavam bem alimentados, segundo o autor, mas segue afirmando que o que têm não daria para mais. Neste contexto, sobrariam 160 réis para as restantes despesas, da média de 700 réis determinada pelo autor. Uma dessas mesmas despesas seria a renda. A média destas nos pátios em Lisboa estava situada nos 2500 réis por mês, cerca de 83 réis diários. Despesas como água e luz estariam nos mínimos de 20 réis diários, ou seja, de um orçamento de 700 réis diários apenas sobravam cerca de 57 réis, o que não chegava, segundo o autor, para vestuário, educação e saúde – sendo que o mesmo refere que os dois últimos itens, saúde e educação, seriam invariavelmente os sacrificados no orçamento. Tendo por base os depoimentos particulares, o menu para uma família de quatro pessoas, no limite do indispensável, constituía-se por: pão (120 réis); as sopas (40 réis); bacalhau (100 réis); batatas (30 réis); azeite (20 réis) e outros diversos onde poderiam constar, por exemplo, outras variedades de legumes (50 réis) – o que totaliza os 360 réis (almoço e jantar).³¹⁹

Anselmo de Andrade não é específico no que diz respeito ao tipo de operariado a que se refere, mas podemos claramente inferir que este orçamento poderia encaixar dentro de um dos operários das pedreiras, a média de salários em Lisboa, como vimos, não

³¹⁹ Cf. Anselmo de Andrade, *Portugal económico: theorias e factos - Tomo I* (Coimbra: França Amado, 1918), 97–100.

diverge muito e a alimentação aqui referida enquadra-se também ela no que os assalariados das pedreiras consumiam.

O segundo exemplo é mais particular porque faz menção directa à profissão de canteiro e está presente no Boletim de Trabalho Industrial nº66 publicado em 1912, também ele a incidir sobre as classes menos abastadas e a relação do orçamento com a alimentação e as outras despesas ordinárias e para anos anteriores – sobretudo para o início do século XX. Trata-se de uma família que habita nos bairros operários construídos de pedra e cal num prédio pertencente à Real Confraria da Rainha Santa em Coimbra, onde existiriam condições regulares ou básicas de salubridade cuja a renda estaria nos 800 réis mensais. A família era composta por quatro pessoas: o pai – canteiro que trabalhava numa pedreira diariamente e recebia 460 réis diários; a mãe – costureira e recebia 160 réis diários, ambos em 298 dias de trabalho, e duas crianças. Calculamos os salários combinados: por dia – 620 réis a 298 dias de trabalho e obtemos o valor de 184\$760 réis. Olhemos agora para as despesas ordinárias que esta família tinha. Na sua alimentação e confecção constava, em termos diários, o pão de milho/trigo (80 réis); café e açúcar (35 réis); hortaliças, feijão, azeite e arroz (70 réis); carne de porco (40 réis); sardinha, bacalhau e batatas (60 réis); carvão e petróleo (45 réis), o que perfazia um total de 330 réis por dia. A juntar temos despesas como a renda da casa (70 réis); associação de previdência (8 réis); aguços e calços de ferramenta (32 réis); roupa, calçado e outros (66 réis) – feitos os cálculos, a despesa total diária desta família era de 506 réis diários ou 150\$788 réis para os mesmos 298 dias, o que traduzia uma diferença positiva de 33\$972 réis. Porém, façamos os mesmos cálculos para o ano completo, ou seja, aos 298 dias acrescentemos os 67 dias para perfazer um ano de 365 dias – usando exactamente os mesmos valores temos um acréscimo total de despesa de 33\$902 réis e que subtraindo à diferença positiva (33\$972 réis), sobrariam apenas 70 réis.³²⁰ Esta quantia seria inevitavelmente muito pouco para questões relacionadas com a educação, que nem está presente neste orçamento, ou mesmo questões relacionadas com os imprevistos ou a saúde, que como vimos também dependia muito da alimentação e essa estava invariavelmente nos limites da “dieta” em comparação com a “ração” de que falava Anselmo de Andrade.

Pese embora os exemplos de orçamentos familiares que aqui fornecemos para sustentar a ideia de um nível de vida muito baixo dos assalariados, sobretudo os das pedreiras, esteja um pouco para além do arco cronológico que aqui abordamos, a verdade é que estes

³²⁰ *Boletim de Trabalho Industrial*, vol. 66 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1912), 21–22.

exemplos também se podem enquadrar naquilo que era o nível de vida em 1890. Fazemos essa afirmação, consideramos essa hipótese, tendo por base o que Conceição Martins, nos seus estudos faz referência. Já no caminho para o fim do século XIX, cerca de 70% do orçamento familiar estava destinado à alimentação; 11% - vestuário e calçado; 13% - renda, habitação; 6% - outros gastos (transportes, higiene, transportes, educação, associações de classe ou recreativas, entre outros). Mesmo algumas referências ao valor das rendas não se desvirtua dos exemplos ilustrados - em Coimbra existiam, em 1890, rendas para habitações operárias na ordem dos 750 réis mensais³²¹ e até na alimentação, à semelhança dos outros exemplos, o pão representava a maior despesa: 29% do total, seguido da carne (que era muito pouca) 8,5%; vinho - 8%; toucinho - 7%; batatas - 6,7%; azeite - 6,5%; açúcar - 5,9%; feijão e grão - 4,8%; queijo e manteiga - 4,3%; enchidos - 4,1%; hortaliças - 3,7 % e o restante seria gasto com água, café, chá, entre outros - 3,2% - argumentado ainda que na época também se comia menos e mais caro, os operários, por exemplo, em Paris tinham uma alimentação mais adequada à renovação das forças de trabalho quando comparados com os operários portugueses.³⁶⁰

Visto o quadro, o mais geral e particular, é relativamente perceptível que o operariado em geral, mas no caso mais particular, o das pedreiras vivia no limite das suas possibilidades. O salário que recebia em troca do trabalho, que para além do perigo iminente de acidente, cujos efeitos podiam ser catastróficos, tinha um impacto directo e extremamente nocivo na sua saúde como relataram os inquiridores. Todavia, tendo em conta as despesas ordinárias que contemplavam alimentação, a habitação e outros, o salário exercia um atractivo forte, pois tendo em conta alguns dos salários praticados na época, aquilo que era oferecido em contraposição pelo risco da profissão podia, por vezes, permitir que as famílias pudessem pelo menos ir sobrevivendo, e esta expressão não é escolhida por acaso, trata-se só e apenas de sobreviver - um operário das pedreiras, mesmo recebendo mais do que outros operários, não podia ambicionar mais do que conseguir ir trabalhar no dia seguinte.³²²

6.2.6 - A habitação do operário da indústria das pedreiras – a dicotomia entre o Norte e o Sul

³²¹ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:256.

³⁶⁰ Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», 514.

³²² Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:258.

Sobre as habitações dos operários que laboravam nas pedreiras, as referências no inquérito de 1890 são muito parcas, isto é, apenas se remetem a duas plantas: uma casa operária no concelho de Loulé (Algarve) e outra sobre as casas em que habitavam os operários das pedreiras em Viseu e Vila Real. As dimensões da primeira planta são mais reduzidas, em todas as divisões, quando em comparação com a segunda. De referir que sobre o tipo de material usado para construir as habitações operárias variava conforme a região, isto é, segundo o inquiridor, as habitações operárias a Sul (Loulé), onde, por exemplo, as madeiras para construção escasseavam por completo, tinham intrínseca à sua construção pau de fileira, barrotes, entre outros - telha e uma camada de argamassa composta praticamente por cal – no sul abundava o calcário.³²³ Já para Viseu e Vila Real, como refere o inquiridor, “falta a cal e abunda a madeira” e esta, juntamente com o granito faz parte integrante da construção das habitações, mas também “(...) particularmente, é o contrário que sucede; no Algarve a brancura das casas destaca-se sobre o verde da vegetação, aqui a côr do granito desaparece sob a influência atmosférica cedendo à cor carregada que esta rocha adquire, as habitações somem-se na sombra dos castanheiros, dos pinheiros e dos carvalhos (...)”.³²⁴ As casas, pelo menos nestas regiões, eram construídas consoante o material que as pedreiras podiam providenciar: no distrito de Faro a construção era influenciada pelo uso do calcário; em Viseu e Vila Real – a rocha abundante era o granito, desta forma esta influenciava a construção local.

No que diz respeito ao número de pessoas que habitavam as casas e as suas condições de salubridade, duas notas. A primeira é que no Sul, segundo a observação do inquiridor, as casas se não eram confortáveis eram, todavia, dotadas de condições básicas de salubridade. Tendo boa “influência na hygiene da habitação”- visitou uma habitação onde vivia um canteiro juntamente com a sua mulher e um irmão e pode constatar essa mesma ideia – os espaços, apesar de serem reduzidos, tinham condições. Existia, invariavelmente, um espaço para um forno para cozer o pão e um outro para os animais domésticos, apenas a aglomeração de pessoas poderia deteriorar estas condições básicas/mínimas de conforto.

Numa segunda nota, Viseu e Vila Real, são exemplos opostos. A questão da salubridade é logo evidenciada como algo que “deixa muito a desejar” quando em comparação com o sul, onde as casas “teriam muito mais asseio”, adianta dizendo que “para dar uma ideia, não poderia fazer melhor do que indicar sumariamente as condições

³²³ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:258.

³²⁴ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:259.

em que um cabouqueiro vivia com a sua mãe”. Ambos viviam num quarto, a sala estava destinada a um porco e a outro animal de estimação, as outras divisões da casa eram, pequenas estando as paredes estão negras devido ao fumo e onde apenas se destacava um pequeno compartimento para guardar a lenha. No local que visitou, Travancas, “como em outras povoações do Norte”, as casas apresentavam os mesmos problemas, a isto juntavase o facto de as ruas serem consideradas pelo inquiridor como um “foco de imundice” que facilmente se verificava, de certo modo, dentro das habitações. Aqui também se colocava o problema da sobrelotação com uma habitação pequena onde, dentro das condições mencionadas, um operário vivia com a mulher filhos e filhas. Se os materiais de construção das habitações eram diferentes e estavam condicionados ao que o local poderia fornecer - granito/madeira. Em Viseu/Vila Real e calcário em Loulé/Litoral do Algarve e as próprias condições de salubridade das habitações podia divergir, existia algo que era transversal aos dois exemplos e independente das outras variáveis: a higiene pessoal das populações, o inquiridor deixa isso mesmo explicito quando aborda estes dois exemplos.³²⁵

7 - O prestígio de uma obra sem tecnologia - a qualidade da pedra portuguesa e o atraso tecnológico

Ao longo da presente dissertação fomos fazendo menção a vários factores que se interligaram com a indústria das pedreiras na segunda metade do século XIX, fossem as obras públicas, as vias de comunicação ou até questões de ordem teórica que forçaram o Estado a modernizar-se. Todavia, pensamos ser pertinente fazer também alusão a dois aspectos. O primeiro tem a ver com a qualidade, isto é, algumas considerações sobre obras realizadas com recurso a esta indústria, a forma como eram vistas internamente e externamente – no contexto das exposições universais. Porém, não é nosso propósito dissecar a forma e os resultados das participações portuguesas nas Exposições durante a segunda oitocentista, essas questões já estão sobejamente trabalhadas por Ana Maria Cardoso de Matos e Maria Helena Souto. Pretendemos apenas mostrar alguns pontos de destaque no contexto mais particular das pedreiras. O segundo aspecto é direccionado para questões relacionadas com tecnologia e método aplicado, bem como o transporte da matéria-prima, embora estes sejam vagamente referidos no inquérito de 1890. A introdução de novas tecnologias e metodologia de trabalho foram, de forma crónica,

³²⁵ Direcção Geral do Comércio e Industria, I:258–60.

introduzias tardiamente em Portugal – a falta de recursos humanos, isto é, mão-de-obra qualificada e a posição geográfica na periferia da Europa são algumas das explicações mais comuns para o atraso tecnológico nacional, que nem mesmo a ida, observação e participação nas exposições industriais conseguiu debelar por só si debelar.

7.1 - Resquícios da beleza de uma indústria presa à realidade do reino – algumas notas sobre a qualidade da pedra em Portugal e no estrangeiro

Falar da qualidade da indústria tem que obrigatoriamente abarcar uma nota sobre o fenómeno das Exposições Universais e de que forma estas se manifestaram e alteraram algumas dinâmicas existentes. As exposições universais na segunda metade do século XIX, segundo Helena Souto, consagraram a presença das massas e verifica-se a emergência de um novo sujeito social – que determina uma nova concepção e configuração da cidade como lugar da multidão.³²⁶ A isto está intrinsecamente associado as mudanças no campo da industrialização e da ciência as novas formas de luta entre as nações, que iriam funcionar como uma grande montra onde através da qualidade das obras dos seus industriais as nações competiam entre si. É neste sentido que Ana Maria Cardoso de Matos refere que as exposições universais foram um dos meios da mundialização da ciência e da técnica, quer porque nelas eram expostos e divulgados os progressos realizados a nível de cada país, que por este meio davam a conhecer aos outros, quer porque os visitantes transferiam e reproduziam no seu país de origem muitos conhecimentos que adquiriam nestas exposições. Funcionariam também como medidor do poderio económico dos vários países, as recompensas obtidas – juntamente com as apreciações relativas à participação de cada país, estabeleciam uma nova forma de hierarquização.³²⁷

Portugal, que na segunda metade do século XIX entrara no seu “ciclo de industrialização” obrigava a que se seguisse as Exposições com atenção, era necessário ver, aprender e depois reproduzir no país o que se aprendera. As considerações que Júlio Máximo de Oliveira Pimentel fez iam neste sentido - a necessidade de “ver, aprender e

³²⁶ Maria Helena Souto, *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*, Teses (Lisboa: Colibri: IHA, Estudos de Arte Contemporânea: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011), 3.

³²⁷ Matos, Mourão, e Guedes, *O mundo ibero-americano nas grandes exposições*, 92–94. ³⁶⁷ Matos, Mourão, e Guedes, 15–16.

fazer”, embora o mesmo reconheça outras dificuldades a suprir, onde o Estado teria de ter obrigatoriamente intervenção: “(...) as grandes nações industriais podem contentar-se no estudo de uma exposição universal, com a observação e comparação dos seus recíprocos progressos; porém um povo que apenas começa a iniciar-se no trabalho industrial (o caso de Portugal), precisa de conhecer os rudimentos da indústria, carece de minuciosas notícias, não só sobre os resultados, mas principalmente sobre os meios de produção. (...)”³⁶⁷ - os sucessivos governos da Regeneração sabiam do potencial que a nova realidade poderia representar para o país em termos industriais e apostou nesse sentido, dentro daquilo que eram as suas limitações.

No caso concreto das pedras e das pedreiras, o Estado também tentou a evolução da indústria através da promoção da sua matéria-prima no estrangeiro, ou seja, através da participação nas exposições industriais. A participação nas exposições industriais acarretava também o objectivo de tentar colocar o país entre o lote de países industrializados e todo o prestígio inerente a isso, mas de igual modo poder observar e aprender, ou seja, em várias ocasiões foram criadas Comissões com objectivo estudar o melhoramento das artes e ofícios e os esclarecimentos e indicações que obtivessem serviriam para melhorar a indústria em Portugal³²⁸. Todavia, a execução de alguns destes objectivos saíam caro ao tesouro nacional, não foram raras as vezes que eram emitidos projectos lei/portarias a sancionar, a aplicação de grandes somas monetárias para as despesas necessárias de modo a que os produtos industriais portugueses possam concorrer nas exposições industriais, neste exemplo, 50.000\$000, cinquenta mil contos de réis para a Exposição de Paris a ter lugar no ano de 1867.³²⁹

Alguns dos objectivos foram cumpridos, por exemplo no Boletim de Minas de Novembro de 1855 existe a referência a prémios atribuídos a Carlos Bonett – uma medalha de prata e uma medalha de primeira classe que incidia sobre uma exposição de uma colecção de mármore.³³⁰ Encontramos também algumas referências à qualidade das pedreiras portuguesas no relatório sobre a Exposição em Londres no ano de 1862. Começamos por verificar que feita menção às pedras e às pedreiras. Segundo a observação que é feita a pedra portuguesa, mais concretamente aquela que é aplicada à construção, repare-se: “ (...) parece-me poder avançar com segurança, enquanto à pedra ordinária de construção, que a nossa cantaria excede muito em qualidade, beleza e duração a quasi

³²⁸ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 4 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1855), 147–49.

³²⁹ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 8 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1866), 73.

³³⁰ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 1855, 274.

toda quanto se achava exposta (...) e ainda sobre os restantes produtos apresentados na exposição, o mesmo observador, é taxativo ao afirmar que se trataram de “amostras mesquinhas” - o que ali se mostrava não era representativo da indústria extractiva ou das “nossas belas pedreiras”. É ainda mais assertivo quando afirma que se tratava de um indústria sobre a qual Portugal poderia fazer boa figura e para sustentar isto diz que a peça que foi apresentada era simples, não tinha grande trabalho e mesmo assim tinha sido premiada e vendida³³¹.

Portugal conseguia, em parte, apresentar-se como um país relativamente industrializado e embora com limitações, conseguia promover a qualidade de alguns dos seus produtos e aqui refira-se que, segundo a fonte, o produto apesar de não estar bem trabalhado tinha sido premiada e vendido, deixando ainda a ideia de que muito mais poderia ser feito dado o que o exposto não era representativo das potencialidades da indústria das pedreiras.

Na percussão do objectivo de promover a sua indústria, Portugal realizou uma exposição industrial no Palácio de Cristal em 1888, no Porto. João Augusto Barata que redigiu o relatório da 1ª classe dedicou parte do seu trabalho às pedreiras e aos mármore. Segundo o autor, em Portugal existe uma grande riqueza em mármore, que se fez mostrar na exposição e afirmou que poucos países seriam tão ricos em materiais de construção como o nosso país. Segundo o relatório, no Porto não seria necessário recorrer ao estrangeiro para construir paredes, ou seja, mármore para adornar a construção civil. No sul, o material seria usado e trabalhado para a arte, isto é, “manifestações superiores de artigos de arte”. O mesmo faz referência aos mármore da antiguidade, mais precisamente os mármore gregos, e afirma que tirando o raro mármore branco recolhido em Carrara, o mármore português rivaliza com o holandês, francês, espanhol e italiano sendo que a qualidade dos monumentos portugueses sustentam a sua afirmação. As referências às pedreiras não ficam pelos mármore; o adjetivo “riqueza” extravasa o campo da arte e ornato – é referida a existência abundante de jazigos dotados de materiais para construção.³³²

No contexto externo é possível perceber que pedra portuguesa foi gradualmente obtendo prestígio no estrangeiro sendo requisitada para os mais diversos campos de necessidade. Esta ideia é sustentada por alguns dos dados presentes nos boletins relativos

³³¹ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 9 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1863), 267.

³³² José Augusto Barata, *Relatório da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palacio de Crystal Portuense* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1893), 19.

à exportação de matéria-prima proveniente das pedreiras. Em 1853, o Boletim de Agosto dava conta e uma exportação na ordem das 3300 toneladas de mármore para a Republica dos Estados Unidos da América.³³³ Já em 1855, o Boletim de Maio exibia dados sobre uma exportação portuguesa para o Brasil, mais precisamente para o porto do Pará, na ordem das 2000 toneladas de cal, entre outros tipos de pedra.³³⁴

Neste sentido, não é de estranhar as referências que Felix Ribeiro faz sobre a qualidade dos mármore portugueses, nomeadamente os de Vila Viçosa e Extremoz, recordando o “antigo fornecimento para Madrid e a venda ao Brasil no período da sua grande construção”. Também refere, que mesmo após dificuldades de vária ordem, os mármore portugueses foram preferidos para o uso em várias obras em cidades europeias e americanas.³³⁵ Entre as suas aplicações estaria objectivamente a arte fúnebre, com encomendas para Espanha e França – onde, para além de ser empregue no estrangeiro também conheceu grande dinâmica em Portugal, sobretudo após a abertura dos cemitérios públicos.³³⁶ Porém, o elogio mais objectivo sobre a pedra portuguesa surge no contexto da oferta de um presente do rei D. Pedro V à rainha Victória, onde Edward Hull, um académico ligado à indústria das pedreiras britânicas – responsável pela repartição estatística, caracterizou o mármore português e o respectivo presente desta forma: “*Portugal*, also, produces several good varieties of marble; thant known as the “Emperor’s Red”, of witch a fine block was presented by the late Don Pedro, King of Portugal, to Queen Victoria for the royal mausoleum at Frogmore being most highly prized. White marbles are found at Estrennas and Vianna; yellow and red at Alentejo and Troncao; blue at Serpa and Villaviciosa; and a peculiar variety called “agate marble” at Alentejo.”³³⁷ – a descrição mostra que o mármore alentejano seria altamente conceituado e de uma beleza rara.

No contexto português, ou seja, interno, a opinião é bastante favorável no que diz respeito à qualidade e obra feita. Em 1888, Augusto Barata elaborou um relatório sobre as pedreiras e os mármore presentes no catálogo da secção de minas da exposição industrial portuguesa de 1888. Nele, faz referências aos tipos de mármore dispersos de norte a sul no continente. Segundo o relatório, os mármore eram produtos das pedreiras que podiam exportar-se com mais facilidade devido à sua qualidade e beleza. E pese

³³³ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 1853, 42.

³³⁴ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 1855, 240.

³³⁵ Félix Ribeiro, *A indústria dos mármore* (Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934), 14.

³³⁶ Alves, *Mármore, património para o Alentejo*, 58.

³³⁷ Edward Hull, *A Treatise on the Building and Ornamental Stones of Great Britain and Foreign Countries* (London: Macmillan and CO, 1872), 143.

embora seja aludido que os museus nacionais não continham uma colecção completa de mármore nacionais, Barata faz referência a uma série de obras que existiam e podiam ser contempladas: em Lisboa, em Mafra (o Convento), o Mosteiro de Alcobaça, alguns templos em Tomar, Catedrais em Elvas, Leiria e Évora; Igrejas em Extremoz, Borba e Vila Viçosa, o Templo de Santa Cruz de Coimbra e o Mosteiro de São Bento de Avis.³³⁸ No que ainda diz respeito a obra feita que poderia ser contemplada, também José Campos Pereira fez menção à qualidade da pedra e a importância das pedreiras, pois tratava-se do produto mais usado para a construção, ornamentação e material para produzir peças de cerâmica. Faz também alusão a algumas obras de prestígio que simbolizam e atestam a utilidade e valor das pedras, mais precisamente do mármore: São Vicente de Fora (simboliza tomada de Lisboa), Convento da Batalha (simboliza Aljubarrota) e os Jerónimos (simboliza a descoberta da Índia).³³⁹

Em suma, que fosse no estrangeiro ou no próprio reino, foi sendo perceptível que com o passar do tempo e com a afirmação da indústria das pedreiras, esta comportava em si não só a utilidade para as obras emergentes, mas também qualidade, atestada não só pela opinião que suscitava, como a de Edward Hull, mas do mesmo modo pelas encomendas, que foram sendo feitas e pela aplicação da matéria-prima pelo mundo fora.

7.2 - A tecnologia e o método – o crónico atraso do país

Na indústria das pedreiras, durante a segunda metade do século XIX o arranque/desmonte da matéria-prima foi feito, de forma constante, ou com recurso a técnicas e métodos ancestrais/obsoletos, ou com recurso ao uso de pólvora – esta muitas vezes usada de forma displicente, ao arrepio das normas estabelecidas. Há, no entanto, uma nota de interesse que à medida que fomos analisando esta componente de informação fomos notando – a questão do transporte – embora não sejam dados sistemáticos, não deixa de ser perceptível uma certa complementaridade prática entre as pedreiras e as vias de comunicação, isto é, as artérias de circulação do continente (ferrovias, marítimofluvial, estradas) e o seu uso por parte da indústria para fazer circular a matéria-prima lavrada, como aliás ficou ilustrado no mapa 1 – o que não deixa de ser interessante tendo em

³³⁸ Mais detalhes sobre o tipo e cor do mármore Cf Barata, *Relatório da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palacio de Crystal Portuense*, 34–36.

³³⁹ Pereira, *Portugal Industrial: Características, números, comentários*, 66.

consideração que muito do material extraído das pedreiras, durante a segunda metade do século XIX, contribuiu exactamente para o estabelecimento das mesmas.

Em 1890, os distritos que forneceram informação sobre o método de extracção foram apenas: Aveiro, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Viseu e Leiria. Porém, podemos pensar que pelo resto do continente o método de trabalho dificilmente divergiria do que é apresentado no inquérito, isto porque tendo em linha de conta as informações sobre estes distritos o método seria transversal, ou seja, verificou-se o uso generalizado de pólvora para descoberta/abertura dos jazigos a que seguia o trabalho realizado com o auxílio da cunha, alavanca, picareta, martelo e, claro, braços.³⁴⁰

Na primeira metade do século XX o panorama tecnológico não sofreu grandes alterações. Carlos Filipe menciona que a introdução de novas técnicas e tecnologias só se verificou muito tardiamente, sobretudo no Anticlinal. Sobre a utilização da máquina a vapor nesta indústria apenas um registo – potência de 10 cv e encontrava-se numa oficina de serragem em Estremoz. Só em 1918 é que é introduzido em Portugal, mais precisamente em Borba e Estremoz, o fio helicoidal – um inovador método de serragem. Porém, a experiência com esta nova tecnologia seria efémera, pois iria fracassar. A empresa a empreender o novo método de corte foi extinta e para além disso existia falta de manutenção. Mesmo em 1929 o panorama era desanimador, um observador, o engenheiro Leopoldo Portas, mencionava que na lavra de pedreiras apenas se aplicava o uso da “pá, picareta, o marrão e a alavanca”.³⁴¹ Felix Ribeiro, contemporâneo de Leopoldo Portas, no estudo que fez sobre os mármore, também opina sobre o estado da tecnologia afirmando que mesmo nos locais de mais intensa actividade: distrito de Lisboa e o Anticlinal e com o auxílio de fios helicoidais e maquinaria moderna, encontramos alguns locais de “lavra aparatosa” e “lavra de aspecto atrasado” – numa altura, segundo o mesmo, ainda não existia ainda um processo uniforme de trabalho, isto é, a metodologia de trabalho variava conforme o critério do industrial.³⁴² Em Inglaterra também se enfrentaram problemas com a tecnologia, segundo Lott, os métodos de extracção – as tecnologias, no final do século XVIII, eram as mesmas desde os tempos medievais. Porém, foram debeladas muito mais cedo que em Portugal, pois as inovações trazidas pelo “vapor” embora penetrassem lentamente na indústria extractiva, sensivelmente a partir de 1860, acabaram por surtir efeito.³⁴³

³⁴⁰ Para mais detalhes Cf. Direcção Geral do Comércio e Industria, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. I (Imprensa Nacional, 1891), 194 – 230.

³⁴¹ Alves, *Mármores, património para o Alentejo*, 61–62.

³⁴² Ribeiro, *A indústria dos mármore*, 25–26.

³⁴³ Lott, «The development of the Victorian Stone Industry», 48.

Assim, o caso português mostra que os métodos e as tecnologias aplicadas na segunda metade do século XIX não evoluíram de sobremaneira quando em comparação com a primeira metade do século XX, como pudemos verificar. O crónico atraso industrial do país, especialmente se olharmos para a implementação da máquina a vapor em Inglaterra nesta indústria, a falta de mão-de-obra especializada e a falta de investimento tornam perceptíveis as dificuldades de adopção de novas realidades práticas de laboração, o que fez com que as experiências com a nova tecnologia fossem efémeras e invariavelmente condenadas ao fracasso.

No caso dos transportes verificámos que, à semelhança do que se verificava no uso da pólvora, o uso do carro de bois para transportar a matéria-prima também era de transversal e comum. Todavia, quando se pretendia expedir material que ultrapassasse o que era pretendido em termos locais e existia a necessidade de material para outras zonas do continente, a resolução utilizada seria a via marítimo-fluvial ou os caminhos-de-ferro.

O exemplo vindo do distrito de Aveiro é o que melhor explana a complementaridade entre as vias de comunicação e as pedreiras - circulação de matériaprima pelo reino. O transporte da pedra era feito primeiramente através de carros de bois ou até à margem do rio onde seria posteriormente transportada de barco ou até à estação de caminhos-de-ferro de onde, por aqui também, chegaria a outros pontos do reino. É também feita referência a particulares que preferiam usar o transporte de bois em detrimento das ferrovias ou barcos, embora pudesse ser mais moroso, pois era mais barato e, segundo os relatos, a existência de “boas estradas” asseguravam que o produto chegava em condições.³⁴⁴ Há também outro exemplo proveniente da região do Alentejo, no distrito de Évora, sobre o transporte de pedra que era movimentada em carros de bois até à estação de Estremoz e daí era expedida para Borba e para outros pontos do continente – pese embora exista igualmente a referência ao custo que os industriais consideravam excessivo sob as tarifas aplicadas ao transporte da pedra.³⁴⁵ A expedição do material através da ferrovia é curiosa se tivermos em conta que já no século XX o processo de expedição do material a partir das pedreiras alentejanas se manteve em moldes muito semelhantes – os blocos saíam das estações de caminhos-de-ferro de Estremoz e Vila Viçosa para serem trabalhados nas oficinas de Lisboa e Sintra.³⁴⁶ São apenas alguns exemplos da relação entre uma indústria que ajudou na construção e/ou modernização das vias de comunicação e do uso/benefício das mesmas.

³⁴⁴ Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, I:194–95.

³⁴⁵ Direcção Geral do Comércio e Indústria, I:213.

³⁴⁶ Alves, *Mármore, património para o Alentejo*, 62–63.

Conclusão

Esta dissertação propôs-se a dar a conhecer aquilo que foi a indústria das pedreiras no período compreendido entre 1850 e 1890, um arco cronológico que abrangia também o ciclo, e ditava o fim, da Regeneração. Nesse sentido, determinámos três questões chave que orientaram o estudo e que pretendíamos ver respondidas.

A primeira era inerente ao processo de modernização do Estado na segunda metade oitocentista – a lenta, mas progressiva implementação do Estado no território, as dificuldades de afirmação da sua autoridade no território e de que modo esta questão se entrelaçou com a indústria das pedreiras.

A segunda questão chave dizia respeito à relação das pedreiras com os projectos inerentes às políticas dos melhoramentos materiais que ficaram conhecidos como: *fontismo*. Da concretização de tais projectos como os caminhos-de-ferro, construção e modernização de estradas e portos ao problema habitacional nos centros industriais no final do século – Lisboa e Porto, levando à resposta, possível, face às necessidades das migrações e alterações das paisagens urbanas, tentando perceber o impacto e a importância que as pedreiras tiveram nestas questões – o seu florescimento e decadência.

Por fim, terceira questão apontava para uma caracterização mais directa sobre as pedreiras, sobre a matéria-prima que era lavrada, o seu valor, a tecnologia e métodos utilizados, bem como uma pequena reflexão sobre a qualidade da pedra e a forma como esta era vista, tanto no exterior como no interior e o que ficou como exemplo de trabalhos que à época foram altamente considerados. Focámos também, num aspecto mais particular o operário da pedreira, de forma a tentar traçar aquilo que era o seu nível de vida – o seu horário de trabalho, o seu vencimento, a sua alimentação – comparando estas variáveis com as de outras profissões ou funções diferentes, fosse na agricultura, ou uma ocupação semelhante – no caso das minas. Neste sentido, tentámos perceber como vivia o operário das pedreiras, dentro daquilo que eram as suas possibilidades, tendo também as reflexões deixadas pelos inquiridores sobre os mesmos.

Sobre a primeira questão podemos verificar que a indústria das pedreiras contribuiu para o que o Estado, tanto nas suas vertentes teóricas como práticas, se modernizasse. Fizemos menção que já na década de 1840 o recurso às pedreiras já se encontrava no horizonte, para isso foi necessário – mesmo num contexto difícil como era o fim da Guerra Civil da Patuleia, enquadrar, ou melhor, actualizar um quadro legislativo

para regular a indústria extractiva – que foi conseguido com a Lei de Minas de 1850, já aí se procurou a modernização utilizando padrões legislativos franceses. Com o advento do golpe da Regeneração, as regras do jogo mudavam o pensamento – os objectivos, como vimos, eram outros, o espírito era outro e era necessário mais e melhor e isso é espelhado pela Lei de 1852 que consagra também a criação do Ministério das Obras Públicas e Indústria. A importância das pedreiras ficava aqui também sancionada, pois este documento é a consagração, o aperfeiçoamento do anterior. As pedreiras, a indústria extractiva, tinha agora um quadro legal devidamente estruturado com objectivos bem definidos daquilo que deveria o trabalho e a acção que ia desde a concessão à lavra das pedreiras. Doravante, o que se fez em termos legislativos foi, através de portarias e decretos, como os decretos de 6 de Março de 1884 e 1892, suprir falhas graves - como as questões de segurança tentando impor os seus desígnios no território. No entanto, o que se verificou foi e era o espelho de um Estado débil sem força a tentar implementar a sua autoridade no território. A análise da correspondência mostrou de forma indelével momentos de relativa tensão entre o poder central e a periferia, entre os seus actores políticos dentro da lógica do Centro, Governador Civil e Administrador do Concelho. O Estado procurou, com base nesta lógica de funcionamento, obter informação sobre as pedreiras através de pedidos inquérito que emanava para o poder local e que invariavelmente não correspondia às expectativas. Como tivemos a oportunidade de ver, estas questões estavam muitas vezes ligadas ao medo de impostos, a falta de instrução e noção daquilo que era realmente pretendido – para legislar é preciso conhecer, acabava por se tornar um fracasso, espelhado em momentos em que a, fruto das tradicionais resistências à modernização, a afronta à autoridade do Estado foi clara e objectiva. Os sucessivos governos da Regeneração nunca descuraram este assunto, também porque começavam a ter real noção daquilo que a indústria representava para o país. Da contínua tentativa de aprimorar as normas que regulavam a indústria, da participação dos debates sobre recolha e tratamento de dados estatísticos, às questões com a tentativa de promoção da indústria nas exposições com recurso ao tesouro público ou à decisão de realizar um inquérito *in loco*, o Estado procurou de forma constante crescer, modernizar-se.

Assim, é claro a importância do contributo esta indústria teve para a modernização do Estado, obrigando-o a estar de olhos sempre postos no que se passava nas pedreiras e no que se fazia lá fora – não é por acaso que tanto o quadro legislativo que regularam as pedreiras durante toda a segunda metade do século XIX seria de influência francesa – ou quando surgiu pela Europa fora o problema da sobrelotação operária, mais tarde em Portugal, a resolução normativa para a construção de habitações que também adoptada no

país por parte de Hintze Ribeiro e Fontes era também de influência francesa – o Estado nunca descurou as pedreiras, nem podia, pois os desafios que se foram colocando ao longo do tempo obrigaram-no a manter-se atento e propenso à modernização, mesmo tendo em consideração as dificuldades que encontrou- os seus avanços e recuos.

No que diz respeito à segunda questão, a resposta pode ser um tanto quanto mais sucinta e directa. Pensamos que não será exagero inferir que a contribuição das pedreiras para os projectos do fontismo foi muito importante. Tratou-se de uma verdadeira indústria nacional, como referiu entre outros, Boaventura Sousa Vieira, sendo também verdade que indústria beneficiou em grande medida com uma conjuntura favorável ao seu desenvolvimento aproveitando os estímulos que lhe eram lançados. Sobre os caminhos-de-ferro as referências são mais do que evidentes fosse para fazer as chamadas “camas”, onde o ferro ira assentar, os esteios, as obras de arte ao longo das vias ou até mesmo a construção de Estações, como foi o caso da Estação do Rossio, as pedreiras que muitas vezes iam sendo abertas e fechadas ao longo da construção das vias esteve sempre presente – a demanda de pedra foi uma realidade e acompanhou os momentos de expansão de retracção da construção das vias aceleradas. Já sobre as estradas, também existem referência à demanda de pedra britada para a construção e manutenção das vias ordinárias. Embora as referências para as estradas sejam mais escassas, a alusão para necessidade constante de pedra para a construção e manutenção dão-nos a ideia de uma importância que não pode ser considerada de somenos, pois no final do século o continente já contava com um crescimento de estradas quando comparado com períodos anteriores. Os portos e as barras também ficaram a dever muito da sua modernização a esta indústria. São muitas as alusões a obras de modernização realizadas com recurso às pedreiras – a barra do Douro é o exemplo mais claro de um problema que já datava do início do século do século XIX e somente na segunda metade conhece, finalmente resolução. O porto de Sines ou o de Lisboa conheceram grandes obras, como vem descrito no inquérito, através do expediente das pedreiras. Porém, neste domínio a obra de maior destaque é a construção de um porto de raiz, o de Leixões – que foi construído com a pedra extraída de Valongo, distrito do Porto. O porto de Leixões simboliza a importância das pedreiras no contexto das obras públicas, estamos perante uma infra-estrutura que se vai tornar proeminente no final do século conseguindo, inclusive, retirar preponderância aos portos de Sines e Lisboa – o último sendo uma referencia histórica.

Fora do âmbito das vias de comunicação está a questão da construção de habitações onde também aqui as pedreiras também se revelaram imprescindíveis. Como tivemos oportunidade de constatar, a progressiva industrialização do país fez com que

migrações de população se deslocasse para os centros industriais, mais precisamente Lisboa e Porto, o que originou uma sobrelotação das cidades obrigando-as a expandirem-se e a arranjar soluções para albergar esta gente que vinha à procura de melhores condições de vida. Fosse para as Ilhas no Porto ou para os Pátios em Lisboa – a construção de habitação operária foi feita com recurso ao expediente da matéria-prima proveniente das pedreiras. Os dados presentes nos diversos inquéritos não deixam dúvidas para a quantificar a importância desta indústria neste campo, por todo o país se extraía pedra para construir casas, pontes, viadutos ou outras infra-estruturas. A exploração das pedreiras e a sua relação com o fulgor de construção atingira o seu pico mais alto na década de 1880, sobretudo em Lisboa – a alta dos salários e as referências de Santa Rita para as suas causas são sintomáticas disso mesmo, tratava-se um período de claro florescimento da indústria - de alguns dos pontos do continente, matéria-prima era encomendada para o “grande volume de construções que se verificavam na capital”. A indústria teve um contributo no campo das construções cujo impacto foi tão elevado que teve o condão de criar condições especulativas bastante nefastas no que dizia respeito ao export, o mercado do Brasil, por exemplo, seria relegado para um segundo plano, pois os preços que os industriais começaram a praticar obrigaram os interessados na pedra portuguesa a procurar noutros locais preços mais acessíveis. Quando a crise se instalou, ditando o fim da febre das construções, foi praticamente impossível, naquele momento, recuperar os mercados externos perdidos, obrigando a indústria a sofrer os tradicionais efeitos de arrastamento e mergulhando-a na crise e decadência.

Por último, a análise aos inquéritos, sobretudo através daquele que foi realizado em 1890, permitiu-nos caracterizar, dentro das suas limitações, a indústria das pedreiras no final no século. A indústria já vinha a evoluir desde o início dos projectos de melhoramentos materiais, mas à medida que o contexto foi sendo favorável à execução dos projectos isso fez-se sentir nas pedreiras. Em 1890, o número que avançámos para a quantidade de estabelecimentos industriais em lavra peca por ser nivelado por baixo, tendo por base a documentação o número de pedreiras seria mais elevado, tal como a produção. O número de operários acompanhou, em grande medida, a distribuição das pedreiras no território, ou seja, nos locais onde se verificava o maior número de pedreiras era correspondido também com o número de operários a laborar, o que por vezes também se verificava com volume de produção, casos paradigmáticos dos distritos de Lisboa e Porto. Se centrarmos no valor em si da pedra, o maior esse correspondia claramente ao mármore o qual era seguido pelo granito e alabastro. Apesar de existirem outros pontos do reino de onde se podia extrair mármore, a região do Alentejo era o seu local de

excelência – o valor p/m³ era claramente o mais elevado. Lisboa e Porto apenas ultrapassavam o Anticlinal pela quantidade de pedra extraída, não pelo valor dos seus materiais *per si*. Não obstante, os números associados aos relatos mostram uma indústria que era pujante e a circulação de pedra pelo continente, mostrava laivos da concretização, comedida, de um mercado nacional – um espaço económico onde circulassem: pessoas e mercadorias. Por outro, lado em termos tecnológicos a indústria encontrava-se incrivelmente atrasada quando comparada com outros países europeus, onde a máquina a vapor já figurava na indústria extractiva – só muito tardiamente, no século XX, essa realidade seria alterada.

O operariado também mereceu atenção da nossa parte, especialmente por ter em linha de conta a conjuntura que o país atravessava com a alta dos preços, as rendas elevadas, a inflação- todo um quadro que agravava e propiciava a persistência do baixo nível de vida. O impacte do operariado das pedreiras na mão-de-obra activa era fraco como nos mostram os números. Porém, os salários praticados nas pedreiras eram muitas vezes, se não na sua maior parte, mais apelativos que aqueles que eram praticados noutras ocupações como por exemplo a agricultura – a principal actividade económica. A razão que se escolhia a pedreira para trabalhar ou evitar a mesma ou estava obrigatoriamente ligada ao medo, à insegurança, sendo que a opção de trabalhar nas pedreiras só podia explicar pela extrema necessidade. O que aqui interessa salientar é que mesmo o operário das pedreiras vivia no limiar da sobrevivência, podia até receber mais pelo tradicional trabalho de sol a sol, mas, tal como outros operários, alimentava-se mal, mal chegaria para renovar as forças de trabalho a juntar a isso as consequências directas na sua saúde, mesmo que não tivesse acidentes, eram extremamente nefastas. Vivia, ou sobrevivia, como podia, nas condições que o seu salário podia almejar – estava preso a uma vida de trabalho duro, sem tréguas cujo único consolo poderia ser, talvez, providenciar as necessidades básicas da sua família onde a mulher os menores acabavam também, face às necessidades, de conhecer o trabalho rígido e penoso de uma pedreira.

Pensamos que, de certo modo, conseguimos alcançar os objectivos a que nos propusemos e estes três pontos foram respondidos, julgamos, de forma satisfatória. A análise da evolução da indústria permite-nos pensar que as pedreiras, apesar de serem uma indústria intermitente, nunca foram realmente ignoradas pelo Estado foram um pilar importante na economia portuguesa no período em estudo. De certa forma esta indústria teve a virtude de se entrelaçar com vários campos do tecido económico, industrial e social da segunda metade do século XIX. Se a Regeneração marcou a história contemporânea na segunda metade da centúria com todas as suas concretizações, este trabalho veio dar

visibilidade ao papel da indústria das pedreiras nessa mesma História – as pedreiras foram parte importante e deixaram a sua marca no momento que de progresso material que Portugal procurou traçar a partir de 1851.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo distrital de Évora

Administrador do Concelho de Alandroal. «Mapa das pedreiras em Lavra - Alandroal».
Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 11. Fundo do Governo Civil de Évora.

- . «Mapa de pedreiras em lavra - Alandroal - 1884». Arquivo Distrital de Évora, 11 de Agosto de 1884. Caixa 222, doc. 18. Governo Civil de Évora.
- . «Mapa de pedreiras existentes - Alandroal -1886». Arquivo Distrital de Évora, 11 de Maio de 1886. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.
- Administrador do Concelho de Arraiolos. «Mapa de pedreiras em lavra - Arraiolos - 1884». Arquivo Distrital de Évora, 26 de Agosto de 1884. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.
- Administrador do Concelho de Borba. «Mapa de pedreiras em lavra - Borba - 1884». Arquivo Distrital de Évora, 20 de Agosto de 1884. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.
- . «Mapa de pedreiras em lavra - Borba 1872». Arquivo Distrital de Évora, 1 de Dezembro de 1872. Caixa 220, doc. 10. Fundo do Governo Civil de Évora.
- . «Mapa de pedreiras existentes - Borba -1885». Arquivo Distrital de Évora, 12 de Maio de 1886. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.
- Administrador do Concelho de Estremoz. «Mapa de pedreiras em lavra - Estremoz 1872». Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 10. Fundo do Governo Civil de Évora.
- . «Mapa de pedreiras existentes - Estremoz -1885». Arquivo Distrital de Évora, 13 de Maio de 1886. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.
- Administrador do Concelho de Évora. «Mapa de pedreiras em lavra - Évora 1872». Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 10. Fundo do Governo Civil de Évora.
- . «Mapa de pedreiras existentes - Évora -1885». Arquivo Distrital de Évora, 12 de Maio de 1886. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.
- Administrador do Concelho de Móra. «Mapa de pedreiras em lavra - Móra». Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 10. Fundo do Governo Civil de Évora.
- Administrador do Concelho de Moura. «Mapa de pedreiras em lavra - Moura». Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 10. Fundo do Governo Civil de Évora.

Administrador do Concelho de Mourão. «Mapa de pedreiras em lavra - Mourão». Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 10. Fundo do Governo Civil de Évora.

———. «Mapa de pedreiras existentes - Mourão -1885». Arquivo Distrital de Évora, 3 de Julho de 1886. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.

Administrador do Concelho de Portel. «Mapa de pedreiras existentes - Portel -1885». Arquivo Distrital de Évora, 15 de Maio de 1886. Caixa 222, doc. 18. Governo Civil de Évora.

Administrador do Concelho de Reguengos. «Mapa das pedreiras em Lavra - Reguengos». Arquivo Distrital de Évora, 1872. Caixa 220, doc. 11. Fundo do Governo Civil de Évora.

———. «Mapa de pedreiras existentes - Reguengos -1886». Arquivo Distrital de Évora, 10 de Maio de 1886. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.

Administrador do Concelho de Viana do Alentejo. «Mapa de pedreiras em lavra - Viana do Alentejo - 1884». Arquivo Distrital de Évora, 24 de Outubro de 1884. Caixa 222, doc. 18. Fundo do Governo Civil de Évora.

Arquivo Distrital de Faro

Administrador do Concelho de Faro. «Mapa de Pedreiras em lavra». Arquivo Distrital Faro, Agosto de 1885. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Albufeira. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1885. Caixa 294, doc. 3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Alcoutim. «Correspondência». Arquivo Distrital Faro, Julho de 1886. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

———. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1885. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Castro Marim. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1886. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Faro. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, Agosto de 1885. Caixa 294, doc. 3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Lagoa. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1885. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Loulé. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1885. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Monchique. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1885. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Silves. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, 1885. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Administrador do Concelho de Vila Nova de Portimão. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital Faro, Julho de 1886. Caixa 294, doc.3. Fundo do Governo Civil de Faro.

Arquivo distrital de Viana do Castelo

Administrador do Concelho de Monção. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Agosto de 1886. Cota 8593, doc. 29. Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Administrador do Concelho de Ponte de Lima. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Novembro de 1886. Cota 8593, doc. 31. Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

———. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Novembro de 1886. Cota 8593, doc. 31. Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Administrador do Concelho de Valença. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital de Viana do Castelo, 1886. Cota 8593, doc. 28. Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Administrador do Concelho de Viana do Castelo. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Agosto de 1886. Cota 8593, doc. 38. Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Administrador do Concelho de Vila Nova da Cerveira. «Mapa de Pedreiras em Lavra». Arquivo Distrital de Viana do Castelo, 1884. Cota 8593, doc. 27. Fundo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Arquivo distrital de Viseu

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas. «Correspondência». Arquivo Distrital de Viseu, 27 de Abril de 1886. Caixa 2779, doc.94. Fundo do Governo Civil de Viseu.

Fontes Impressas

Andrade, Anselmo de. *Portugal económico: theorias e factos - Tomo I*. Coimbra: França Amado, 1918.

Barata, José Augusto. *Relatório da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palacio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

Boletim de Trabalho Industrial. Vol. 66. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. 8. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

- Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. 10. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.
- Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. 9. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.
- Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*. 8. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866.
- Corrêa Fino, Gaspar. *Collecção de Legislação Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- Costa, Leonildo de Mendonça e. «Gazeta dos Caminhos-de-Ferro e Hespanha». 16 de Abril de 1889, 27 edição.
- . «Gazeta dos Caminhos-de-Ferro e Hespanha». 21 de Maio de 1889, 30 edição.
- Direcção Geral do Comércio e Industria. *Inquérito Industrial de 1890*. Vol. I. V vols. Imprensa Nacional, 1891.
- Hull, Edward. *A Treatise on the Building and Ornamental Stones of Great Britain and Foreign Countries*. London: Macmillan and CO, 1872.
- Mendonça, António Pedro Lopes de. *A questão financeira em 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.
- Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria. *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*. Vol. III. III vols. Imprensa Nacional, 1896.
- . *Collecção de Legislação sobre a Pesquisa, Lavra e Impostos de Minas - Lavra de Pedreiras*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852, 2 Diário do Governo § (1853).
- . Decreto de 9 de Dezembro de 1853, 293 Diário do Governo § (1853).
- . Decreto de 10 de Novembro de 1852, 269 Diário do Governo § (1852).
- . Decreto de 26 de Junho de 1890, 143 Diário do Governo § (1890).
- . Portaria de 2 de Abril de 1868, 77 Diário de Lisboa § (1868).

———. Portaria de 23 de Abril de 1872, 100 Diário do Governo § (1872).

———. Portaria de 31 de Agosto de 1875, 200 Diário do Governo § (1875).

Ministério dos Negócios do Reino. Decreto de 25 de Julho de 1850, 180 Diário do Governo § (1850).

Pery, Gerardo. *Geographia e estatística geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

Santa Rita, Guilherme Augusto. *Habitação do operário e classes menos abastadas*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal, 1891.

Vieira, Boaventura José. *A questão do caminho-de-ferro do Douro*. Porto: Typographia Central, 1880.

Bibliografia

Alegria, Maria Fernanda. «A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego». Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1987.

———. *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910) As vias e o tráfego*. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa, 1990.

Almeida, Pedro Tavares de «A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890).» Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humana, 1995.

———, ed. *A construção nacional 1834-1890*. História contemporânea de Portugal: 1808-2010. Madrid: Carnaxide: Fundación Mapfre; Objectiva, 2013.

Alves, Daniel, ed. *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)*. Vila Viçosa: CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, 2015.

Andrade, Amélia Aguiar. *Das Estradas Reais às Estradas Nacionais*. Vol. II. Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002.

———, ed. *Documentação do arquivo do MOP*. As estradas em Portugal, coord. de Amélia Aguiar Andrade; 1. Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002.

- Branco, Rui Miguel C. *O mapa de Portugal: estado, território e poder no Portugal de oitocentos*. Horizonte histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Cerezales, Diego Palacios. «Despotismo administrativo o Estado débil? Policía, fiscalidad y sus efectos en cultura cívica portuguesa». *Ciências Sociais: Vocação e Profissão. Homenagem a Manuel Villaverde Cabral*, ed. F. C. d. Silva and P. A. d. Silva. Lisboa: ICS- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013.
- Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, e Susana Münch Miranda. *História económica de Portugal, 1143-2010*. 1a edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- Guimarães, Paulo. *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- . *Indústria, Mineiros e Sindicatos-Universos Operários do Baixo Alentejo: Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*. Lisboa: ICS- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989.
- Guimarães, Paulo Eduardo. *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Colibri Edições, 2001.
- Guimarães, Paulo Eduardo. *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858 - 1938)*. Biblioteca Estudos & colóquios 3. Lisboa: Ed. Colibri, 2001.
- Júnior, Manuel Rodrigues. *A indústria mineira em Portugal: estudo económico juridico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.
- Justino, David. *A Formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1913*. Vol. I. 2 vols. Vega, 1989.
- . *Fontismo: liberalismo numa sociedade liberal*. 1a. ed. Alfragide, Portugal: D.Quixote, 2016.
- . *Preços e salários em Portugal: 1850-1912*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- Lains, Pedro. *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*. Colecção Análise social. Lisbon? Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

- . *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal 1842 - 1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais ICS, 2003.
- Lott, Graham. «The development of the Victorian Stone Industry». *England's Heritage in Stone*, 2005.
- Martins, Conceição. «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)». *Análise Social*, 1997, 483–535.
- Matos, Ana Maria Cardoso de. «A indústria no distrito de Évora, 1836-90». *Análise social* 26, n. 112/113 (1991): 561–581.
- Matos, Ana Maria Cardoso, José Augusto Mourão, e Maria Estrela Guedes. *O mundo ibero-americano nas grandes exposições*. Lisboa: Vega, 1998.
- Matos, Artur Teodoro de. «Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)». Universidade dos Açores, 1980.
- Mendes, José M. Amado. «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX». *Análise Social* 16, n. 61/62 (1980): 31–52.
- Mónica, Maria Filomena. *Fontes Pereira de Melo*. Porto: Ed. Afrontamento, 1999.
- Mónica, Maria Filomena, Pinheiro, Magda, Maria Fernanda Alegria, e José Barreto. *Estudos históricos: Estudos sobre os caminhos-de-ferro em Portugal*. Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses, 1999.
- Pereira, José Campos. *Portugal Industrial: Características, números, comentários*. Lisboa: Livraria Profissional, 1919.
- Pereira, Miriam Halpern. «“Decadência” ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português». *Análise Social*, 1978, 7–20.
- . «Oliveira Martins e o Fontismo». *Revista Ler História*, n. 34 (1998): 17–31.
- . *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- Pereira, Nuno Teotónio. «Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário». *Análise Social*, n. 127 (1994): 509–24.

- Pinheiro, Magda. «Chemins de fer, structure financière de l'état et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)». Universidade de Paris, Inst. de História Económica e Social, 1986.
- Ramos, Rui. «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo». *Análise Social*, 1988, 1067–1145.
- Reis, Jaime. «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913». *Análise Social*, 1987, 207–227.
- . «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)». *Análise Social*, 1984, 7–28.
- Ribeiro, Félix. *A indústria dos mármore*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934.
- Rocha, Idorindo Vasconcelos. «O Carvão Numa Economia Nacional - O Caso das Minas do Pejão». Universidade do Porto- Faculdade de Letras, 1997.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.
- Silbert, Albert. *Do Portugal Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 3ª edição. Lisboa: horizonte universitário, 1981.
- Silva, Álvaro Ferreira da. «A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)». *Análise social*, 1997, 779–814.
- Silveira, Luís Espinha da, Daniel Alves, Nuno Miguel Lima, Ana Alcântara, e Josep Puig. «Caminhos-de-ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930». *Ler História* 61 (2011): 7–38.
- Souto, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900*. Teses. Lisboa: Colibri: IHA, Estudos de Arte Contemporânea: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- Teixeira, Manuel C. «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940». *Análise Social*, 1992, 65–89.
- . *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

Villaverde Cabral, Manuel. *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Séc XIX*
- *A Regra do Jogo*. Porto: Gráfica Firmeza, 1976.